



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS**

**A REGULAÇÃO DOS ACESSOS E USOS DOS RECURSOS NATURAIS NA  
FAZENDA/ASSENTAMENTO ANGÉLICAS (1930 – 2010): UMA ANÁLISE  
FIGURACIONAL DOS PROCESSOS DE MUDANÇA AMBIENTAL**

**Maria do Socorro Andrade de Sousa**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2011**

MARIA DO SOCORRO ANDRADE DE SOUSA

**A REGULAÇÃO DOS ACESSOS E USOS DOS RECURSOS NATURAIS  
NA FAZENDA/ASSENTAMENTO ANGÉLICAS (1930 – 2010): UMA  
ANÁLISE FIGURACIONAL DOS PROCESSOS DE MUDANÇA  
AMBIENTAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais da Universidade Federal de Campina  
Grande, como requisito para obtenção do  
título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha

**CAMPINA GRANDE – PB  
2011**



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

- L759e Sousa, Maria do Socorro Andrade de.  
A regulação dos acessos e usos dos recursos naturais na Fazenda/  
Assentamento Angélicas (1930 – 2010) : uma análise figuracional dos  
processos de mudança ambiental / Maria do Socorro Andrade de  
Sousa . – Campina Grande, 2011.  
159 f. : il. color.
- Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade  
Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.  
Orientador: Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha.  
Referências.
1. Assentamento Rural. 2. Figuração. 3. Processo Social.  
4. Recursos Naturais. 5. Arranjos Institucionais. I. Título.
- CDU 316.35:502(043)

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

---

MARIA DO SOCORRO ANDRADE DE SOUSA

A REGULAÇÃO DOS ACESSOS E USOS DOS RECURSOS NATURAIS NA  
FAZENDA/ASSENTAMENTO ANGÉLICAS (1930 – 2010): UMA ANÁLISE  
FIGURACIONAL DOS PROCESSOS DE MUDANÇA AMBIENTAL

Dissertação apresentada em 15 de dezembro de 2011

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha (UFCG/CH/PPGCS - Orientador)

---

Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes (UFCG/CH/PPGCS – Examinadora Interna)

---

Profa. Dra. Silvana Eloísa da Silva Ribeiro (UFCG/CH/UAE – Examinadora Externa)

CAMPINAGRANDE-PB  
2011

*Aos meus amados,*

*pais*  
*Ireomar Silva de Andrade (in memoriam)*  
*Francisca Patrício de Andrade,*

*Filhos*  
*Raquel e Francisco José,*

*Esposa*  
*José Wilson,*

*Irmãos*  
*Francisco, Zuleide, Itamar e Zulene,*

*E a todos que acreditam na realização dos sonhos.*

*Com amor, dedico este trabalho.*

---

## AGRADECIMENTOS

Para a realização do Curso de Mestrado, desde a concepção do projeto de pesquisa inicial até a finalização desta dissertação, tive a dádiva de encontrar pessoas iluminadas, que contribuíram, em todos os aspectos possíveis e imagináveis, para a concretização desta etapa acadêmica, cujo significado para mim, é imensurável.

Desse modo, os meus agradecimentos, por mais que eu procure palavras, não alcançam a grandeza de cada gesto de apoio que recebi. Ainda assim, vou agradecer com o possível, nesse momento: lembrar de cada um que construiu comigo este trabalho.

A Deus, por ter plantado esse desejo em meu coração.

Ao meu querido pai, Iremar Andrade, que partiu antes que eu pudesse concretizar esse sonho que também era dele.

A minha querida mãe, Mocinha, que mãe extremosa, incentivou nossos voos (meus e de meus irmãos). Obrigada Mamãe. Esta conquista também é da Senhora.

Ao meu orientador, Luis Henrique, pela generosidade na orientação desta dissertação, pela dedicação à carreira acadêmica, pela confiança depositada em mim, pela paciência, por ter dividido comigo a tarefa de elaborar este trabalho. Agradeço imensamente.

Às professoras Ramonildes e Silvana Eloísa, por aceitarem o convite para participar da banca examinadora e pelas contribuições em outros momentos dessa caminhada.

A Vicemário Simões, pela compreensão da importância que tem a qualificação de servidores para a instituição, e dessa forma, ter contribuído para que eu pudesse realizar o Mestrado.

A Hermília Feitosa, pela amizade, pela colaboração e compreensão, quando de minhas ausências no trabalho por conta das atividades do mestrado.

Aos meus amigos Ana Angélica Marinho, Aroldo José, Adriana Dantas, Arthur Muniz, Tereza Brito, Carlos André e Betânia Oliveira, por terem sido muito mais que companheiros de trabalho, foram irmãos com os quais pude contar em todos os momentos.

Ao meu querido esposo José Wilson, pelo companheirismo, incentivo, paciência e imensa colaboração. Divido contigo essa conquista.

A Raquel e Francisco José, meus filhos, motivação maior da minha realização.

Ao meu irmão Francisco e minha cunhada Jenelcida, por não terem medido esforços para que eu pudesse ter todas as informações necessárias em relação ao Assentamento

---

Angélicas, pela acolhida, pela hospedagem, por tudo que fizeram por mim, meu muito obrigada.

Ao meu sobrinho Marcelo pela colaboração durante a realização da pesquisa empírica (meu auxiliar de áudio-visual).

A todos do Assentamento Angélicas, pela acolhida e pela disposição de colaborar com esse trabalho.

Aos servidores da Secretaria do PPGCS, em especial a Rinaldo.

Às servidoras da biblioteca setorial do programa, sempre solícitas no atendimento.

Aos professores Ronaldo Sales e Ramonildes, pelas valiosas contribuições, por ocasião da qualificação.

À Professora Carmem, da Unidade Acadêmica de Letras, pela generosidade e disposição com que me auxiliou na tradução do resumo.

A todos os professores do programa, em especial aos que foram meus professores: Lemuel Guerra, Mércia Rejane, Marilda Menezes, Roberto Veras, Elisabeth Christina e Gonzalo Rojas.

Enfim, a todos que, de alguma forma, colaboraram na realização desse sonho. Meus sinceros agradecimentos.

---

## RESUMO

Este trabalho discute a questão ambiental em assentamentos rurais, assumindo uma abordagem que focaliza as relações entre mudanças nas figurações, nos regimes de propriedade e transformações nas formas de controle, acesso e uso de recursos naturais. Para a explicação das dinâmicas de mudança numa figuração foi construído um modelo abrangente que mapeou temporal, espacial e simbolicamente, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais no contexto do Assentamento Angélicas. Essas dimensões foram analisadas no período de 1930 a 2005, delimitada em três períodos do processo social pesquisado. Foram evidenciadas mudanças nas formas de regulação e controle dos recursos naturais, em cada período, confirmando a hipótese de que as figurações (formadas por moradores e proprietários e, posteriormente, assentados e agentes estatais e não estatais), e o regime de propriedade podem influenciar decisivamente nas ações de preservação dos recursos naturais. Foi evidenciado ainda, que no caso específico do assentamento Angélicas, além da legislação institucional pertinente aos assentamentos rurais, a conjugação de diversos fatores internos e externos ao grupo proporcionou um ambiente propício para a instauração de arranjos de regulação do acesso e uso dos recursos naturais e bens comuns, considerado relativamente eficaz, que favoreceram a preservação e evitaram a “tragédia dos comuns”.

**Palavras-chave:** Assentamento rural; Figuração; processo social; recursos naturais; benscomuns; arranjos institucionais.

---

## RÉSUMÉ

Ce document traite des questions environnementales dans les établissements ruraux, en prenant une approche qui se concentre sur les relations entre les changements dans les figurations, dans les régimes de propriété et des transformations dans les formes de contrôle, accès et utilisation des ressources naturelles. Pour l'explication des dynamiques de changement dans une figuration on a construit un modèle global qui a cartographié temporellement, spatialement et symboliquement les relations sociales, économiques, politiques et culturelles dans le contexte de l'établissement Angélicas. Ces dimensions ont été analysées dans la période de 1930 à 2005, délimitées sur trois périodes du processus social étudié. Des changements ont été observés dans les formes de régulation et de contrôle des ressources naturelles dans chaque période, ce qui confirme l'hypothèse que les figurations (composées de résidents et de propriétaires, et plus tard de personnes qui habitent dans les établissements et les agents d'État et ce qui n'appartiennent pas à l'État), et le régime de propriété peuvent influencer de manière décisive les actions de préservation des ressources naturelles. Il a été montré également que dans le cas spécifique de l'établissement Angélicas, au-delà de la législation institutionnelle relative aux établissements ruraux, la conjugaison de divers facteurs internes et externes au groupe, a fourni un environnement propice pour l'instauration d'arrangements de dispositifs d'accès et l'utilisation des ressources naturelles et de biens communs, considéré relativement efficace, qui ont favorisé la préservation et ont évité la « tragédie des communs ».

**Mots-clés:** établissement rural; Figuration, processus social, ressources naturelles, biens communs, les arrangements institutionnels.

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 Situação dos municípios em relação ao estado da Paraíba.....	23
Mapa 2 Situação do imóvel (Assentamento) em relação aos municípios.....	23
Mapa 3 Mapa do Semi-árido Brasileiro.....	24

## **LISTA DE BOXES**

BOX 1 – Sobre Néelson Meira (Família Meira).....	70
BOX 2 – Sobre José Gadelha (Família Gadelha).....	91

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1- Grau de Escolaridade no Assentamento Angélicas.....	121
Quadro 2- Tamanho da área cultivada por família.....	122
Quadro 3- Número de Animais criado no Assentamento/ Número de Famílias que criam...124	

## **LISTA DE FOTOS**

Foto 1 -Ruínas da antiga casa de Néelson Meira na Fazenda Angélicas.....	71
Foto 2 -Casa construída por Néelson Meira, onde não chegou a morar.....	72
Foto 3 -Capela da Antiga Fazenda Angélicas.....	72
Foto 4 – Ruínas do engenho de rapadura da Fazenda Angélicas.....	83
Foto 5 - Nova casa da sede da Fazenda, hoje é a sede da Assagassange.....	87
Foto 6 – Açude Grande.....	87

---

Foto 7 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Jorge Delfino de Lima.....	99
Foto 8 – Trator preparando a terra para o plantio.....	123
Foto 9 – Integrante do Grupo de Beneficiamento de Alimentos em Atividade.....	125
Foto 10 - Doce produzido pelo grupo de Beneficiamento de Alimentos.....	126
Foto 11 – Casa de Assentado com Cisterna.....	128
Foto 12 – Casa de assentado (a mesma de quando era morador).....	132
Foto 13 - Cisterna Calçadão com capacidade para 56 mil litros de água.....	134

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Distribuição Etária no Assentamento Angélicas.....	121
--	-----

---

## **LISTA DE SIGLAS**

AESA- PB - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba

APP – Área de Preservação Permanente

ASA - Articulação no Semi-Árido Brasileiro

ASSAGASSANGE - Associação de Agricultores do Assentamento Angélicas

CAASP - Central dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CNBB - Comissão Nacional dos Bispos do Brasil

CNMP - Centro Nordestino de Medicina Popular

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT-PB – Coordenação Pastoral da Terra (Coordenação da Paraíba)

ENERGISA – Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A

FAEB - Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FARGASA - Fazendas Reunidas José Gadelha S/A

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

LIO - Licença de Instalação e Operação

LP - Licença Prévia

MEB - Movimento de Educação de Base

MI - Ministério da Integração Nacional

MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário -.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONGs- Organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PA - Projetos de Assentamento

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDA- Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PIN - Programa de Integração Nacional

PIVAS - Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PRA - Plano de Recuperação do Assentamento

PROALCOOL - Programa Nacional do Alcool

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PROVALE - Programa Especial para o Vale do São Francisco

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RAS - Relatório Ambiental Simplificado

RL - Reserva Legal

RVA- Relatório de Viabilidade Ambiental

SEMA - Secretaria de Meio Ambiente

STRAP-PB - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida-Paraíba

SUPRA - Superintendência de Política Agrária

UDR - União Democrática Ruralista

USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
O recorte teórico-metodológico: construindo o objeto.....	18
Objetivos.....	20
Hipótese.....	21
O contexto empírico da pesquisa.....	22
Metodologia: Estratégias e técnicas.....	26
A estrutura da dissertação.....	29

### **CAPITULO 1**

<b>QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E QUESTÃO AMBIENTAL: MARCOS DE REFERÊNCIA NUMA PERSPECTIVA DE PROCESSOS SOCIAIS.....</b>	<b>31</b>
1.1. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	32
1.2. DEBATE TEÓRICO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	41
1.3. ALGUMAS NOTAS SOBRE ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA PARAÍBA.....	43
1.4. A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL: MARCOS DE REFERÊNCIA .....	46
1.5. A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	51
1.6. A INCORPORAÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS PESQUISAS EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO RURAL.....	55

### **CAPÍTULO 2**

<b>UMA ABORDAGEM PROCESSUAL DAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO E USO DOS RECURSOS NATURAIS.....</b>	<b>58</b>
2.1. A ECOLOGIA POLÍTICA.....	58
2.2. DA “TRAGÉDIA DOS COMUNS” À TEORIA DOS RECURSOS COMUNS.....	60
2.3. NORBERT ELIAS: POR UMA SOCIOLOGIA PROCESSUAL.....	64

### **CAPÍTULO 3**

<b>TRANSFORMAÇÕES FIGURACIONAIS E DINÂMICAS DE MUDANÇA AMBIENTAL.....</b>	<b>67</b>
---	-----------

---

3.1. OS USOS DO SOLO COMO INDICADORES DE PROCESSO SOCIAL: PUXANDO PELA MEMÓRIA.....	67
3.2. PROPRIEDADE PRIVADA: 1930 A 1980 - O PERÍODO MEIRA.....	69
3.3. USOS DO SOLO NO PERÍODO MEIRA.....	79
3.3.1. Atividades agrícolas.....	79
3.3.2. As culturas de subsistência.....	80
3.3.3. Algodão: o boi do pobre: “comprava o que precisava, algodão dava, graças a Deus! O algodão era bom demais!”.....	81
3.3.4. Os sítios de cana-de açúcar e o engenho de rapadura.....	83
3.3.5. A atividade pecuarista.....	85
3.4. O PARCELAMENTO POR HERANÇA - COMEÇAM AS TRANSFORMAÇÕES: MUDANÇA NO ESPAÇO, NA FIGURAÇÃO E NOS USOS DO SOLO.....	86
3.5. A VENDA DO DIREITO DE HERANÇA.....	88
3.6. 1980 A 2005 - PERÍODO GADELHA: SOB NOVA ADMINISTRAÇÃO, INSEGURANÇA E INCERTEZA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	89
3.7. UMA TENTATIVA MODERNIZANTE? OS USOS DO SOLO NO PERÍODO GADELHA.....	93
3.7.1. O projeto de fruticultura irrigada por aspersão e os sítios de fruteiras irrigadas por inundação: o técnico e o tradicional.....	95
3.7.2. As culturas de subsistência.....	96
3.7.3. A atividade pecuarista.....	96
3.8. NA DIREÇÃO OPOSTA: <i>DECLÍNIO</i> DA GRANDE PROPRIEDADE E <i>ASCENSÃO</i> DA PROPRIEDADE COMUM/ESTATAL.....	97
3.9. A SOLICITAÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO.....	99
3.10. DE 2005 A 2010 – O PERÍODO ASSENTAMENTO - DA DESAPROPRIAÇÃO: “NÓS FICAMOS ATÉ COM MEDO (RISOS), FICAMOS, EU NÃO VOU MENTIR, EU DISSE : OXENTE, NÓS NUNCA POSSUÍMOS TERRA ZÉ! (SE REFERINDO AO MARIDO)”.....	100
3.11. USOS DO SOLO NO PERÍODO ASSENTAMENTO RURAL.....	103

## **CAPÍTULO 4**

### **REGULAMENTAÇÃO DO ACESSO E USO DOS RECURSOS NATURAIS NA FAZENDA/ASSENTAMENTO ANGÉLICAS (1930 – 2010).....109**

#### **4.1. REGULAMENTAÇÃO DO ACESSO E USO DOS RECURSOS NOS PERÍODOS MEIRA 1930 A 1980 E GADELHA 1980 A 2005.....110**

##### **4.1.1. Recurso Solo.....112**

##### **4.1.2. Recursos Hídricos e Pesqueiros.....113**

##### **4.1.3. Recursos de Caça.....114**

##### **4.1.4. Recursos Madeireiros.....115**

#### **4.2. ARRANJOS DE ACESSO E USO DOS RECURSOS NATURAIS E BENS COMUNS NO ASSENTAMENTO ANGÉLICAS.....117**

#### **4.3. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS.....120**

##### **4.3.1. Dados populacionais.....120**

##### **4.3.2. Grau de Escolaridade.....121**

##### **4.3.3. Condições de trabalho e renda.....122**

##### **4.3.4. Produção agrícola.....122**

##### **4.3.5. Produção Pecuária.....124**

##### **4.3.6. Outras Atividades Realizadas Pelos Assentados Dentro e Fora da Área do Assentamento.....125**

##### **4.3.7. Condições de moradia das famílias.....127**

#### **4.4. AS QUATRO ESFERAS DE ANÁLISES DA TEORIA DOS RECURSOS COMUNS**

##### **4.4.1. A Estrutura do Sistema de Recursos Comuns.....128**

##### **4.4.2. Os Atributos e o Comportamento do Grupo de Usuários.....129**

##### **4.4.3. As Regras de Acesso e Uso Que os Usuários Utilizam Para Manejar os Recursos Comuns.....130**

###### **4.4.3.1. Recurso Solo.....131**

###### **4.4.3.2 Recursos Hídricos.....133**

###### **4.4.3.3. Recursos pesqueiros.....135**

###### **4.4.3.4. Recursos de caça.....135**

###### **4.4.3.5. Recursos madeireiros.....135**

###### **4.4.3.6. Outros bens comuns existentes no assentamento.....136**

##### **4.4.4. RESULTADOS OBTIDOS.....137**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....145**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....153**

**ANEXOS.....159**

## INTRODUÇÃO

As áreas de assentamentos rurais no Brasil têm sido alvo, desde pelo menos meados da década de 1980, de um esforço continuado de investigação empreendido por pesquisadores vinculados às ciências sociais. Ainda assim, há uma lacuna no que se refere aos estudos sobre acesso e uso de recursos naturais, conflitos ambientais e processos de mudança ambiental associados à criação de projetos de assentamento e à conversão de famílias de trabalhadores sem terra em agricultores familiares. Temática que é ainda mais relevante para os assentamentos criados no semiárido brasileiro, região marcada duplamente pela concentração fundiária e pela ocorrência de secas periódicas.

Os esforços analíticos já empreendidos nesse campo têm priorizado estudos reducionistas, cujos objetivos buscam demonstrar ora a degradação, ora a conservação, em detrimento de “esforços analíticos que busquem compreender os processos de mudança ambiental, a institucionalização das políticas de proteção da natureza e os conflitos ambientais que emergem em áreas de assentamento” (CUNHA e NUNES, 2008, p. 28).

Este trabalho, coerente com a crítica acima formulada, buscou esclarecer alguns aspectos da problemática ambiental em assentamentos rurais, assumindo uma abordagem que focaliza as relações entre mudanças nas figurações, nos regimes de propriedade e transformações nas formas de controle, acesso e uso de recursos naturais. Assim, orientamos nosso olhar para o processo social pelo qual se deu a desestruturação do modelo de propriedade privada, com a subsequente criação de um assentamento rural e as mudanças ambientais ocorridas ao longo de 80 anos. Nesse sentido, minha pesquisa foi norteadada pelos conceitos de figuração e processo social de Norbert Elias, como também pela ecologia política e pela teoria dos recursos comuns, desenvolvida, entre outros, por R. Wade, E. Ostrom e J. Baland e Plateau.

O objeto empírico da pesquisa foi o Assentamento Angélicas, criado em 2005 e localizado no município de Aparecida-PB, no Sertão da Paraíba. O processo de desapropriação da então Fazenda Angélicas foi desencadeado pelo pedido de vistoria, encaminhado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida-PB (STRA - PB), com o apoio da Comissão Pastoral da Terra – Coordenação da Paraíba (CPT - PB). Foram assentadas 34 famílias, das quais, a maioria era de moradores e ex-moradores da própria fazenda, havendo casos em que

um mesmo grupo familiar de assentados congrega quatro gerações - moradores mais antigos nascidos na fazenda desapropriada, um deles com 86 anos de idade, outro com 75 e outro com 74 anos - os filhos, netos e bisnetos desses assentados. Também há as famílias de dois ex-empregados da fazenda: o vaqueiro e o técnico agrícola.

### **O recorte teórico-metodológico: construindo o objeto**

O conceito de figuração expressa a ideia de que os seres humanos são interdependentes e devem ser entendidos enquanto tais. O cerne desta pesquisa consiste justamente em realizar uma abordagem que privilegie a compreensão das teias de interdependência que formam as figurações e ao mesmo tempo as transformam. Dinâmicas de mudança numa figuração podem ser explicadas a partir de modelos abrangentes que mapeiem, temporal, espacial e simbolicamente, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais de um grupo ou sociedade. Nesse sentido, a abordagem figuracional permite a compreensão das relações de interdependência existentes entre os diferentes grupos sociais e no interior destes (MIRANDA, 2011).

Em termos analíticos, o estudo de uma figuração não pode ser dissociado das categorias de interdependência, função e coerção, centrada na compreensão dos condicionamentos que os seres humanos estabelecem mutuamente e nas transformações que sofrem, individualmente ou em grupo, devido ao aumento ou redução de suas interdependências e às variações de poder (QUINTANEIRO, 2006). Quanto ao conceito de processo social, Elias assevera:

O conceito de processo social refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração – ou seja, em geral não aquém de três gerações – de *figurações* formadas por seres humanos, ou de seus aspectos, em uma de duas direções opostas. Uma delas tem, geralmente, o caráter de uma ascensão, a outra o caráter de um declínio. [...] Logo, é inerente às peculiaridades dos processos sociais que eles sejam bipolares. [...] Analogamente, os instrumentos conceituais para a determinação da investigação de processos sociais são pares conceituais como *integração e desintegração, engajamento e distanciamento, civilização e descivilização, ascensão e declínio* (ELIAS, 2006, p. 27-28).

Desse modo, acredito dispor de instrumentos conceituais mais adequados à realidade, com os quais se pode evitar o tradicional dilema da sociologia que é a dicotomia entre indivíduo e sociedade.

Já a teoria dos bens comuns, como formulada por Elinor Ostrom (1990), em seu modelo analítico e explicativo, demonstra que grupos de indivíduos, com interesses em

recursos comuns, podem se organizar e se transformar nos agentes de defesa da proteção e uso sustentável desses recursos. Essa autora sustenta que trata-se de uma teoria dos arranjos institucionais relacionados ao governo e manejo efetivos de recursos comuns.

Para defesa dessa teoria, Ostrom fundamentou-se em evidências produzidas em vários estudos realizados ao redor do mundo. Tais evidências contradiziam verdades solidamente construídas no meio acadêmico, como por exemplo, a defendida por Garret Hardin (1980) que tinha como pressuposto a privatização ou o controle estatal como solução para a preservação de patrimônios pertencentes a uma sociedade ou grupo.

Contrária a essa ideia, a teoria dos bens comuns articula quatro esferas de análise, (Ostrom, 1990 apud Cunha, 2004, p. 19): “a) a estrutura do sistema de recursos comuns; b) os atributos e o comportamento do grupo de usuários; c) as regras de acesso e uso que os usuários utilizam para manejar o recurso comum; e d) os resultados obtidos pela adoção dessas regras e pelo comportamento dos usuários”. Além disso, foram considerados fatores externos e internos ao grupo, analisados à luz da ecologia política

A análise dessas esferas se mostrou fecunda, no contexto específico do Assentamento Angélicas, uma vez que há um bom número de famílias “antigas”, residentes nessa propriedade há várias décadas, com alguns indivíduos nascidos na década de 1930, fator fundamental para esclarecer alguns aspectos, que só a memória coletiva dos que viveram o processo social evidenciado nessa pesquisa poderia informar.

Considerando os aspectos figuracionais dos processos que engendraram as mudanças ambientais e sociais ocorridas na Fazenda/Assentamento Angélicas, foi pertinente recorrer também à perspectiva do novo institucionalismo, no sentido de relacionar o regime de apropriação privada dos recursos, existente antes da desapropriação (propriedade privada) e o regime existente depois da criação do assentamento (misto de propriedade estatal/propriedade comum/propriedade familiar/privada).

Optei por tais referenciais teóricos por acreditar que estes oferecem ferramentas adequadas à articulação necessária entre as teorias, a metodologia e as técnicas e instrumentos metodológicos aplicados, para a coleta e sistematização das informações que permitiram a compreensão e elucidação das questões levantadas.

## Objetivos

Busquei, nessa pesquisa, compreender o processo social ocorrido na Fazenda/Assentamento Angélicas entre 1930 e 2010 e, a partir disso, refletir sobre as dinâmicas sociais dos processos de mudança ambiental, e, nesse sentido, relacionar as mudanças ambientais às transformações figuracionais, a partir da história da propriedade, incluindo nessa perspectiva sua história ambiental, na medida em que tratei das formas de acesso e uso dos recursos naturais.

Para facilitar a compreensão, delimiti três períodos do processo social pesquisado, considerando para cada período as figurações (formadas por moradores e proprietários e, posteriormente, assentados e agentes estatais e não estatais), o regime de propriedade e os arranjos institucionais para regulação do acesso e uso dos recursos naturais. Cada período recebeu uma denominação relacionada ao sobrenome da família detentora do direito de propriedade à época, quando estava sob o regime de regulação privada e, a denominação Assentamento Rural, quando já estava sob um regime de regulação em que percebi elementos de propriedade estatal, comunal, familiar/privada. Assim, o primeiro período, de 1930 a 1980, foi denominado **período Meira**; o segundo período, de 1980 a 2005, foi denominado **período Gadelha**; e o terceiro período, de 2005 a 2010, foi denominado **período Assentamento Rural**.

Os meus questionamentos acerca da problemática formulada foram no sentido de compreender, nos três períodos do processo social, as transformações nas figurações – o que pressupõe diferentes relações de poder - e as dinâmicas de mudança ambiental: as transformações no uso da terra e dos demais recursos naturais e bens comuns, os possíveis conflitos ambientais existentes e as estratégias adotadas de regulação do acesso e uso dos recursos naturais. Para tanto tomei como referência o seguinte princípio:

A tarefa de uma teoria dos processos sociais consiste no diagnóstico e na explicação das tendências de longo prazo e não planejadas, mas ao mesmo tempo estruturadas e orientadas, no desenvolvimento de estruturas da sociedade e estruturas da personalidade, que constituem a infra-estrutura daquilo que em geral denominamos *história* (ELIAS, 2006, p. 197).

No assentamento, além dos grupos familiares que passaram a residir naquela localidade a partir da criação do assentamento, convivem também, como informado anteriormente, grupos familiares cujos membros mais idosos vivem na propriedade desde que nasceram. Esses moradores mais antigos tiveram filhos e netos, que por sua vez nasceram, cresceram, também constituíram família e continuam vivendo na propriedade, congregando

até quatro gerações de uma mesma família. A partir dessa constatação, verifiquei que esses assentados (em especial os mais idosos) dispunham de informações valiosas sobre a história da propriedade, baseadas nas experiências vividas no passado e na memória coletiva construída ao longo do tempo.

### **Hipótese**

A minha hipótese é que as mudanças ambientais e respectivas mudanças nas formas de regulação do acesso e uso dos recursos, estão, em grande medida, relacionadas às figurações e ao regime de propriedade (o que remete às relações de poder). Assim, as transformações no regime de propriedade associadas à criação de assentamentos relacionam-se com desafios de instituição e regulação de novas formas de acesso e uso dos recursos naturais, particularmente aqueles que passam a assumir o *status* de bens comuns, ainda que estes estejam, também, sob regulação estatal, caso das áreas de reserva legal e de preservação permanente, por exemplo. Acredito que esses desafios, quando bem assimilados, podem evitar a “tragédia dos comuns”.

O resgate histórico das relações desses moradores com o meio ambiente e com o poder dominante neste espaço, ao longo desses anos, permitiu a compreensão das dinâmicas dos processos sociais ocorridos, observando as categorias de *ascensão* e *declínio* presentes nesses processos, e sua influência nas formas de acesso e uso dos recursos naturais, bem como as coerções, ou os arranjos estabelecidos pelos proprietários, tanto para os moradores/assentados quanto para indivíduos externos à comunidade.

A definição desse objeto de estudo se deve a diversos fatores, dentre os quais, a ausência de estudos recentes que tratem da questão ambiental em assentamentos rurais, atrelada ao processo social no qual se deu nesse espaço, o declínio do modelo de estrutura fundiária tradicional, ou seja, a história sócio-ambiental de uma propriedade privada e seus moradores, e sua transformação em propriedade estatal/comum, com vistas ao parcelamento das terras, em favor de um grupo historicamente excluído desse direito.

Um outro fator, muito decisivo para mim advém da minha curiosidade em saber mais sobre personagens, fatos e lugares, que compõem o enredo e o cenário dessa história, e que, em alguns momentos, se confunde com a história de pessoas da minha família. O meu avô paterno foi um dos “gerentes” da Fazenda Angélicas, quando esta era de propriedade de Nelson Meira. Nesse local, nasceram e foram criados o meu pai e seus oito irmãos. Meu

irmão mais velho também nasceu nessa Fazenda, mas minha família deixou a propriedade quando ele tinha 06 meses de idade. Por esses motivos, tive alguns contatos, embora muito esporadicamente, com a história dessa fazenda.

Em 2001, meu irmão mais velho, já técnico agrícola, foi contratado para trabalhar na Fazenda Angélicas, para prestar assistência técnica em um projeto de fruticultura irrigada. A partir desse marco, novamente voltei a ter contato com a fazenda e seus moradores e, por fim, sobre a desapropriação da mesma para fins de reforma agrária. Esses acontecimentos recentes, como a desapropriação e transformação da fazenda em assentamento rural, despertaram em mim a curiosidade sobre o processo que resultou em tamanhas e significativas mudanças naquela propriedade. Refletindo sobre tais acontecimentos tive alguns *insights* e falei com o meu orientador sobre as minhas inquietações e pretensões à respeito da minha pesquisa, e assim, fui orientada a buscar compreender processos de mudança figuracional e ambiental nessa propriedade, reconstruindo a sua história ambiental.

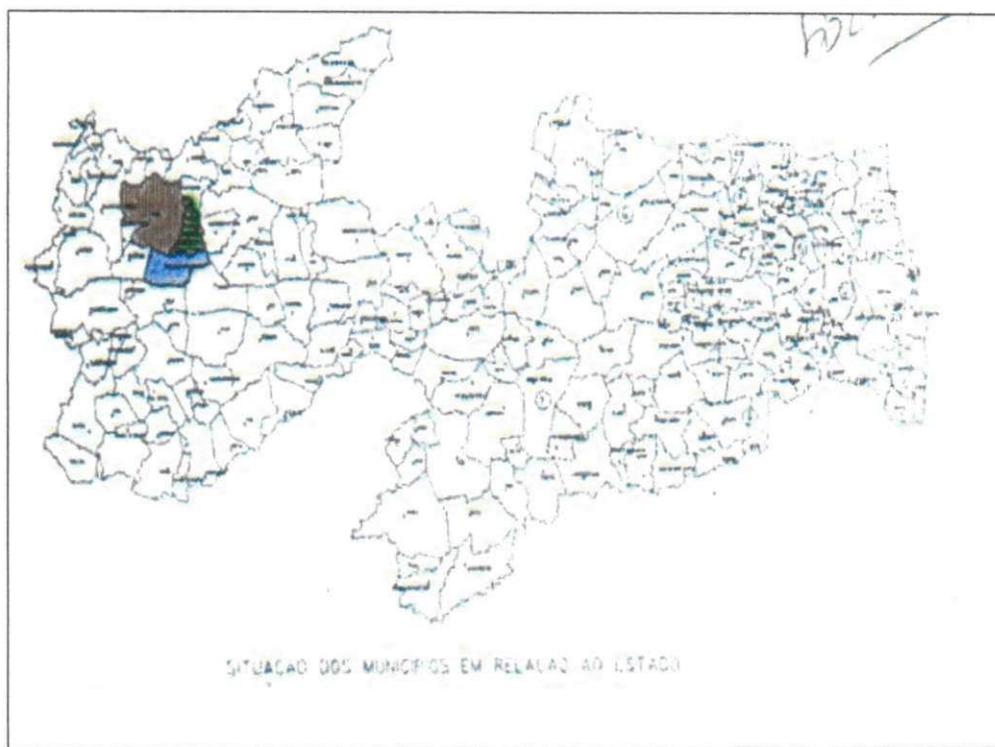
### **O contexto empírico da pesquisa**

O imóvel objeto da pesquisa empírica deste trabalho, denominado até outubro de 2005 de Fazenda Angélicas, e, posteriormente, em virtude da desapropriação realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Regional da Paraíba (INCRA-PB), no citado mês e ano, denominado Assentamento Angélicas, está localizado na região Nordeste, no Estado da Paraíba, entre os municípios de Sousa, Aparecida e São José da Lagoa Tapada. A distância entre o assentamento e a sede do município de Aparecida é de 14 Km, e entre o assentamento e a cidade de Sousa é de 34 km. Quanto à localização geo-política, faz parte da zona rural do município de Aparecida. Esses municípios situam-se na sub-região brasileira denominada Semi-árida e sub-região nordestina denominada Sertão. O mapa 1 mostra a situação desses municípios em relação ao Estado e o mapa 2 a situação do Assentamento em relação aos municípios.

Mapa 1

Situação dos municípios em relação ao estado da Paraíba

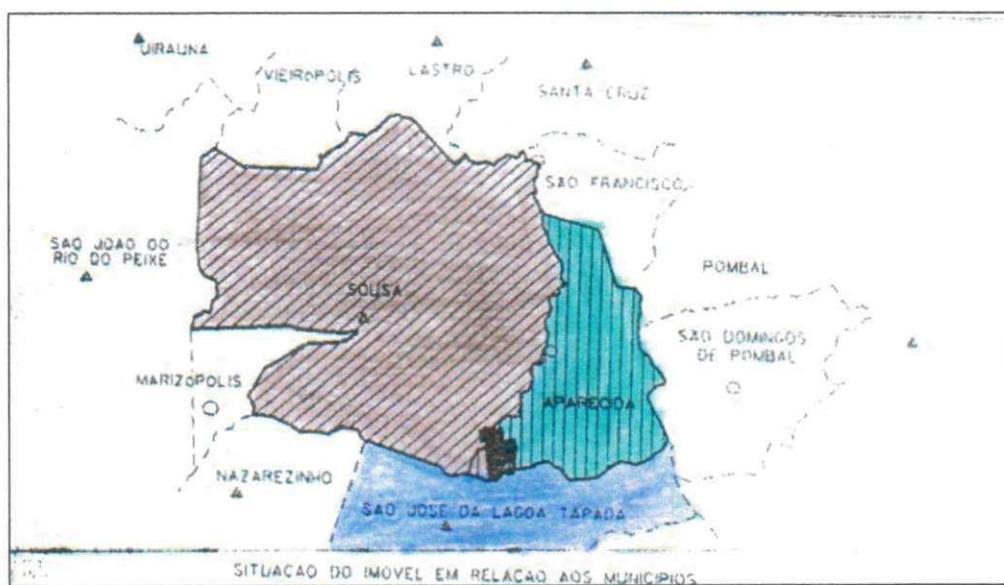
Fonte: INCRA



Mapa 2

Situação do imóvel (Assentamento) em relação aos municípios  
Aparecida, São José da Lagoa Tapada e Sousa

Fonte: INCRA



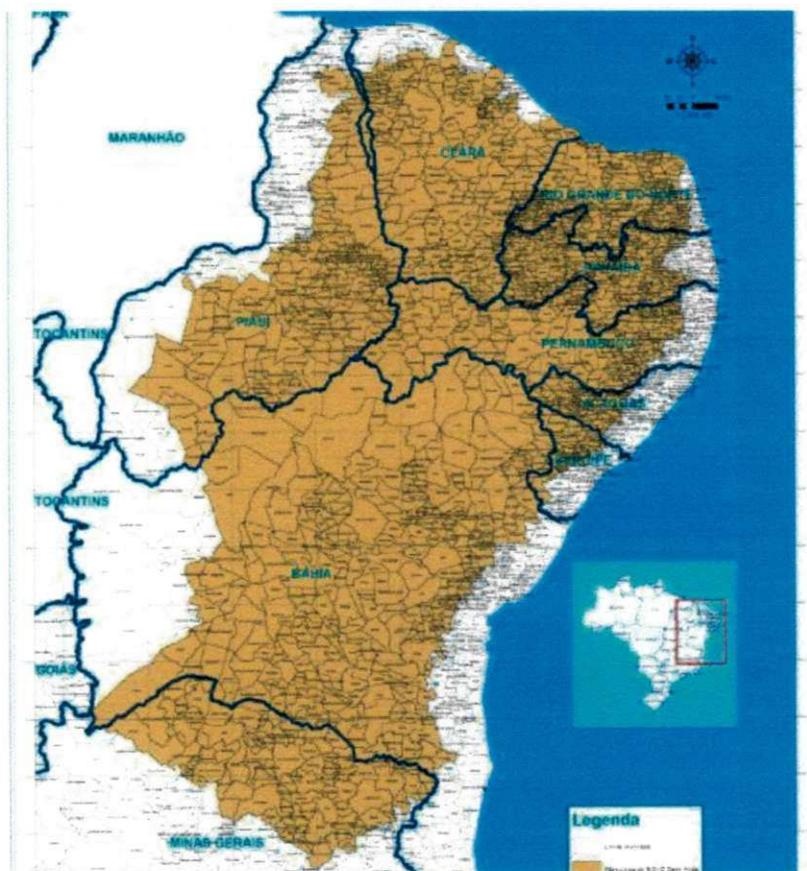
A área classificada oficialmente como a sub-região do Semi-árido brasileiro passou por uma atualização em sua delimitação em 2005, determinada através da Portaria do Ministério da Integração Nacional - MI. Essa nova delimitação geográfica foi estabelecida com base no resultado obtido por um grupo de trabalho, formado por uma equipe interministerial que utilizou critérios técnicos como o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca, para a seleção e inclusão de novos municípios. Assim, 102 municípios enquadrados em pelo menos um dos três critérios passaram a integrar o semiárido brasileiro, juntamente com os 1.031 municípios já incorporados anteriormente, totalizando 1.133 municípios (mapa 3).

Mapa 3

Mapa do Semi-árido Brasileiro

Fonte:

[http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/Nova\\_Delim\\_Reg\\_Semi\\_Arida.pdf](http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/Nova_Delim_Reg_Semi_Arida.pdf)



O que caracteriza essa sub-área são aspectos de origem climática, hídrica e fitogeográfica, tais como “baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo de precipitações ao longo dos anos, prolongados períodos de carência hídrica, solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto do geoquímico [...] e ausência de rios perenes” (AB’SÁBER, 1999, s.p). Quanto às características climática e da vegetação as informações são:

Em termos climatológicos o Município de Aparecida [onde está localizado o Assentamento Angélicas] está inserido no denominado “polígono das secas” constituindo um tipo semi-árido quente e seco, segundo a classificação de Koppen (1956). As temperaturas são elevadas durante o dia, amenizando a noite, com variações anuais dentro de um intervalo de 23 a 30° C, com ocasionais picos mais elevados, principalmente durante a estação seca. O regime pluviométrico, além de baixo é irregular com médias anuais de 920,0 mm/ano, com mínimas e máximas de 528,9 e 1777,4 mm/ano respectivamente. Devido às oscilações dos fatores climáticos, podem ocorrer variações com valores para cima ou para baixo do intervalo referenciado. No geral, caracteriza-se pela presença de apenas 02 estações: a seca que constitui o verão, cujo clímax é de Setembro a Dezembro e a chuvosa denominada pelo sertanejo de inverno, restrito a um período de 3 a 4 meses por ano. A vegetação é de pequeno porte, típica de caatinga xerofítica, onde se destaca a presença de cactáceas, arbustos e árvores de pequeno a médio porte (CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL, 2005, p. 3).

O Assentamento possui uma área total de 1.016 hectares, das quais, mais de 50% desse total correspondem às áreas de reserva legal (RLs) e de preservação permanente (APPs), determinadas por lei, que no assentamento são as áreas de “reserva da serra” e as áreas próximas aos “reservatórios de água” (açudes, barragens, riachos).

Quanto aos recursos hídricos, o Assentamento conta com um açude grande (Açude da Sede) com capacidade de mais de três milhões de metros cúbico de água, três açudes de pequeno porte (Açude do Belém de Baixo 1, Açude do Belém de Baixo 2 e Açude do Mororó) e uma pequena barragem. Ainda existem reservatórios como tanques, poços artesianos e amazonas e cisternas nas residências com capacidade para dezesseis mil litros de água, sendo algumas do tipo cisterna calçadão, com capacidade para cinquenta e seis mil litros de água.

No Assentamento, encontram-se 34 unidades familiares com o título de posse. Chama a atenção o fato de que em dezembro de 2010, apenas 03 destas unidades familiares estavam ocupadas por pessoas que não eram moradoras ou não tinham vínculos familiares com ex-moradores da fazenda (as indicadas pelo sindicato).

As demais (31 unidades) eram ocupadas por pessoas que moravam na fazenda, por ocasião da desapropriação, ou que, em algum momento já tinham sido moradores da fazenda.

Nesse grupo estão incluídos também casos de familiares de moradores que se instalaram na fazenda, já considerando a provável desapropriação e, por conseguinte, se anteciparam na “defesa de seu quinhão” e, ainda, os filhos de moradores que se apressaram em casar, com o mesmo objetivo e os que casaram depois da desapropriação e foram ocupando as unidades que vagaram, em decorrência de desistências, descumprimento de prazos, entre outros motivos que levaram algumas famílias a deixarem o assentamento.

### **Metodologia: estratégias e técnicas**

Para a realização de uma pesquisa que objetivou compreender o processo social ocorrido numa propriedade entre 1930 e 2010, e suas dinâmicas de transformações figuracionais e mudanças ambientais, foi exigido da pesquisadora uma atenção redobrada quanto à definição do aparato teórico-conceitual-metodológico adequado a uma pesquisa dessa natureza. Minayo (2007, p. 15) lembra que a metodologia “inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade”.

Nesse sentido, foi necessário pensar criativamente num modelo abrangente que pudesse mapear temporal, espacial e simbolicamente, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais nesse objeto empírico de pesquisa. Dessa forma o processo social analisado foi mapeado em períodos. Cada período recebeu uma denominação relacionada ao sobrenome da família detentora do direito de propriedade à época, quando estava sob o regime de regulação privada e, a denominação Assentamento Rural, quando já estava sob um regime de regulação em que percebi elementos de propriedade estatal, comunal, familiar/privada.

Assim, o primeiro período, de 1930 a 1980, foi denominado **período Meira**; o segundo período, de 1980 a 2005, foi denominado **período Gadelha**; e o terceiro período de 2005 a 2010, foi denominado **período Assentamento Rural**.

A presente pesquisa incluiu uma revisão bibliográfica sobre o tema da pesquisa, a utilização de instrumentos como entrevistas para coleta de relatos orais, aplicação de questionário e pesquisa em material documental escrito, como certidões cartoriais, pesquisa genealógica da família Meira e atas das assembleias da Associação de Agricultores do Assentamento Angélicas (ASSAGASSANGE).

As entrevistas foram realizadas com alguns assentados estratégicos para a obtenção de informações primordiais para a compreensão almejada, do processo social em análise. Dessa forma entrevistei quatro assentados/moradores mais antigos; dois assentados filhos e dois assentados netos desses (mais antigos); dois assentados ex-moradores/funcionários, que tinham salário fixo mensal e dois assentados *outsiders* (que não tinham morado na propriedade antes da desapropriação).

Essas entrevistas puderam resgatar, através da memória coletiva construída ao longo do tempo, e as memórias coletivas mais recentes, as figurações formadas nessa propriedade em cada período delimitado e também as formas de regulação do acesso e uso dos recursos naturais em cada um dos períodos. Concordei com Gomes (2006, p. 17) quando ela afirmou que as entrevistas, mesmo semi-estruturadas, “permitiram explorar com uma maior profundidade, amplitude e liberdade as respostas”. Além disso, completa essa pesquisadora, “era possível associar os gestos, as emoções e as omissões aos fatos verbalizados, ao contexto e aos princípios transfigurados nos valores atribuídos pelas pessoas a uma série de elementos materiais e imateriais”.

Inicialmente, em janeiro de 2010, estive na fazenda para falar da minha pretensão de pesquisa com o presidente da associação e demais assentados. Em março de 2010 encaminhei à Associação do assentamento uma solicitação de autorização para realização da pesquisa empírica, a qual foi aprovada em assembleia. Assim, em dezembro de 2010 iniciei a aplicação do questionário e em janeiro de 2011 realizei as entrevistas.

Os entrevistados foram os chefes de família da unidade familiar. Nessas ocasiões, eu informava ao entrevistado que ele poderia escolher um local onde pudesse se sentir mais à vontade para a realização da entrevista. No entanto, todos preferiram ser entrevistados em casa, geralmente na presença das esposas, que em alguns momentos também faziam intervenções acrescentando ou esclarecendo informações quando solicitadas pelos maridos.

A aplicação do questionário permitiu a obtenção de informações e dados sobre todas as unidades familiares do assentamento, nos aspectos sociais, econômicos e produtivos, como também sobre o acesso e uso dos recursos naturais no assentamento. Esclareço, que por ocasião das primeiras visitas que fiz às famílias para explicar o objetivo da pesquisa e solicitar a colaboração nessa empreitada, tanto para a concessão de entrevistas, quanto para a aplicação do questionário, eles se mostraram tímidos e receosos de não saberem responder às perguntas.

Nesse momento eu expliquei que as perguntas seriam relativas aos conhecimentos que eles tinham sobre a história da Fazenda/Assentamento, com informações relativas aos ex-proprietários, aos ex-moradores e assentados e sobre as formas de regulamentação do acesso e uso dos recursos naturais e bens comuns nessa história. Também expliquei que os informantes teriam suas identidades preservadas com a identificação das famílias por código aos quais, só eu e o próprio informantes teríamos acesso. Essa informação os tranquilizou e os deixou à vontade para as entrevistas e a aplicação dos questionários. Assim, estabeleci aleatoriamente, os códigos de FA 1 (Família Assentada 1) a FA 34 (Família Assentada 34). Em alguns momentos eu cito nomes em informações que não comprometem os informantes.

Esclareço ainda, que a pesquisa foi voltada para a obtenção de informações do ponto de vista histórico-figuracional-ambiental dos assentados, sobre as suas memórias e impressões à respeito do processo social em análise. Dessa forma, outros agentes não foram incluídos nas entrevistas e questionários, emergindo nessa pesquisa enquanto agentes passivos, participantes das figurações dos informantes, obtidas através do material coletado.

Os materiais documentais escritos, como as certidões cartoriais, permitiram a confirmação de algumas informações, obtidas através dos relatos orais dos entrevistados, sobre quem eram os donos da propriedade em cada período delimitado. Já a análise das atas foram fundamentais para explicitar como os assentados se organizaram e instituíram arranjos de regulação de acesso e uso dos recursos naturais e bens comuns, para além da regulamentação jurídico/institucional já existente. Além dos instrumentos e técnicas citadas, lancei mão também da observação, no sentido de apreender a realidade que se revela no cotidiano e evidencia contradições entre o dito, o registrado em regulamentações institucionalizadas ou não e as práticas dos assentados.

Considerando ainda que a discussão que deu sustentação à pesquisa foi baseada na nos conceitos de Figuração e processo social, na teoria dos bens comuns (com suas quatro esferas de análises citadas anteriormente) e nos regimes de propriedade, e considerando também a necessária articulação entre as abordagens teóricas e “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (Minayo, op. cit. p. 14) utilizei o método da análise e sinopse das configurações como o ponto de convergência, das evidências expressas nos demais métodos e técnicas utilizados na pesquisa para retratar a realidade. Segundo Elias,

a análise e sinopse das configurações consiste em observar e conceituar sistematicamente o modo como os indivíduos se agregam, como e por que eles formam entre si uma dada configuração ou como e por que as

configurações assim formadas se modificam e, em alguns casos, se desenvolvem (ELIAS, 2000, p. 56).

Esse método desempenha um papel na construção de modelos de grande e pequena escala (modelos de burocracias e vilarejos, de sistemas de relações de força e de famílias); tais modelos e resultados das pesquisas de configurações, dos padrões ou estruturas sociais podem ser tão precisos e fidedignos quanto o resultado da mensuração quantitativa de fatores e variáveis isolados, e, fazem parte de um campo crescente de investigação, cujo desenvolvimento se pauta na possibilidade de revisões críticas e aperfeiçoamentos, fruto de novas investigações (ELIAS. op. cit.).

Todo esse instrumental teórico-metodológico permitiu a compreensão do processo social em análise e a elucidação das questões levantadas nessa pesquisa, no sentido de esclarecer até que ponto, o modelo do regime de apropriação dos recursos, as relações figuracionais e suas transformações, podem influenciar nas mudanças ambientais, informadas pelas iniciativas, bem sucedidas ou não, de instituição de arranjos que permitam a preservação e uso sustentável dos recursos naturais e bens comuns.

### **A estrutura da dissertação**

A Dissertação está constituída por uma introdução, cujo texto contempla a apresentação geral dos objetivos e das dimensões teóricas e metodológicas do trabalho, além de quatro capítulos, considerações finais, referências bibliográficas e anexos.

No Capítulo I procurei historicizar o processo de estruturação do espaço agrário paraibano, que por rebatimento tem sua origem no próprio processo de ocupação e colonização do território brasileiro, motivo pelo qual, em primeiro lugar realizei uma breve incursão nessa origem, através de pesquisa bibliográfica. Nesse esforço de compreensão do desenrolar dos principais fatos e ações relacionados à questão agrária brasileira, procurei contextualizar tais fatos e acontecimentos dentro do cenário e dos debates político-econômico-sociais e teóricos nos quais foram conformados, e a partir daí, relacionar com o contexto histórico específico do objeto de estudo, considerando as suas peculiaridades, uma vez que existe sempre a possibilidade do surgimento de novos elementos, tendo em vista a especificidade de cada localidade.

No capítulo II apresento as diretrizes teórico-metodológicas que inspiraram as análises realizadas nesta dissertação. Em síntese, trata-se de um esforço de, a partir da teoria

dos recursos comuns, de Ostrom (uma crítica ao trabalho de Hardin, a tragédia dos Comuns), e do debate acerca dos regimes de propriedade, incorporar a dimensão histórica – recorrendo para isso ao conceito de figuração e processo social proposto por Norbert Elias e à ideia de mudança ambiental, na perspectiva da ecologia política.

No capítulo III reflito sobre as relações entre mudança social e mudança ambiental a partir das transformações nas figurações (relações de poder), considerando duas variáveis principais: as transformações nos regimes de propriedade, que levaram do latifúndio ao assentamento, no processo social analisado, com as transformações nas formas de uso dos recursos naturais, dando maior ênfase nesse capítulo ao recurso solo, ao analisar as atividades produtivas desenvolvidas nos três períodos delimitados. Para isso, foi preciso apresentar a Fazenda/Assentamento Angélicas, em suas características passadas e presentes.

No capítulo IV, as relações entre processo social e mudança ambiental são analisadas a partir das transformações nas formas de regulação do acesso e uso de recursos naturais na Fazenda/Assentamento Angélicas, nos três períodos delimitados nos últimos 80 anos. Pautei minha análise em duas abordagens teóricas cujos questionamentos e reflexões se complementam, no debate aqui proposto: a ecologia política, que apresenta elementos analíticos primordiais para a pesquisa dos conflitos ambientais e processos de mudança ambiental e a teoria dos recursos comuns, que defende a capacidade humana de organizar estratégias de proteção a recursos que pertencem a uma sociedade ou grupo, de modo a garantir tanto a sua preservação quanto o seu uso sustentável, e garantir ainda que os benefícios desses recursos sejam estendidos a todo o grupo (OSTROM, 1990). Considerei as formas de regulação relativas a recursos como solo, matas/madeira, animais/caça, água/açudes e demais reservatórios, pesca e demais bens comuns.

## CAPITULO 1

### QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E QUESTÃO AMBIENTAL: MARCOS DE REFERÊNCIA NUMA PERSPECTIVA DE PROCESSOS SOCIAIS

Apesar da dimensão ambiental estar presente em diversas leis agrárias do Brasil, inclusive no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), até bem pouco tempo a variável ambiental foi negligenciada nas discussões, propostas e execução da reforma agrária (ARAÚJO, 2006). Somente em 1987, com a criação da modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, a variável ambiental foi introduzida nas atividades do INCRA. No tocante aos Assentamentos de Reforma Agrária merece destaque a introdução do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental - ATES, das Normas de Execução nº 43 e 44<sup>1</sup> (NUNES, 2008) e a aprovação da Resolução CONAMA nº 289/2001, que instituiu diretrizes para o licenciamento ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

No meio acadêmico, o debate específico que faz interseção da questão ambiental em áreas de assentamento de reforma agrária prescindem, ainda, de um maior dimensionamento, tendo em vista a complexidade dessa relação e a variedade de aspectos que podem ser averiguados nesse contexto. Na maioria das vezes, as pesquisas realizadas quando contemplam a questão ambiental, o fazem de forma indireta, ou então, como questão secundária.

Entretanto, alguns especialistas têm chamado a atenção para a necessária inclusão, nas pesquisas que se propõem a retratar essa realidade social, de perspectivas que possam ampliar o dimensionamento dessa intrínseca e complexa relação. Dessa forma, “qualquer diagnóstico da realidade social deve partir, primeiramente, do esforço de compreensão dos processos históricos que conformaram esta realidade (CUNHA et al., 2005, p. 42). Neste Capítulo, realizei o primeiro esforço de compreensão desses processos.

---

<sup>1</sup> estabelecem os procedimentos para aplicação dos recursos destinados à recuperação/conservação de recursos naturais em Projetos de Assentamentos.

## 1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A estrutura fundiária brasileira, cuja característica marcante é a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, teve sua origem na forma de ocupação do território pelos colonizadores. Desde a chegada e ‘invasão’ do chão brasileiro pelos portugueses, em 1500, até a Independência, em 1822, a coroa portuguesa mantinha o monopólio da propriedade de todo o território brasileiro, optando pela “concessão de uso”, com direitos hereditários da posse e exploração das terras, entretanto, sem direito a venda ou compra, uma vez que não havia ainda legislação que regulamentasse a propriedade privada das terras. Esse processo se deu, inicialmente, com o sistema de capitanias hereditárias, que consistiu na doação de grandes extensões de terra a senhores de posses vinculados à Coroa Portuguesa, e, posteriormente, com a concessão de Sesmarias (STEDILE, 2005).

Como critérios fundamentais para a “concessão de uso”, com direito a herança, figuravam a posse de capital e o compromisso, por parte do donatário, de produzir mercadorias para exportação, destinadas ao mercado europeu, atendendo dessa forma, às necessidades de consumo e aos interesses mercantis capitalistas que já se instalara na Europa. Para este fim, foi adotado o modelo de produção agrícola denominado “*plantation*”, caracterizado pela prática da monocultura<sup>2</sup> em grandes fazendas de área contínua, com a utilização de mão-de-obra escrava (STEDILE op. cit.).

Após a Independência, por volta de 1850, o regime escravocrata estava em crise, a Coroa Brasileira era pressionada pela Inglaterra para que houvesse a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Era iminente a abolição da escravidão. Antevendo esse fato e utilizando-se de uma manobra jurídica na qual se impedia, ainda que de forma implícita, que os futuros ex-escravos ocupassem pequenas áreas de terra, D. Pedro II, então Imperador do Brasil, promulgou a Lei 601 (Lei de Terras), em 18 de setembro de 1850.

Ora, já havia por essa época muitas revoltas populares, como também mobilização por parte de grupos abolicionistas que promoviam fugas de escravos revoltados contra as condições de vida e trabalho, às quais estavam submetidos. Era crescente o número de escravos fugitivos que iam se juntar a outros tantos em quilombos. Além disso, pequenas

---

<sup>2</sup> Cultura exclusiva dum produto agrícola (Ferreira, 2004, p. 1.354). No caso citado tratava-se da monocultura da cana-de-açúcar.

áreas de terras devolutas<sup>3</sup> estavam sendo ocupadas por homens livres. Embora essa ação não promovesse mudanças perceptíveis na estrutura fundiária, era preciso barrar essa via de ocupação de terras, considerando inclusive, que com a inevitável abolição que se enunciava, multidões de escravos que se tornariam homens livres, logo em breve, poderiam se tornar camponeses, ocupando pequenas áreas de terra.

A Lei de Terras determinou então que “qualquer” cidadão brasileiro poderia se tornar proprietário privado de terra, “desde que pudesse comprá-la”. Na verdade, essa possibilidade tinha como objetivo evitar a ocupação de terras devolutas via regime de posse ou direito de usucapião<sup>4</sup>. Como o preço das terras era elevado, os futuros ex-escravos não poderiam comprá-las e permaneceriam, portanto, dependentes dos fazendeiros, como assalariados. Assim, a partir desse marco jurídico, a terra (um bem da natureza) passou a ser mercadoria (bem de valor), favorecendo a consolidação da estrutura fundiária baseada no latifúndio, socialmente injusto e excludente, acessível apenas aos ricos (ibidem).

Na trajetória dos processos sociais e históricos ocorridos no Brasil, alguns momentos foram marcantes, em certos aspectos da questão agrária:

- o processo de eliminação do trabalho escravo iniciado em 1851 que culminou com a abolição da escravatura em 1888. Segundo Stedile (2005), quase dois milhões de adultos ex-escravos abandonaram o trabalho agrícola e se dirigiram às cidades, agravando a crise existente no modelo agroexportador de produção: chega ao fim o modelo *plantation*. Embora tenha aumentado o número de propriedades rurais nessa época, não houve, entretanto, mudanças significativas na estrutura agrária;

- a proclamação da República, cujo período conhecido como República Velha (1889-1930) foi dominado pela oligarquia<sup>5</sup> cafeeira, em que predominava, no setor agrícola, a utilização de mão-de-obra exercida por imigrantes, principalmente camponeses

---

<sup>3</sup> “Terras devolutas podem ser definidas como aquelas que pertencem ao Estado, sem que tenham algum uso público já determinado” (Araújo, 2005. p. 21).

<sup>4</sup> Segundo Ferreira (op. cit. p. 2.027) é “modo de adquirir propriedade móvel ou imóvel pela posse pacífica e ininterrupta da coisa durante certo tempo”.

<sup>5</sup> Governo de poucas pessoas. Ocorre quando um pequeno grupo de pessoas pertencentes a uma mesma família, grupo econômico ou de um partido governa um país, estado ou município. Nessa forma de governo os interesses políticos e econômicos do grupo que está no poder prevalecem sobre os da maioria.

pobres europeus, excluídos pelo sistema capitalista que avançava na Europa no final do século XIX. A esse novo regime de trabalho, deu-se o nome de colonato<sup>6</sup>; e,

• a Revolução de 1930 que provocou a queda da oligarquia cafeeira e alavancou o processo de industrialização. Do ponto de vista da questão agrária, o período que vai de 1930 a 1945, chamado por alguns teóricos de período nacional desenvolvimentista, foi caracterizado “pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria. As oligarquias rurais continuam donas das terras, continuam latifundiárias e produzindo para exportação, mas não mais detêm o poder político” (STEDILE, 2005, p. 28).

No que pese a importância desses fatos para a vida política e econômica do país, influenciando em alguns aspectos da questão agrária, observa-se, entretanto, que até meados do século XX, não houve mudanças significativas na distribuição das propriedades privadas, mantendo-se inalterada a estrutura fundiária (SPAROVEK, 2003).

No final da década de 1950 e início da década de 1960, surgiram organizações no campo, como as Ligas Camponesas do Nordeste com militâncias políticas de trabalhadores rurais e movimentos sociais. Tais “organizações passaram a contestar o grau de desigualdade social e de concentração fundiária existente no País e pressionaram o governo para a realização da reforma agrária” (MIRALHA, 2006 apud ARAÚJO, 2006, p. 26).

Em resposta a essas ações, foi criada, em 1962, a Superintendência de Política Agrária – SUPRA e em 1963 foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural. Estas foram as primeiras medidas que acenavam para a realização da reforma agrária. O então Presidente João Goulart contrariava os interesses das elites agrárias nacionais, ao tomar medidas que poderiam dar início à efetiva desapropriação de terras e ao propor mudanças na Constituição Federal, no sentido de promover a reforma agrária, o que gerou uma série de reações, das quais, o crescente interesse pela questão e a pressão popular pela reforma na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo, são apontadas por Prado Jr. como alguns dos fatores que estimularam o golpe militar de 1964, que depôs o citado Presidente.

Entretanto, é preciso destacar que o golpe se deu, mais como uma reação aos movimentos dos trabalhadores rurais e movimento social pelas reformas em geral, que como uma reação exclusiva ao programa fundiário do governo João Goulart, uma vez que este pautava-se pelo “reformismo populista”, e não se propôs de fato a acabar com o latifúndio,

---

<sup>6</sup> Regime de produção sob a forma de colonato, assim rotulado por sociólogos, foi o estabelecimento de relações sociais específicas na produção de café, entre os fazendeiros e os colonos, não se tendo noção de sua adoção em nenhum outro país (STEDILE, 2005, p.25).

muito menos investiu pesado nas reformas de base. Era temível sim, a possibilidade de realização de uma reforma agrária ‘na marra’, pela via alternativa proposta pelo movimento dos trabalhadores rurais. Havia o perigo de uma eventual ruptura de alianças tradicionais que, até então, davam sustentação às formas de dominação, prevalentes no campo brasileiro (MENDONÇA, 2006).

O debate político em torno da questão, por esse viés da reforma, foi então interrompido, passando a discussão a focar outras dimensões, notadamente pelo pensamento de economistas conservadores que tinham suas preocupações voltadas para a “oferta e demanda de produtos agrícolas e seus efeitos sobre os preços, a taxa de emprego e o comércio exterior” (DELGADO apud ARAÚJO, 2006, p. 26). Não obstante, o governo militar precisava incluir a reforma agrária em sua agenda política, em resposta, tanto a pressões externas, pelo compromisso assumido com a assinatura da Carta de Punta del Leste<sup>7</sup>, quanto pela necessidade de evitar novos conflitos que poderiam ser desencadeados pelos movimentos dos trabalhadores rurais.

Assim, um dos primeiros atos do Governo de Castelo Branco (primeiro governo militar) foi a promulgação do Estatuto da Terra, que, segundo Mendonça,

teve como especificidade o fato de conter em seu bojo duas estratégias distintas: uma claramente ‘distributivista’, voltada à democratização da propriedade da terra; e outra, produtivista, concentradora, já assinalando a opção que prevaleceria nos anos de 1970, a assim chamada ‘modernização conservadora (MENDONÇA, 2006, p. 39).

Não se tratava, portanto, de uma legislação ameaçadora do latifúndio, mas um instrumento para forçar a modernização no campo, inserindo neste o conceito de empresa, a qual era isenta de desapropriação, segundo o referido Estatuto. Desse modo, para fins de reforma agrária, o instituto da desapropriação, na prática, não surtiu efeito. Lima (2007) afirma que, não havendo interesse, por parte do governo militar, em alterar, de fato, a estrutura fundiária, este priorizou o deslocamento de levas humanas para regiões pouco habitadas.

Assim, a partir de 1970, o governo lançou vários programas especiais de desenvolvimento regional, entre os quais, o Programa de Integração Nacional – PIN (1970); o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA (1971); o Programa Especial para o Vale do São Francisco – PROVALE (1972);

---

<sup>7</sup> No artigo 6º deste documento, os países se comprometem a impulsionar, respeitando as particularidades de cada país, programas de reforma agrária integral.[...] a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por um sistema justo de propriedade (GUEDES PINTO, 1996 apud ARAÚJO, 2006, p. 26).

O Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA (1974); O Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE (1974) (BRASIL, 1997).

Destes, os que mais mereceram atenção e recursos foram o PIN e o PROTERRA. O PIN objetivava ocupar parte da Amazônia, ao longo da Rodovia Transamazônica, através de projetos de colonização em torno de agrovilas. Contudo, estudos demonstraram que na prática, o número de famílias assentadas foi reduzido, o impacto sobre a região foi insignificante e os custos dessa empreitada foram muito altos. O PROTERRA também deixou a desejar: além de conceder muitos benefícios aos proprietários das terras - estes escolhiam as áreas a serem desapropriadas, recebiam o pagamento à vista e ainda tinham direito a créditos altamente subsidiados – assentou apenas cerca de 500 famílias depois de quatro anos de criação (BRASIL, op cit.).

Em suma, nos primeiros anos de vigência do Estatuto da Terra, o Capítulo referente à reforma agrária foi abandonado, enquanto que o que tratava da política agrícola foi executado em larga escala, com a modernização do campo. Nesse modelo de modernização econômica da agricultura brasileira, os trabalhadores rurais foram submetidos à lógica da agricultura capitalista, em detrimento da produção agrícola em unidades familiares.

Autores como Delgado (1997) e Stedile (2005) enfatizam que esse processo de modernização conservadora<sup>8</sup> foi impulsionado por algumas iniciativas do Estado que privilegiavam as empresas capitalistas. Entre outras iniciativas, Delgado (op. cit.) destaca a criação do sistema nacional de crédito rural, o estímulo às exportações de grãos, especialmente a soja, o estabelecimento de políticas de incentivos, que ofereciam tanto benefícios fiscais quanto facilidades de créditos financeiros, para a produção de algumas culturas, a exemplo do Programa Nacional do Álcool – PROALCOOL, como também, a implantação dos complexos agroindustriais e, ainda, o fomento à produção de matéria prima e insumos agrícolas (ferramentas, máquinas agrícolas, adubos químicos, agrotóxicos, etc.).

Acompanhando as transformações ocorridas na base técnica da produção no campo foram observadas também mudanças significativas nas relações sociais de produção, como o avanço do assalariamento no campo, a expropriação e/ou expulsão de camponeses das terras, o crescente êxodo rural estimulado pela lógica capitalista que propagava a ilusão de uma vida

---

<sup>8</sup> “Processo de industrialização da agricultura com a manutenção das suas estruturas, ou seja, com a permanência da concentração fundiária nas mãos das oligarquias rurais” (PEIXOTO e GARCIA, 2006, p.64).

melhor para os filhos de camponeses, seduzidos por empregos e salários ao trabalharem como operários nas fábricas.

Os camponeses cumpriam, dessa forma, tanto o papel de fornecer mão-de-obra barata à nascente indústria na cidade, quanto os que ficaram no campo, o de produzir alimentos a preços baixos para a cidade, em especial para suprir a demanda da nascente classe operária. O crescente movimento migratório para as grandes cidades, por sua vez, provocou uma urbanização acelerada com uma generalização do subemprego nas grandes cidades, baixos salários e a formação do chamado *exército de reserva*<sup>9</sup> (STEDILE, 2005). Enfim, no campo ou expulsos para a cidade, permanecia a condição de pobreza, exclusão e subordinação às elites dominantes.

É interessante observar que as medidas tomadas pelo Estado, embora revestidas de propósitos que acenavam para mudanças na estrutura fundiária, na verdade, guardavam em sua essência, propósitos “reformistas” que buscavam integrar ou adaptar o setor agrário aos interesses do capital comercial, industrial e financeiro, e, em grande medida, privilegiavam sempre as classes dominantes, que sabidamente, sempre foram ferrenhos opositores à idéia de reforma agrária. Stedile, ao realizar a apresentação do trabalho de Sônia Maria Mendonça, intitulado *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990* (2006) corrobora com esse entendimento, ao sintetizar tão bem o pensamento da referida autora sobre a classe dominante agrária. Vejamos:

O texto nos auxilia no entendimento do papel que essas classes dominantes desempenham no cenário político-econômico-ideológico, suas formas de organização, seus vínculos com o Estado Brasileiro, o domínio que exercem sobre esse Estado e sobre os poderes constitucionais e o uso que fazem das instituições e da legalidade para manter seus privilégios (STEDILE, 2006, p. 12).

Assim, o período histórico de 1965 a 1982 representou uma fase de grande desenvolvimento da agricultura capitalista, aliada à economia industrial e urbana e com fortes influências da economia externa. Delgado (2005, p.21) refere-se a esse processo de modernização como “um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador”. Essa política contraditória no setor agrário provocou, no final da década de 1970 e início da década de 1980, uma série de conflitos e com eles muita violência nas lutas sociais no campo.

---

<sup>9</sup> consiste no excedente de mão-de-obra desempregada, essencial para o funcionamento do capitalismo, pois é ele que pressiona a mão-de-obra ativa e garante os baixos salários, aumentando assim a exploração e a mais-valia.

Nesse mesmo período, inaugura-se uma nova fase de ordem econômica e política no País, houve um recuo no ciclo do crescimento econômico e chegou ao fim a ditadura militar. Aumentaram as lutas por mudanças no campo: dos posseiros contra as grandes fazendas; dos seringueiros contra a devastação de suas florestas; de indígenas pela demarcação de suas terras, de pequenos agricultores atingidos por obras públicas modernizantes, e, outros tantos, agricultores sem terra. Enfim, nesse contexto, ocorreu uma série de articulações entre os movimentos e entidades engajadas na defesa dessa questão.

Pode-se dizer que houve uma oxigenação das forças sociais no país, e com relação à questão fundiária, surgem vários movimentos em defesa da reforma agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a reorganização da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), além, do fortalecimento da Comissão Pastoral da Terra e do surgimento de organizações não-governamentais, também em defesa dessa causa (DELGADO, 2005).

Corroborando com esse entendimento Cunha et al. (2005) afirmam que entre os principais fatos políticos que influenciaram a reforma agrária no Brasil, como a elaboração da Constituição de 1988 e as transições de governo, também tiveram peso significativo, com forte presença na agenda governamental, “as lutas camponesas no Brasil e os movimentos sociais de trabalhadores sem-terra que emergiram novamente a partir do fim da década de 1970, nas suas mais diferentes organizações” (Cunha et al., op. cit., p. 43).

Com o fim do regime militar e a redemocratização, a reforma agrária retorna à agenda política governamental, passando a fazer parte do pacto formal do futuro governo de Tancredo Neves, que faleceu antes de assumir o cargo. A Presidência da República foi assumida pelo Vice-Presidente José Sarney, em março de 1985. Já em outubro desse mesmo ano, através de Decreto Presidencial foi aprovado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Também a Constituição Federal aprovada em 1988 destinou o terceiro capítulo (“Da política agrícola e fundiária e reforma agrária”), do sétimo título, à matéria, inserindo o tema de forma definitiva, como prioridade de política pública de Estado (NUNES, 2008). Ainda nesse governo foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD.

Após a aprovação desses marcos legais, muitos outros complementares foram editados, numa constante variação entre avanços e retrocessos que contribuíram para a ineficiência e a negligência do Estado, em tornar efetiva a política de reforma agrária. Em suma, mesmo com a redemocratização, com a mudança de governo militar para governo civil,

com mudança de governantes (José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva) e com um aparato legal que possibilitaria a reforma agrária, esta, de fato não aconteceu, pois as poucas ações implementadas nesse sentido tiveram resultados irrisórios, diante do alto grau de desigualdade na distribuição da terra no Brasil, medida pelo índice de Gini<sup>10</sup>, que em 2006, quando foi realizado o último censo agropecuário, era de 0,872.

Registre-se que em toda essa trajetória de lutas e de injustiças ligadas à questão agrária (e em algumas vezes atreladas à questão ambiental, como no caso da luta dos seringueiros na Amazônia), foram muitos os conflitos que culminaram com verdadeiras tragédias, algumas emblemáticas, a exemplo do assassinato dos sindicalistas Margarida Alves – PB (1983) e Chico Mendes – AC (1988), o massacre de camponeses em Corumbiara – RO (1995) e em Eldorado dos Carajás – PA (1996).

Outro registro, indispensável para uma melhor compreensão da trajetória desse processo, é o de um importante movimento, contrário ao movimento de reforma agrária, que deu origem à União Democrática Ruralista – UDR, em 1985. Articulando diversas forças em defesa dos grandes proprietários rurais, essa entidade ganhou projeção na mídia e elegeu representantes no Congresso Nacional, chegando ao seu ponto máximo, com o lançamento de Ronaldo Caiado, líder dessa entidade, à presidência da República (STEDILE, 2005). A bancada ruralista na Constituinte, sob o comando da UDR, exerceu grande pressão, no sentido de barrar a maioria dos avanços que poderiam ser estabelecidos na Carta Magna, em favor da reforma agrária. Além disso, essa entidade pregava o uso da força contra as invasões de terras.

No início da década de 1990 houve o revigoramento dos movimentos sociais no campo, que se expandiam por todo o país aumentando o poder de pressão sobre o governo. Através de ocupações de fazendas e de atividades articuladas que aconteciam em todo o Brasil, ganharam espaço na mídia e apoio popular. O governo de Fernando Henrique Cardoso tinha como foco principal a política de estabilização econômica e combate à inflação, negligenciando a política de reforma agrária. Entretanto, situações de forte tensão no campo foram registradas em seu primeiro mandato, com o crescente número de ocupações promovidas pelo MST e outras entidades de luta pela terra.

---

<sup>10</sup> O índice de Gini aplicado à estrutura fundiária mede o grau de desigualdade na distribuição das terras. Numericamente o índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero menor a desigualdade na distribuição das terras, quanto mais próximo de um, maior a desigualdade na distribuição, ou seja, maior a concentração de terras nas mãos de poucos.

Agravaram-se os conflitos entre os sem-terra e os proprietários das fazendas, estes últimos, muitas vezes respondiam às ocupações com violência, contando para isso, tanto com seguranças particulares, quanto com força policial, como nos episódios citados de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. Diante disso, com o intuito de reduzir os conflitos existentes, o governo se vê pressionado a elaborar uma nova política para o campo, adotando medidas em favor da reforma agrária, como a criação de diversos programas e o aumento do número de desapropriações. Nesse governo também foram criados o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, e, posteriormente o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Contabilizando a área de terras destinadas à reforma agrária nos oito anos de mandato do governo FHC, observa-se que esta praticamente dobrou, passando de 2% para mais de 4% do território nacional (DELGADO, 2005). Ainda assim, foram insignificantes as mudanças na estrutura fundiária e no grau de desigualdade na distribuição da terra (ARAÚJO, 2006).

Finalmente, no início do governo Lula havia um clima de muita expectativa em relação à reforma agrária, afinal, como retirante nordestino e ex-líder sindical, o Presidente conhecia bem a realidade no campo brasileiro, além do mais, em suas campanhas para presidente, prometia realizar a reforma agrária 'com uma canetada só'. Entretanto, as expectativas foram frustradas (AFONSO, 2011). Nesse governo foi elaborado o *II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de vida*, com previsão de implantação de novos assentamentos, além da reestruturação dos já existentes. No entanto, a política de reforma agrária levada a efeito nesse governo recebeu fortes críticas advindas de entidades sociais que compõem o Forum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, como também de estudiosos da questão (ARAÚJO, 2005).

O Jornal o Estado de S. Paulo, na edição de 28 de fevereiro de 2011, publicou uma reportagem assinada pelo jornalista Roldão Arruda, na qual foi realizada uma espécie de "balanço" da reforma agrária no governo Lula, com base na análise feita pelo Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pesquisador e professor de pós-graduação da USP. Arruda destaca que, segundo Oliveira, uma das principais características da política de Lula foi justamente a substituição da desapropriação pela regularização de terras. Ainda segundo Arruda, analisando os dados do INCRA, sobre a reforma agrária entre 2003 e 2009, Oliveira verificou que os novos assentamentos representam apenas 34,4% do total registrado e que quase um terço (26,6%) das famílias assentadas por Lula é, na verdade, constituído por famílias que já viviam e produziam na zona rural, mas sem título de propriedade (registro aqui

que este foi o caso do Assentamento Angélicas, criado em 2005, no governo Lula, no qual a grande maioria dos assentados é composta por famílias de pessoas que já moravam na Fazenda).

E mais, quase metade das terras “reformadas” eram terras públicas, da União ou dos Estados, localizadas, sobretudo, na Região Norte, o que para Oliveira *apud* Arruda (2011), caracteriza colonização e não reforma agrária, uma vez que não altera a estrutura fundiária. Cunha et al. afirmam que

muitos autores como Ferreira (1994), Alentejano (2002) e Moreira, Targino e Menezes (2002), têm alertado para o fato de que o poder público no Brasil não tem e nunca teve uma política de reforma agrária de abrangência nacional, voltada para alterar significativamente a estrutura fundiária do país. O que se tem realizado nas duas últimas décadas são ações pontuais de assentamento de famílias de trabalhadores sem-terra em zonas de conflito fundiário ou em áreas que passam por processos de decadência econômica ou de reestruturação produtiva (CUNHA et. al, 2005, p. 43).

Os números relativos às políticas de reforma agrária, implementadas tanto no governo FHC quanto no governo Lula, estão cercados de polêmicas, uma vez que pesquisas denunciam uma maquiagem nas estatísticas apresentadas pelos governos, demandando uma maior transparência na divulgação de dados oficiais sobre essas políticas (LEITE, s.d). Essa postura é ainda mais grave quando pesquisas “ditas qualitativas” acabam por priorizar dados quantitativos que “revelam a eficiência da ação do governo”, como por exemplo, a pesquisa realizada por Sparovek (2003), que “produziu um quadro distorcido da realidade dos assentamentos no Brasil e da ação do poder público nesta área” (CUNHA et al, op. cit. p. 41).

Nesse relato, optei por não apresentar quadros com dados quantitativos que relacionassem o número de assentamentos e de famílias assentadas, efetivadas no período anterior a 1964 e, posteriormente, nos diversos governos até os dias atuais. Mesmo porque, o meu objetivo nessa breve incursão histórica através dessa revisão bibliográfica, foi esclarecer a origem da estrutura fundiária brasileira, sabidamente concentradora, e como as forças dominantes desse setor tem tentado, a todo custo, manter esse *status quo*, seja recorrendo à violência ou à manobras políticas que resultaram em legislações que servem muito mais aos interesses dos grupos dominantes, que aos supostos interesses de justiça social no campo.

## 1.2 DEBATE TEÓRICO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

No que diz respeito aos estudos acadêmicos e científicos da realidade agrária brasileira, como subsidio ao debate teórico, político, social e econômico da questão, esses se

deram tardiamente. Segundo Stedile (2005, p.16), “ o primeiro grande debate de ideias e teses que interpretavam, de maneira diferente, as origens e as características da posse, da propriedade e do uso da terra no Brasil somente aconteceu na década de 1960”, mais pela necessidade política e sociológica dos partidos políticos, que pelo desenvolvimento da ciência nesse campo.

Stedile aponta os principais teóricos do que, segundo ele, seriam as quatro grandes correntes do pensamento crítico nessa área: 1) a primeira é a corrente disseminada pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB, cujos principais teóricos são Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Moisés Vinhas; 2) a segunda corrente, é representada pelas teses de Caio Prado Júnior, dissidente do partido comunista por discordar com o pensamento oficial do referido partido, no que tange à interpretação de pontos fundamentais relacionados à questão agrária, à formação histórica do Brasil e à ideia do que seria a revolução brasileira; 3) a terceira corrente de pensamento era a tese central defendida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, que tinha Celso Furtado e Ignácio Rangel como principais intelectuais representantes desse órgão no Brasil; e, 4) a quarta corrente estava articulada à esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, cujas idéias sofria influência da chamada “escola cepalina”. Um dos principais expoentes dessa vertente é Paulo Schilling.

Delgado considera que a construção teórica e política da questão agrária no pensamento econômico ocorreu em torno dos seguintes eixos: 1) Partido Comunista Brasileiro (PCB); 2) Setores Reformistas da Igreja Católica; Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL); e 4) Economistas Conservadores (DELGADO, 2005).

Destaco aqui as teorias de alguns desses intelectuais: Guimarães defendia a transformação da agricultura de subsistência em agricultura de mercado, pois para ele o problema agrário brasileiro estava associado ao atraso proveniente dos resquícios feudais em torno dos quais fundamentaram-se as relações produtivas no campo. Dessa forma, a solução para tal problema passava necessariamente pela reforma agrária, com a introdução das relações de produção capitalista no campo e a extinção do latifúndio improdutivo e suas relações arcaicas de produção (GUIMARÃES 1960).

Prado Jr. (1960) discordava dessa visão de Guimarães, de centrar o foco do problema em resquícios feudais, uma vez que para o primeiro, desde a colonização, a estrutura econômica brasileira era capitalista. Stedile (2005) considera que a reforma agrária era prioridade na obra de Prado Jr. e que o mesmo discordava do pensamento propagado pelo

PCB, de que a reforma agrária deveria se dar através da aliança dos camponeses com a burguesia nacional. Segundo Castelani e Belatto (s.d.), esse autor “defendia uma reforma agrária planejada, com o conhecimento das situações regionais”.

Rangel defendia a tese de que o problema crucial da questão agrária brasileira estava no grande contingente de mão-de-obra desempregada no campo, em função da inserção da agricultura capitalista e da modernização no campo aliada a uma economia industrializada. Assim, a solução apontada por esse autor, para o excedente de força de trabalho, tanto do campo como os que migraram para as cidades, seria a recomposição da economia rural em pequena escala, por meio de pequenos lotes, tanto na zona rural como nas periferias urbanas, garantido desse modo, ao menos a agricultura de subsistência (RANGEL, 1986).

Nesse debate também merece destaque a atuação de setores progressistas da Igreja Católica, que buscava aplicar a Doutrina Social da Igreja, contrária à realidade agrária de profunda injustiça e exclusão social e disseminar o pensamento dessa Instituição sobre a questão, através das declarações dos Bispos, das Cartas Pastorais e das Encíclicas Sociais do Vaticano (DELGADO, 2005). Nesse sentido, merece destaque o Movimento de Educação de Base (MEB), promovido pela Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na década de 1960.

Tal Movimento tinha como objetivo a conscientização dos camponeses, quanto à sua condição de explorado e, a partir disso, organizá-los para reivindicar direitos trabalhistas e, de acesso à terra através da reforma agrária. Em 1975 foi instituída a Comissão Pastoral da Terra (CPT), cuja ideia defendia a posse da terra para quem nela trabalha, inaugurando com isso uma nova fase de reformulação teórica do debate sobre a questão dentro da esquerda.

Essa ideia influenciou na elaboração do conceito do direito da propriedade fundiária, legitimado pelo princípio da função social da terra, em substituição à velha tradição do direito de propriedade, instituído pela Lei de Terras de 1850 (ARAÚJO, 2006; DELGADO, 2005).

### **1.3 ALGUMAS NOTAS SOBRE ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA PARAÍBA**

Historicamente, o espaço agrário paraibano tem se revelado espaço de exploração tanto da mão-de-obra, quanto dos recursos naturais, fato observado desde o início da colonização portuguesa, cujo processo de ocupação, assim como aconteceu na maior parte do país, levou ao genocídio de indígenas, nas lutas travadas no jogo de dominação e, à intensa

exploração de recursos naturais. Tal ocupação ocorreu a partir do litoral em direção ao sertão. No litoral, a ocupação baseou-se na produção da cana-de-açúcar e no sertão a motivação econômica da ocupação foi a pecuária bovina: “Se no Litoral o Engenho foi a unidade fundamental da organização social, econômica e cultural, na região semi-árida foi a fazenda que desempenhou tal função”(MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 70).

Assim, ainda segundo esses autores, a estrutura fundiária na Paraíba é o resultado de um longo processo, cujas origens, como informado anteriormente, remontam à produção do espaço colonial, que subordinada aos interesses do capital mercantil, baseou-se na concessão de grandes sesmarias para a exploração, no caso específico do Sertão, da pecuária bovina.

Dentre as características que conferiram identidade própria às Fazendas, diferenciando-as dos Engenhos, Moreira destaca: 1) instalação de grandes domínios latifundiários; 2) baixo nível de investimento para implantação; 3) organização do trabalho combinando mão-de-obra livre e escrava; 4) a atividade pecuária praticada nas fazendas permitiu, em alguns casos, aos homes pobres livres, tanto o acesso à exploração como à propriedade da terra, contribuindo para tanto, a forma de pagamento estabelecida para o vaqueiro denominada “quarteação”; 5) relações com o mercado interno e externo, entretanto, com menor dependência em relação ao mercado externo que as experimentadas pela cultura da cana face à exploração colonial.

Com a atividade pecuarista foram surgindo necessidades de gêneros alimentícios, que deram lugar a agricultura de subsistência. Foi introduzido também o cultivo do algodão. Desse modo, pode-se afirmar que a pecuária e a cultura algodoeira foram os fomentadores do processo de ocupação e apropriação do espaço agrário no Sertão da Paraíba.

Este tipo de atividade foi observado de forma mais acentuada na depressão sertaneja em áreas como Patos, Sousa e Cajazeiras. É interessante lembrar que antes de se emancipar politicamente, em 1994, a cidade de Aparecida, em cujo Município se encontra o Assentamento Angélicas, fazia parte do município de Sousa.

Em decorrência dessa forma de estrutura, baseada na concentração fundiária nas mãos de poucas famílias, resulta também o controle sobre o processo de produção e reprodução da força de trabalho rural: “os senhores de Engenho do Litoral e os latifundiários pecuaristas do Sertão paraibano constituíam o poder dominante” (MOREIRA & TARGINO, op. cit., p. 178).

Moreira lembra que a distribuição desigual das terras na Paraíba é apenas uma face do problema da estrutura fundiária, a outra é a exclusão fundiária: “a outra face, tão ou mais importante que a anterior, é aquela representada pelo grande número de trabalhadores sem terra” (Ibidem, p. 188).

Só a partir de 1970 começaram a surgir conflitos pela posse da terra no Estado. Entre 1970 e 2008 foram registrados um total de 283 áreas de conflitos, das quais 132 na Mesorregião do Agreste, 94 na Mesorregião da Zona da Mata e 46 na Mesorregião do Sertão (RODRIGUES, s.d). As principais causas para o surgimento desses conflitos podem ser atribuídas à resistência dos trabalhadores rurais à expulsão da terra ou quebra de contrato; a venda de propriedades sem que fossem assegurados os direitos dos trabalhadores; a modificação de contratos, de verbais para escritos, que diminuía os direitos dos trabalhadores. A esses fatores somam-se as invasões de áreas improdutivas, organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST na Paraíba (MOREIRA & TARGINO, 1997; MIDITIERO JR., 2008).

As estratégias de lutas adotadas pelos movimentos sociais do campo, por uma estrutura fundiária mais justa, foram muitas vezes revidadas de forma violenta pelos proprietários, com ameaças, agressões físicas e em muitos casos, com a morte brutal de trabalhadores. Cenas chocantes, muitas vezes registradas e divulgadas pela mídia em rede nacional, chamaram a atenção das autoridades e da sociedade em geral. Essas lutas constituíram-se em importante instrumento de pressão junto ao Estado, para a construção de uma política de Reforma Agrária que nos últimos anos tem realizado desapropriações e criado assentamentos rurais, mesmo que ainda muito distantes de uma reforma agrária que promova, efetivamente, o fim das desigualdades e injustiças no cenário agrário paraibano.

No caso do Assentamento Angélicas, não houve conflitos pela posse da terra. A iniciativa de solicitação de vistoria partiu do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida – PB, mas, no processo de desapropriação e criação do assentamento, houve a intermediação da Comissão Pastoral da Terra, Coordenação da Paraíba.

#### 1.4 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL: MARCOS DE REFERÊNCIA

A problemática ambiental atingiu o *status* de questão global no final do século XX, nas décadas de 1980 e 1990. Porém, foi a partir de questionamentos levantados por cientistas naturais no século XIX. Em 1866 surge, como um ramo das Ciências Naturais, a área do conhecimento chamada de *ecologia*. Esse termo, cunhado pelo cientista alemão Ernst Haeckel, foi utilizado para definir o estudo das relações entre os seres vivos e o ambiente em que vivem.

É importante frisar aqui, que a ecologia surgiu como ciência dentro dos limites fixados pelo estudo da natureza, não considerando importante realizar análises que poderiam indicar a forma de ligação entre o desgaste da natureza e a dinâmica produtiva da sociedade industrial em seu todo, restringindo, assim, seu alcance compreensivo e permanecendo aprisionada à ideologia do progresso pela via da busca de melhoramentos corretivos. Ciência<sup>11</sup> de sintomas, a ecologia nasceu assumindo um viés conservacionista e estratégias corretivas, não cogitando incorporar os incipientes conhecimentos das ciências sociais (SOUZA, 2000).

Contudo, se as “ciências naturais” foram negligentes neste aspecto, as ciências sociais também o foram: os sociólogos e economistas do século XIX não perceberam a relação negativa entre a organização sócio-econômica do industrialismo de massa e o desgaste do meio ambiente natural (SOUZA, op. cit.). Sobre essa afirmação o autor insiste que os cientistas sociais contemporâneos de Haeckel, a exemplo de Comte, Lorenz von Stein, Le Play, Jevon, Michelet e Burkhardt, não se mostravam preocupados com os danos causados ao meio ambiente natural. Para Souza, tanto Haeckel quanto os cientistas sociais de sua época buscavam entender as leis, porém, para o primeiro interessavam as leis reguladoras da natureza, enquanto para os segundos interessavam compreender as leis reguladoras da sociedade, numa visão dicotômica entre sociedade e natureza.

Para os clássicos das ciências sociais, as sociedades humanas estavam fora ou acima do alcance das ciências naturais, ou em termos Durkheimianos “fatos sociais só podem ser explicados por outros fatos sociais”. Sobre essa afirmação W. Catton e R. Dunlap (1980 *apud* Drummond 1991), ao questionarem a negligência das ciências sociais no ‘despertar ecológico’ mundial, chegaram à conclusão de que, desde a sua origem, elas [as ciências

---

<sup>11</sup> Entendida aqui “no sentido proposto por Francis Bacon no século XVII: era sinônimo de utilidade prática, busca das leis que governam o funcionamento do mundo físico natural para ampliar o domínio sobre a natureza” (Souza, 2000, p. 80)

sociais] adotaram um ‘paradigma de imunidade humana’ (human exemptionalism paradigm)<sup>12</sup> aos fatores da natureza.

Drummond esclarece ainda que, segundo Catton e Dunlap, por mais de um século, intencionalmente ou não, os sociólogos cuidaram em não fazer alusão a limitações ou condicionantes, que fossem em alguma medida, impostos à cultura pelos fatores naturais (DRUMMOND, 2006). Corroborando com essa visão Souza (2000, p. 40) também conclui: “É claro que todos sabiam, seja de forma intuitiva, seja de forma racionalmente exposta: da ação social do homem, como predador, vinham os desacertos”.

Não obstante, tanto Souza quanto Drummond são categóricos ao afirmar que o surgimento da “consciência ecológica” deve-se, inquestionavelmente aos intelectuais e professores treinados nas ciências físicas e naturais: biólogos, ornitólogos, especialistas em florestas, zoólogos, engenheiros, físicos, enfim, eram vários os especialistas desse campo das ciências.

Interessante destaque é dado por Souza a George Perkins Marsh (1801-1882), advogado e político, que em meados do século XIX “foi um antecipador de gênio”. Com perspectiva inovadora, escreveu o livro *Man and nature* (1965) adotando uma visão histórica: “seu mérito foi penetrar num campo, o da história da decadência das civilizações, pela via dos estudos sobre desgaste ecológico” (SOUZA, op. cit., p. 45). Tal linha de pensamento era inédita e fora dos padrões científicos dos cientistas sociais da época.

Por sua vez, Drummond (1991, p. 180) afirma que “curiosamente, foram cientistas naturais que de novo lideraram, nos movimentos ambientalistas ou nas instituições de pesquisa, um entendimento ‘ecológico’ da sociedade e da cultura humanas”. O referido autor cita alguns cientistas que, desde fins da década de 1950, atuavam nos EUA e na Inglaterra: Paul Ehrlich (biólogo), Garrett Hardin (biólogo), Rachel Carson (bióloga), E. F. Schumacher (engenheiro), Amothy Lovins (físico) e, no Brasil, José Lutzemberger (engenheiro químico), ambientalista militante na década de 1970.

Enfim, em meados do século XX, as ciências sociais se veem desafiadas a participarem do debate ambientalista. Aliados ao conhecimento científico da ecologia surgiram novos campos de estudo como os da ecologia humana, economia ecológica ecologia política, sociologia ambiental, Educação Ambiental, entre outros. Para ilustrar essa passagem,

---

<sup>12</sup> Nele, cada sociedade e a cultura humana em geral são inteligíveis apenas em si mesmas (DRUMMOND, 2006).

tomo por empréstimo as palavras de Sachs apud Leite Lopes (2006, p. 38): “A partir dos anos 1960 a ecologia deixou as faculdades de biologia das universidades e migrou para a consciência das pessoas. O termo científico transformou-se numa percepção de mundo”.

Assim, eclodem nos países mais desenvolvidos, movimentos em defesa da preservação da natureza. Tais movimentos, de caráter utópico-revolucionário, começaram a ganhar repercussão por volta dos anos 60 do século XX. Ecoam as críticas ao modelo capitalista de produção, cujo processo de racionalização utilitarista levou à intensa depredação de recursos naturais e à degradação do modo de vida humano, intensificando-se assim, a percepção de que a humanidade deveria repensar a forma de ocupação do planeta, ditada pela cultura ocidental.

Um marco na Literatura sobre a questão ambiental foi o livro *Primavera Silenciosa*, da bióloga marinha Rachel Carson (1962), que denunciava a perda de qualidade de vida produzida pelo uso excessivo e indiscriminado dos produtos químicos e os efeitos dessa utilização sobre os recursos naturais – tornou-se um *best seller*, publicado em várias línguas, em inúmeros países, e serviu como um fermento para o crescimento dos movimentos ambientalistas que tomavam formas cada vez mais consistentes.

Mendonça (1993) aponta algumas prováveis causas para a eclosão do debate ambiental no século XX: a 2ª Guerra Mundial; a globalização das economias capitalistas e socialistas (o imperialismo); a explosão demográfica; seca/fome/desertificação na África; os movimentos sociais gerais, entre eles o autor considera que o movimento hippie<sup>13</sup> foi, tanto pela forma de contestação, quanto pela volta do homem à natureza, um dos mais significativos.

Assim, em meio à efervescência e inquietações geradas pelos movimentos ecológicos, ambientalistas e sociais, questionamentos sobre o modelo de desenvolvimento global foram sistematizados, em 1968, por um relatório encomendado pelo Clube de Roma<sup>14</sup>. (1999) lembra

A produção desse texto teria como objetivo central ‘examinar o complexo de problemas que afligem os povos de todas as nações: pobreza em meio à abundância; deterioração do meio ambiente; perda de confiança nas instituições; expansão urbana descontrolada; insegurança de empregos; alienação da juventude; rejeição de

<sup>13</sup> Movimento social baseado na rejeição das convenções e dos costumes (ACKERMANN, 1999).

<sup>14</sup> Grupo formado por 30 especialistas de várias áreas (economistas, industriais, pedagogos, humanistas, etc.) que passou a se reunir em Roma, a partir de abril de 1968, para discutir a crise atual e futura da humanidade (DIAS, 1994)

valores tradicionais; inflação e outros transtornos econômicos e monetários' (Meadows, 1978 apud Cascino, 1999, p. 36).

Esse relatório, intitulado *The Limits of Growth* (Os Limites do Crescimento), publicado em 1972, denunciava que o crescente consumo mundial levaria a humanidade a um limite de crescimento e possivelmente a um colapso. A partir deste marco a temática ambiental emergiu, de forma global, como uma preocupação explícita, mobilizando a sociedade civil organizada, os meios de comunicação e os governos, resultando na realização da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, em Estocolmo (1972).

Este foi o primeiro, de muitos eventos internacionais sobre meio ambiente que se realizaram desde a década de 70 do século XX até os dias atuais, nos quais, lideranças e especialistas representando organizações governamentais e não governamentais do mundo inteiro discutem sobre os problemas ambientais, cada vez mais complexos, e suas possíveis soluções, também, cada vez mais complexas, se colocadas em termos globais e locais. Entre as mais importantes conferências, além da de Estocolmo, destacam-se as de Belgrado (1975), Tbilisi (1977), Moscou (1987), Rio-92 (Eco-92) e Thessaloniki (2002).

Nesses eventos internacionais, que discutem questões ambientais gerais e em outros que discutem questões mais específicas, como o aquecimento global ou a poluição dos mares, luta-se por acordos e tratados, a exemplo da Agenda 21<sup>15</sup> e do Protocolo de Quioto<sup>16</sup>, entre os governantes de diversos países, no sentido de prevenir e/ou minimizar os efeitos causados pelos problemas ambientais.

Nesse percurso histórico, considero importante destacar a constituição, em 1983, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland (Presidida por Gro Harlem Brundtland, na época, primeira-ministra da Noruega) Tal comissão foi designada para analisar as principais questões sobre meio ambiente e

---

<sup>15</sup> A Agenda 21 é um programa de ação, baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais ousada e abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Trata-se de um documento consensual para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países num processo preparatório que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, no Rio de Janeiro, também conhecida por ECO-92.

<sup>16</sup> Protocolo segundo o qual os países industrializados reduziram suas emissões combinadas de gases de efeito estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990 até o período entre 2008 e 2012. Esse compromisso, com vinculação legal, promete produzir uma reversão da tendência histórica de crescimento das emissões iniciadas nesses países há cerca de 150 anos (BRASIL, s.d).

desenvolvimento, cujo relatório, publicado em 1987 com o título de *Nosso futuro comum*, propôs o termo *Desenvolvimento Sustentável*.

Segundo definiu o referido relatório, Desenvolvimento Sustentável é a satisfação das necessidades atuais sem o esgotamento dos recursos para as gerações futuras. A ideia expressa nesse novo conceito torna explícito o esforço empreendido para conectar dois conjuntos de problemas: os propriamente ecológicos (ou do mundo natural), resultantes da ação humana, tais como uso ou escassez de recursos naturais, extinção de espécies, poluição, contaminação, aquecimento global, desertificação etc.) e os propriamente *sociais* como doença, fome, pobreza, exclusão etc.). Verifica-se uma abertura rumo à quebra de paradigmas e à elaboração de novas perspectivas teóricas que vislumbrem um equilíbrio entre concepções naturalistas e concepções sociais, ambas complementando-se no interior dos debates (DRUMMOND, 2006).

Assim, a discussão sobre meio ambiente faz parte de uma emergente necessidade, a partir de questões levantadas sobre a chamada “sociedade de risco” e das análises sobre “mudança ambiental”. Neste cenário, autores como Alan Irwin, Ulrich Beck, Giddens, Elizabeth Shove, tratando do primeiro tema e F. Buttel, Catton e Dunlap, Dunlap, C. Rootes, M. Redclif e G. Woodgate e J. A. Padua, tratando do segundo, “discutem com propriedade a emergência dos problemas ambientais na sociedade contemporânea, enfatizando de maneira geral a complexidade da questão” (SILVA, 2006, p. 25).

Leite Lopes (2006) ao retomar uma discussão de fatos empíricos com os quais trabalhou em uma pesquisa sobre danos e controle de poluição industrial, passa a abordar a questão ambiental sob o ângulo de um processo histórico, conceituando o termo “ambientalização” dos conflitos sociais, relacionando-o à construção de uma nova questão social e uma nova questão pública. Ao justificar o neologismo, o autor explica que este é semelhante a outros usados nas ciências sociais, tais como “industrialização” e “proletarização” no século XIX, tendências de “desindustrialização” e de “subproletarização”, no final do século XX, ou ainda os termos “curialização” usado por Elias e “esportificação”, usado por Elias e Marx.

Sem pretender entrar no mérito do significado desses neologismos, o que interessa aqui é esclarecer que o sufixo comum a todos esses termos, segundo Leite Lopes, é indicativo de “processos históricos de construção de novos fenômenos”. Nesse sentido, considera que a “ambientalização” dos conflitos pode ser entendida como “processos sociais, empiricamente delimitados, pertencentes a uma tendência histórica, no Brasil e em outros países, de uma certa

duração [...], que se pode datar [...] a partir das repercussões da conferência sobre meio ambiente promovida pela ONU em Estocolmo, em 1972” (LEITE LOPES, 2006 p. 34).

Em síntese, o processo histórico de ambientalização traz a reboque transformações em diferentes esferas, no Estado e no comportamento das pessoas. No Brasil, tais transformações têm a ver com cinco fatores: o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente a partir dos anos 70 do século XX; os conflitos sociais e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; e, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos (LEITE LOPES, op. cit.). A seguir faremos algumas considerações a respeito desse processo no Brasil, e de como a questão ambiental e a questão agrária estão intrinsecamente atreladas nesse processo histórico.

## 1.5 A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL

É consenso entre autores como Gonçalves (1998), Cascino, Dias (1998), Loureiro, Souza (2002), Leite Lopes (2006), entre outros autores de renome no debate sobre a questão ambiental no Brasil, que a preocupação com essa problemática adquiriu forma mais consistente nas décadas de 80 e 90 do século XX. Entretanto, há registros históricos que comprovam que a preocupação com a degradação do ambiente, embora incipiente, é anterior ao século XX. O ex-Ministro da Cultura, Gilberto Gil, em artigo intitulado *Algumas notas sobre cultura e ambiente*, afirma que:

O Brasil vai estar na linha de frente do pensamento ambiental, com alguns de seus políticos intelectuais protestando, sistematicamente, contra o modelo predatório que presidiu à colonização do País, com o seu descaso pela terra, o seu regime escravista de trabalho e a sua agricultura tecnicamente primária e devastadora, mesmo para os padrões da época (GIL, 2003, p.47).

Quem chamou a atenção desse autor para a existência dessa linhagem ou tradição da crítica ambiental no Brasil, já registrada nas últimas décadas do século XVIII, foi o historiador e cientista político, José Augusto Pádua, no livro intitulado *Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. De acordo com Gil, Pádua conseguiu reunir cerca de 150 textos, de 50 autores, sobre o tema, demonstrando que a discussão ambiental, na verdade, ‘acompanha a discussão sobre o destino do país desde os tempos coloniais’. Gil escreve ainda:

Pádua rastreou ‘a existência de uma reflexão profunda e consistente sobre o problema da destruição do ambiente natural por parte de pensadores que atuaram no país entre 1786 e 1888, muito antes do que convencionalmente se imagina como

sendo o momento de origem desse tipo de debate'. Como se vê, uma tradição que se estende por mais de 100 anos. E não se trata, advirta-se, de uma tradição insignificante, mas de uma linhagem de intelectuais que vai do baiano Baltasar da Silva Lisboa ao Pernambucano Joaquim Nabuco, passando pelo paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, que empregava sem rodeios a expressão crime quando se referia a delitos ecológicos. E mais: uma tradição que teve a sua singularidade, a sua originalidade, no contexto mundial, por ter sabido pensar a partir de nossa própria realidade (GIL, 2003, p. 48).

É interessante perceber que a crítica realizada por esses pensadores era no sentido de chamar a atenção para a necessidade de utilização dos recursos naturais de forma inteligente e cuidadosa, pois estes constituíam um 'grande trunfo para o progresso futuro do país' (PÁDUA, s.d, apud GIL, 2003). Assim esses intelectuais pensavam o meio ambiente como uma alternativa ao desenvolvimento nacional, que não estivesse coadunado ao modelo econômico predatório vigente à época.

Outro aspecto interessante é que, embora fossem minoria, alguns desses autores, a exemplo de José Bonifácio, André Rebouças e Joaquim Nabuco, incluíram, em alguma medida, a questão social à questão ambiental, ao se referirem ao trabalho escravo como sendo um aspecto negativo à saúde ambiental brasileira e ao desenvolvimento do país, uma vez que o escravismo estava na base do latifúndio, da monocultura, do atraso técnico e do desleixo com a terra. Em seus escritos relacionados à questão ambiental, José Bonifácio já defendia o fim da escravidão e a distribuição de pequenas propriedades para negros e índios, como também defendia a difusão de técnicas sustentáveis com o objetivo de dirimir as agressões provocadas pelo homem à natureza (GIL, 2003; CORREA E BUBLITZ, 2006; MOREIRA E TARGINO 1997).

Sobre as primeiras informações acerca do tema, Correa e Bublitz (2006) se referem a Frei Vicente de Salvador, considerado o primeiro historiador brasileiro com a obra *História do Brasil* (1500-1627), na qual, além de descrever as riquezas naturais, narra o *modus vivendi* na Colônia e realiza críticas ao modelo de ocupação depredadora promovida pelos portugueses e seus descendentes. Informam ainda que na documentação epistolar jesuíta, verificam-se críticas de mesma natureza nos escritos de Manuel da Nóbrega e José de Anchieta. Outra fonte de referência, segundo os autores é a literatura dos séculos XVI e XVII, nas obras de Pero de Magalhães Gândavo, Gabriel Soares de Souza, Ambrósio Fernandes Brandão (de autoria laica), Fernão Cardim e Simão de Vasconcelos (de autoria religiosa).

Baseado na obra citada de Correa e Bublitz, Nunes (2008) resume a crítica ambiental brasileira do século XIX em três direções: uma diz respeito à elaboração teórica e filosófica de parte da elite intelectual brasileira sob influência das ideias iluministas, tendo como seu

principal representante, o já citado José Bonifácio de Andrada e Silva; outra diz respeito às obras de artistas como Manuel de Araújo Porto Alegre, Nicolas-Antoine Taunay, Felix-Emile Taunay, Jean Baptiste Debret, José Leon Righini, Almeida Júnior e Pedro Weingärtner; e, finalmente, uma terceira relaciona-se com as expedições científicas comuns desde o século XVII, cujos objetivos principais eram descrever as belezas [e principalmente riquezas] naturais das regiões brasileiras, no atendimento de interesses políticos, científicos e econômicos.

Apesar dessas correntes críticas, a emergência da questão ambiental enquanto movimento capaz de mobilizar a sociedade e o Estado, só aconteceu após a eclosão da temática como questão global. Gonçalves (1998), ao fazer uma análise das condições histórico-culturais de onde emerge o movimento ecológico no Brasil, destaca que esse se deu em um contexto muito específico, na década de 1970, sob a égide de uma ditadura militar. Segundo esse autor, de um lado havia a esquerda, que acreditava que o subdesenvolvimento do país se devia, fundamentalmente, às ações do imperialismo, que tinha como aliado interno a oligarquia latifundiária. De outro lado, a burguesia nacional, tendo como articuladora a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), afirmando que o “verdadeiro nacionalismo” se pautava em propor o desenvolvimento abrindo as portas do país ao capital estrangeiro.

Nesse sentido, Gonçalves afirma que houve um desvio do enfoque da questão nacional, do plano das condições sociais – como era colocado pela esquerda, para um plano técnico-econômico desenvolvimentista. Dessa forma, a burguesia conseguiu atrair não só os investimentos estrangeiros, como também o apoio da tecnoburocracia civil e militar, tendo sido sob a égide do capital internacional, que o Brasil alcançou o maior desenvolvimento industrial de sua História (GONÇALVES, 1998). Ainda nessa análise, do contexto em que se evidencia a temática Ambiental no Brasil, o referido autor conclui:

São essas, portanto, as três fontes mais importantes de preocupação ecológica no Brasil: O Estado, interessado nos investimentos estrangeiros que só chegam caso se adotem medidas de caráter preservacionista, o movimento social gaúcho e fluminense, se bem, que essas lutas ocorressem em todo o Brasil – vide a luta nacional da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil – FAEB, liderada por Walter Lazarini, contra os agrotóxicos usados indiscriminadamente e a elaboração de seu “Receituário Agrônomo”, e, finalmente, a contribuição dos exilados políticos que aqui chegaram em finais da década de 70 (GONÇALVES, 1998, p. 16).

Já Loureiro (2004), ao tratar sobre Educação Ambiental no Brasil, sustenta que essa se fez tardiamente, lembrando também ele, “que o debate ambiental se instaurou no país sob a

égide do regime militar nos anos setenta, muito mais por força de pressões internacionais, do que por movimentos sociais” (LOUREIRO, 2004, p. 79-80). O referido autor considera que apesar da existência de registros de projetos e programas na área de Educação Ambiental desde a década de 1970, o movimento ambientalista, no Brasil, começa a tomar dimensões públicas de grande relevância, com sua inclusão na Constituição Federal de 1988.

Leite Lopes (2006) considera a Conferência de Estocolmo como o marco desencadeador de uma série de ações do governo brasileiro, voltadas para a inserção da temática ambiental no âmbito institucional, embora ele [o governo] tenha se pronunciado contra as preocupações e os controles ambientais da Conferência. Nesse aspecto destaca a criação da Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, já em 1973, um ano depois da referida conferência. Institucionalização devida principalmente ao receio do governo brasileiro (sob o comando de militares), de sofrer um cerceamento internacional no processo de industrialização em desenvolvimento no país.

Alonso e Costa (s.d) destacam a realização da Eco-92 no Rio de Janeiro, como um evento de grande envergadura para a inserção da temática ambiental nas políticas públicas, uma vez que

os temas ambientais passam a estar sujeitos, portanto, às restrições impostas pela racionalidade administrativa, onde imperam as soluções pragmáticas (politicamente aceitáveis e economicamente viáveis para uma sociedade capitalista) e onde toda demanda, por mais justificável do ponto de vista ambiental (ou econômico ou social), precisa levar em consideração os outros interesses organizados e representados na esfera pública (ALONSO e COSTA, s.d, p. 116).

Assim, a questão ambiental sofre uma mudança estrutural ao longo de sua trajetória enquanto processo social: perde o viés utópico-revolucionário dos primeiros movimentos ambientalistas e ganha dimensões políticas, inserindo-se nas mais diversas esferas de decisão governamental. Tais mudanças também foram impactantes na área acadêmica, sobre a abordagem da questão, constituindo-se ciências ambientais, com novas metodologias de pesquisa e instrumentos de avaliação dos “riscos ambientais” (ALONSO e COSTA, op.cit).

Na esteira dessas mudanças surgem também novas especialidades profissionais, nas mais diversas áreas do conhecimento, com a adjetivação de “ambiental”. Da mesma forma há uma interiorização da questão ambiental, que passa a ser utilizada como forma de argumentação e legitimação de reivindicações em conflitos sociais já existentes. Por sua vez, empresários se apropriam do discurso ambiental, como justificativa para suas “produções ambientalmente sustentáveis”. A esses e outros fenômenos similares Leite Lopes denomina de processos de “ambientalização” dos conflitos.

Esse autor faz uma análise, muito bem concatenada, sobre os pontos desencadeadores desse “processo de ambientalização”:

Ele parte das lutas de populações atingidas, profissionais concernidos, agências estatais e ONGs contra riscos à saúde dos trabalhadores e de populações próximas a plantas fabris e empreendimentos poluentes, e progressivamente obtém ganhos na mobilização de grupos sociais, em sanções estatais, nacionais e internacionais, contra processos de devastação e de riscos socioambientais. Desse processo surgem defesas estatais como as agências, as leis e normatizações ambientais; a reconversão de profissionais às novas questões ambientais, assim como novos profissionais; e mesmo a construção de uma justificativa empresarial, baseada na apropriação da crítica ambiental ao capitalismo ou aos seus aspectos devastadores, que desembocam em novas ‘responsabilidades ambientais corporativas’ e mesmo na lucratividade com investimentos antipoluentes e ambientalmente ‘sustentáveis’ (LEITE LOPES, 2006, p. 50).

Nessa mesma perspectiva, Vieira (2010) aborda o processo de “ambientalização” que vem ocorrendo no debate em torno da reforma agrária brasileira. Essa ambientalização pode ser percebida, num quadro analítico semelhante ao realizado por Leite Lopes, “a partir da crescente institucionalidade e racionalidade da problemática ambiental que vem envolvendo a criação de um quadro legal, políticas de Estado e até o discurso dos movimentos sociais agrários” (VIEIRA, 2010, p. 12).

## **1.6 A INCORPORAÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS PESQUISAS EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO AGRÁRIO**

Na maioria das vezes, a temática ambiental, quando abordada em pesquisas relacionadas à questão agrária, e mais especificamente às áreas de assentamento, ficava restrita a análises que se preocupavam muito mais, ou com o estado de degradação, ou com o estado de conservação das áreas pesquisadas, remetendo a reflexões sobre a sustentabilidade ou à viabilidade econômica. NUNES (2006) cita inclusive, que o Relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO (1992), recebeu críticas de autores como Hébette (1994), pelo tratamento dispensado no relatório, às questões ambientais em assentamento agrário no Brasil, que abordou os indicadores sócio-econômicos, unicamente a partir da geração de renda.

Dulley e Carvalho (1994) também avaliaram criticamente o referido relatório e chamaram a atenção para dois aspectos recorrentes na discussão ambiental em áreas de reforma agrária: um diz respeito a extensão dos impactos ambientais causados pelas famílias assentadas, o outro, relaciona a degradação ambiental em assentamentos com as dificuldades

do Estado brasileiro em planejar a criação dos projetos de assentamento, de modo a assegurar a proteção das áreas de reserva legal (RL) e de proteção permanente (APP) (NUNES, op.cit.).

Sparovek (2003) coordenou uma pesquisa em Projetos de Assentamento (PA), criados entre 1995 e 2001, envolvendo todos os estados brasileiros. Tendo como base 14.414 entrevistas feitas em 4.340 assentamentos, a pesquisa resultou na publicação intitulada *A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira*, considerada, até então, a mais abrangente já realizada no Brasil sobre os assentamentos da reforma agrária (BRASIL, 2005). Os resultados foram organizados em forma de índices, a saber: o índice de eficácia de reorganização fundiária, o *índice de qualidade de vida*, o índice de articulação e organização social, o índice de ação operacional e o índice de qualidade ambiental.

No artigo intitulado *A construção de índices como instrumentos para retratar a realidade social: uma análise crítica*, que buscou refletir sobre os resultados da pesquisa realizada por Sparovek (op. cit.), os autores Cunha, Gomes, Menezes, Malagodi e Ieno Neto (2005, p. 41), indicaram algumas fragilidades, tanto de ordens teóricas, quanto conceituais e metodológicas, que no entendimento desses especialistas, produziram “um quadro distorcido da realidade dos assentamentos no Brasil e da ação do poder público nesta área”. Esses autores consideram que dados importantes foram escamoteados, de modo a refletirem “mais uma avaliação [positiva] da eficiência da ação governamental na implementação de uma política pública do que uma análise qualitativa dos projetos de assentamento”.

No tocante à qualidade ambiental, por exemplo, questiona-se a elaboração do índice, que considerou basicamente o estado de conservação das áreas de preservação permanente - APP e de reserva legal - RL dos assentamentos, entretanto, fundamentando-se somente na percepção dos informantes, sem que houvesse de fato uma pesquisa efetiva sobre a situação destas áreas (Cunha et. al., 2005).

Corroborando com essa análise, Martins (2005) destaca que a pesquisa pautou-se numa perspectiva conservacionista e de caráter eminentemente quantitativo. Porém, considera que as conclusões da pesquisa são preocupantes ao revelarem que ‘o processo de reforma agrária é realizado num passivo ambiental significativo’, devido à priorização de áreas que já foram intensamente exploradas no passado e já se encontram muito degradadas, ou, à necessidade de desmatamento e outras ações que degradam o meio ambiente, quando da instalação dos assentamentos e de seu sistema de produção agrícola.

Tanto Martins, quanto Cunha et. al., reconhecem a importância do estudo (um dos primeiros a incluir a dimensão ambiental em áreas de assentamento) para a produção de informações que contribuam para a construção do debate sobre a intrínseca relação entre essas duas questões no Brasil, entre outros temas que foram pesquisados, entretanto, são enfáticos em afirmar que, da forma como foi direcionada a pesquisa, muitas lacunas ficaram em aberto e aspectos relevantes foram negligenciados ou assumiram papel secundário.

Felizmente, nos últimos anos, alguns pesquisadores têm chamado a atenção para a necessidade de inclusão da temática ambiental, em pesquisas realizadas em assentamento agrário, numa chave que contemple os processos mais gerais, de construção social. Nesse sentido, Nunes (2008) realizou uma pesquisa na qual apresentou o manejo de recursos naturais no Assentamento José Antônio Eufrosino, localizado na área semi-árida do município de Campina Grande – PB. Para tanto, problematizou as relações dos assentados entre si, e destes com os mediadores e agentes do poder público, com o objetivo de compreender como as famílias assentadas estabelecem estratégias de uso e acesso aos recursos naturais, considerando em seus usos diários, as exigências legais de conservação e preservação e as diferentes pressões externas que sofrem.

Compreendendo a importância desse estudo, realizado numa chave analítica das interações complexas entre agentes, estruturas e ações em várias esferas, como as políticas, econômicas e sociais e as influências destas, nas formas de acesso e uso dos recursos naturais em assentamento agrário, e percebendo ainda a possibilidade de ampliar o leque de perspectivas e dimensões de uma pesquisa para o diagnóstico da realidade social, me propus a realizar uma pesquisa com desenho metodológico qualitativo, que contempla diversos aspectos dos processos sócio-históricos para a compreensão do processo de “ambientalização” no Assentamento Angélicas.

Considerando três períodos ao longo do processo social de mudança ambiental dessa localidade, entre 1930 e 2005, procurei refletir tanto sobre as figurações formadas pelos atores sociais nesses três períodos, como sobre a incorporação da variável ambiental no que se refere tanto às imposições legais ou aos arranjos informais de acesso e uso dos recursos existentes na propriedade, quanto ao discurso em torno do qual os atores sociais se apropriaram da questão. Ao mesmo tempo espero contribuir com o debate específico que faz a interface entre a questão ambiental e a questão agrária. Tentei fugir, assim, da prática reducionista, que se tornou lugar comum em estudos dessa natureza.

## **CAPÍTULO 2**

### **UMA ABORDAGEM PROCESSUAL DAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO E USO DOS RECURSOS NATURAIS**

As abordagens teórico-metodológico-conceituais dessa pesquisa centram-se em perspectivas que têm como desafio situar temporal, espacial e simbolicamente, um processo social direcionado, mas não planejado, no sentido de uma ascensão e um declínio: ascensão de um regime com elementos de propriedade estatal, comum, familiar, privada, com a criação de um assentamento agrário, e, declínio de um regime de propriedade privada, com a desestruturação de elementos característicos do latifúndio. Nesse sentido, a sociologia eliasiana dispõe de modelos explicativos capazes de desvendar os meandros de uma das etapas dessa investigação.

Para a etapa seguinte da pesquisa, tomando como pressuposto a capacidade dos indivíduos e dos grupos em organizar arranjos que permitam o uso e conservação dos recursos naturais apropriados coletivamente, a teoria dos recursos comuns dispõe de ferramentas capazes de tornar compreensível, como as instituições atuam e como os indivíduos mudam suas próprias instituições (Cunha, 2004). Entretanto não se pode negligenciar a influência, a partir de dinâmicas mais gerais, que os processos sócio-econômicos e políticos, dominantes na sociedade, podem ter nas iniciativas locais, de reorganização do manejo dos recursos. Nesse sentido, a ecologia política é apresentada neste trabalho, como importante aliada na complementação de informações que são pouco enfatizadas na teoria dos recursos comuns. Esses foram os marcos inspiradores das abordagens e reflexões realizadas nesta pesquisa.

#### **2.1 A ECOLOGIA POLÍTICA**

A ecologia política surge por volta 1970, como reação a determinadas perspectivas da ecologia humana ou antropologia ecológica, adotadas nas décadas de 1960 e início de 1970. Tais perspectivas não atentaram para as dimensões políticas presentes nas interações entre seres humanos e o meio ambiente, concebendo os grupos humanos como homogêneos internamente e autônomos em relação aos fatores externos (VAYDA e WALTERS apud MIRANDA 2011).

Essa abordagem se pauta, primordialmente, em concepções de duas perspectivas teóricas: a economia política e a ecologia cultural. A primeira contextualiza as relações estruturais de poder de uma determinada comunidade ou grupo social, em relação à região, à nação, e até mesmo ao global. A segunda focaliza as adaptações dos indivíduos ou grupos sociais ao ambiente local e aos fatores demográficos. A inserção da economia política no paradigma ecológico coloca em discussão o impacto dos sistemas produtivos nas mudanças socioambientais, trazendo à tona a importância das relações de poder na orientação do acesso e uso dos recursos naturais (MIRANDA 2011).

Esse autor defende que a ecologia política é o resultado da interdisciplinaridade propiciada pelo diálogo entre biólogos, antropólogos, geógrafos, historiadores e cientistas políticos, que incorporaram novas variáveis, considerando, entretanto, as particularidades de cada uma das áreas de conhecimento. Sobre a construção do arcabouço teórico da ecologia política Miranda informa ainda:

Gezon e Paulson (2004) asseveram que a ecologia política se desenvolveu em torno de quatro pontos centrais: (1) a idéia de que a utilização dos recursos é organizada e transmitida através de relações sociais que podem resultar numa pressão excessiva sobre o meio ambiente; (2) o reconhecimento da pluralidade de posições, interesses e racionalidades em relação ao ambiente, de modo que o lucro de uma pessoa pode representar a pobreza de outra; (3) a idéia de uma conexão global através da qual os processos políticos e econômicos externos estruturam e são influenciados pelos espaços locais; e (4) a defesa de que a degradação da terra é, ao mesmo tempo, um resultado e uma causa da exclusão social (GEZON E PAULSON, 2004 apud MIRANDA, 2001, p. 58).

Assim, afirma, alguns teóricos vinculados à ecologia política concebem a mudança ambiental como um produto do processo político (ROBBINS, 1994; PAULSON, GEZON E WATTS, 2004 apud MIRANDA, 2001), dessa forma, procuram mostrar em que medida processos econômicos e políticos influenciam a maneira pela qual os recursos naturais têm sido explorados (SCHMINK & WOOD, 1987 apud MIRANDA, 2011). Nessa chave de leitura a ecologia política permite o entendimento e a interpretação da experiência local, no contexto dos processos globais de mudança ambiental e econômica. Assume o pressuposto de que o poder circula entre diferentes grupos sociais, recursos e espaços moldando o ambiente em que ocorre a ação e interação entre os seres humanos (CUNHA, 2004).

Nesses termos, a política é tomada como relações de poder que forjam e, ao mesmo tempo, entrelaçam, numa teia de interdependência, todas as interações humanas em que a confrontação e a negociação são características. Assume-se, então, que em todas as formas de relações humanas existem elementos políticos, evidenciados nas relações de poder, em que o uso estratégico de posição, conhecimento ou representações são ferramentas de obtenção de

acesso diferenciado a recursos. Torna-se imprescindível, portanto, localizar o poder nas figurações em que pessoas recursos e lugares são construídos (PAULSON, GEZON e WATTS, 2004 apud MIRANDA, 2001).

## 2.2 DA “TRAGÉDIA DOS COMUNS” À TEORIA DOS RECURSOS COMUNS

Hardin, em seu famoso artigo publicado em 1968, “The tragedy of the commons”, levantou a tese de que recursos comuns, cujo acesso é irrestrito, estão sujeitos à degradação massiva (LAYRARGUES, 2005). A partir do exemplo do uso de pastagens coletivas, esse autor tece a argumentação de que o processo de maximização de benefícios e minimização dos custos pode levar ao esgotamento de recursos naturais, ou, “à tragédia dos comuns” (LAYRARGUES, 2000; CUNHA, 2004; MIRANDA, 2011). Para ilustrar o perigo do rumo da civilização moderna e a contradição entre racionalidade individual e racionalidade coletiva, Hardin recorre à parábola do pasto, de Forster Lloyd, que, em síntese, consiste no seguinte:

Numa determinada área de pasto comum utilizada por vários pastores, num dado momento, um deles resolve acrescentar um animal a mais no pasto, assim, no curto prazo, divide o ônus desta ação com os demais pastores e, ao mesmo tempo, obtém o benefício sozinho. Entretanto, essa mesma lógica de raciocínio, logo, é adotada pelos seus pares; cada um defendendo seus interesses individuais vai acrescentando mais animais ao pasto até que seja excedida a sua capacidade de suporte, com a superexploração do recurso, devido ao elevado consumo de pasto e, ao pisoteio, por um grande número de animais; chega-se, assim, à “tragédia dos comuns”(LAYRARGUES, op. cit.).

A interpretação comum relativa às conclusões desse autor indicam que ele aponta duas alternativas que poderiam evitar essa tragédia: a instauração, ou, da propriedade privada, ou, da propriedade estatal. No entanto, Feeny et al. (1990) afirmam que no texto em discussão, Hardin reporta-se a viabilidade potencial da propriedade comum, fazendo, inclusive, uma crítica incisiva à idéia da “mão-invisível”<sup>17</sup> de Adam Smith, ao discordar do pressuposto fundamentado na ideia de que decisões individuais sejam benéficas para o conjunto da sociedade, principalmente, quando o assunto é a questão ambiental. Entretanto, reconhece que recursos comuns, cujo acesso é irrestrito, estão sujeitos à degradação massiva (LAYRARGUES, 2005, CUNHA, 2004).

---

<sup>17</sup>A “mão invisível” de Adam Smith, segundo Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia de 2001, concebe a idéia de que mercados livres conduzem à eficiência como se guiados por uma “mão invisível” (FREITAS, 2000).

Embora o texto *A tragédia dos comuns* tenha retomado a discussão malthusiana sobre o problema da superpoluição num mundo de recursos finitos, tornou-se clássico pelo fato de considerar o acesso livre aos recursos naturais, ou à propriedade coletiva da natureza, como a principal causa da destruição ambiental (LAYRARGUES, 2000; CUNHA, 2004; BARBOSA e ACEVEDO MARIN, 2010).

Entretanto, é preciso alertar que Hardin não considerou a complexidade dos regimes de propriedade em sua argumentação, motivo que o teria levado a uma confusão entre regime de propriedade (*propriedade coletiva*) e natureza do recurso (*acesso livre*), o que lhe rendeu muitas críticas. Esse entendimento é compartilhado por Drummond (1990), Weber (1997), e Cunha (2004).

Para um melhor esclarecimento acerca do entendimento desses autores em relação à “confusão” cometida por Hardin, fez-se necessária uma abordagem, em linhas gerais, da discussão sobre os direitos de propriedade. Nesse sentido, Feeny et. al. (1990) e Ostrom et al. (1994) apud Cunha (2004), identificam dois esforços teóricos de classificação nesse campo, um diz respeito à natureza dos recursos e o outro aos regimes de propriedade.

Quanto à natureza dos recursos, duas variáveis são os meios de tipificação: a) a **excluibilidade** – considera a variação existente entre os recursos no tocante à facilidade ou dificuldade de excluir ou de limitar usuários, quanto ao acesso e uso de bens produzidos pela natureza ou pela atividade de outros indivíduos; e b) a **subtraibilidade** – refere-se ao grau de subtração devido ao uso, por um indivíduo, do total de recursos disponíveis para os demais usuários.

A partir dessas características, segundo esses autores é possível classificar quatro tipos de bens ou recursos: bens privados (*private goods*), caracterizado pela relativa facilidade de impedimento do acesso e pela alta subtraibilidade; bens públicos (*public goods*), cujo acesso é de difícil impedimento e tem baixa subtraibilidade; bens tributáveis (*toll goods*), em que há a facilidade de exclusão e baixa subtraibilidade; e recursos comuns (*common-pool resources*), caracterizado pela dificuldade de excluir os indivíduos interessados em seu uso e pela alta subtraibilidade.

Feitos estes esclarecimentos é importante ainda considerar que esses bens ou recursos podem ser apropriados sob diferentes regimes de propriedade, dos quais, podem ser identificados quatro tipos básicos (CUNHA, 2004):

1. **acesso livre** (*open access*): nesse tipo de regime o acesso ao recurso não é regulado, uma vez que não há direitos de propriedade bem definidos, portanto é aberto para todos.
2. **propriedade privada** (*private property*): nesse caso há um proprietário individual ou corporação que detém o direito de acesso e uso dos recursos com a prerrogativa de transferir esse direito para outrem.
3. **propriedade comum** (*common property* ou *communal property*): o recurso é apropriado por uma comunidade de usuários bem definida, os quais têm o poder de regular o acesso e uso, bem como de excluir outros usuários.
4. **propriedade estatal** (*state property*): o regime de propriedade estatal refere-se aos casos em que o estado regula o acesso e uso dos recursos, seja na esfera local, regional ou nacional.

Considerando esses aspectos, Layrargues (2000) informa que Feeny et. al. (1990), ao compararem as quatro categorias de regimes de propriedade em diferentes sociedades, verificaram que apenas o regime de livre acesso sustenta os argumentos de Hardin e enfatizaram que o regime de propriedade comum é o que apresenta melhor resultado. Cunha (op. cit. p. 19) também lembra que “o comportamento dos indivíduos é influenciado tanto pela natureza dos recursos comuns, quanto pelo regime de propriedade e pelo contexto institucional”.

No contexto desses debates, travados no campo da teoria da escolha racional e do novo institucionalismo, e fazendo contraponto à tragédia dos comuns, Elinor Ostrom, com um discurso um tanto quanto tranquilizador a respeito do meio ambiente, defende a capacidade humana de proteger o patrimônio que pertence a uma sociedade ou grupo, de modo a garantir tanto que o bem seja preservado, quanto que ele continue beneficiando a todos (CORONATO, 2009).

Nas palavras de Coronato (2009, p. 81), “onde antes havia duas possibilidades extremas, branco e preto, Elinor sugere tons cinza”. Demonstrando que além da solução usual, de propor a privatização ou o controle estatal, para a preservação dos recursos, Ostrom aponta para uma terceira solução, cujos componentes essenciais são dar informação, poder e métodos aos grupos, para cuidar dos recursos comuns (CORONATO, op. cit.). Assim, “através das ferramentas disponibilizadas pela Teoria dos Recursos Comuns é possível entender como as instituições atuam e como os indivíduos mudam suas próprias instituições” (CUNHA, 2004, p. 19).

Assim, a teoria dos recursos comuns apresenta-se como um modelo de análise e explicação do estudo das experiências de grupos de usuários e comunidades que envolvem o manejo de recursos comuns, privilegiando a análise das instituições criadas para regular o acesso e uso desses recursos. Nesse sentido, a capacitação dos grupos de usuários é fundamental para que possam transpor os dilemas da ação coletiva (CUNHA, 2004). De acordo com Ostrom (1990), trata-se de uma teoria dos arranjos institucionais relacionadas ao governo e manejo efetivos de recursos comuns.

No trabalho intitulado “*Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*” (1990), Elinor Ostrom elenca os “princípios de desenho” que determinam boas instituições de manejo, os quais, em número de oito, são resumidos por Cunha da seguinte maneira:

- 1) Clareza por parte do grupo de usuários envolvidos na iniciativa de manejo sobre os limites ou fronteiras da base de recursos comuns que desejam regular o acesso e uso;
- 2) As regras estabelecidas no sentido de estabelecer tempo, lugar, tecnologia e ou quantidade de recurso a ser utilizado devem estar relacionados com as condições locais e com as possibilidades de provisão de trabalho, recurso e financiamento;
- 3) Envolvimento do maior número possível de indivíduos do grupo de usuários na ação coletiva destinada a modificar as regras de manejo;
- 4) O monitoramento das condições do recurso comum e do comportamento dos usuários do recurso é feito sob o controle do grupo usuário ou pelo próprio grupo;
- 5) Os usuários, que violam as regras estabelecidas de uso e acesso do recurso comum, são passíveis de serem punidos com sanções gradativas, de acordo com a gravidade da ação, pelos demais usuários ou por lideranças ou dirigentes (representantes oficiais) sob controle do grupo de usuários (ou ambos);
- 6) Os usuários do recurso (e seus representantes oficiais) têm acesso rápido e de baixo custo a instâncias de resolução de conflitos;
- 7) Os direitos de grupos de usuários em desenvolver e legitimar suas próprias instituições de manejo, não são ameaçados por agentes ou autoridades externas;
- 8) Apropriação, provisão, monitoramento, punição, resolução de conflitos e gestão são atividades organizadas numa forma interconectada (CUNHA, 2004, p. 20).

Ao falar das evidências nas quais se apoiou para sustentar a teoria dos recursos comuns, Ostrom afirma ter encontrado casos na América Latina, em países como Equador e Guatemala. Cita como exemplo o caso da Guatemala, onde havia quatro parques nacionais, sob a tutela do governo. Um deles, o Tikal, era muito bem preservado, além de ser muito bonito. Já outros dois parques, tendo a mesma área do governo como responsável, sofriam muito com a devastação de suas matas. A diferença, afirma Ostrom, é que no primeiro caso a

população local tinha a percepção dos benefícios da utilização sustentável dos recursos, inclusive se beneficiando com a entrada de dinheiro dos turistas (OSTROM, 2009).

Assim, a autora argumenta que não é o governo (utilizado aqui no sentido de Estado) que faz a diferença, uma vez que nos exemplos citados (todos sob a mesma responsabilidade do Estado), havia uma área funcionando muito bem, enquanto duas áreas, bem próximas da primeira, não obtinham sucesso na preservação dos recursos. Quando os indivíduos do grupo estão envolvidos na definição de regras de preservação a serem obedecidas na localidade, geralmente fazem um ótimo trabalho de monitoração das áreas protegidas. Esse resultado foi constatado por Emílio Moran, e Mateus Batistella, numa pesquisa realizada em Rondônia (OSTROM, op. cit.).

Um outro fator importante, na equação para o sucesso no manejo de recursos comuns pelos grupos de usuários, é o poder. Nesse sentido, Ostrom (Ibidem, p. 82) revela que estudando as comunidades cujos arranjos institucionais obtiveram sucesso, “descobrimos que as instituições locais têm poder e puderam se adaptar ao longo do tempo, até encontrar a combinação de regras que melhor se encaixa com a preservação e o ecossistema local”.

Quanto aos oito pontos ou princípios para o arranjo de regras da “boa governança” dos recursos comuns pelo grupo (ou grupos) de usuários, Ostrom afirma que não existe um com maior ou menor importância, os oito devem ser combinados da melhor forma para cada situação. Os arranjos de regras podem ser definidos em nível local, nacional ou global, de maneira a lidar melhor com os problemas que querem solucionar (OSTROM, 2009).

### **2.3 NORBERT ELIAS: POR UMA SOCIOLOGIA PROCESSUAL**

No artigo intitulado *Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais* (1977), Elias afirmava que a Sociologia contemporânea se auto-compreendia como uma disciplina essencialmente pautada na investigação das transformações e das relações de curto prazo, no interior de sistemas sociais dados, ou seja, estava primordialmente voltada para o presente, como se o conceito de “sociedade” fosse estático. Entretanto ele reconhecia que essa tendência, de estreitamento do horizonte científico dessa ciência, era recente e que, em parte, podia ser explicada pela crescente orientação prática de uma ‘sociologia do desenvolvimento’, voltada para projetos de intervenção social (ELIAS, 2006).

Elias aponta também, no mesmo trabalho, como provável causa para essa tendência, a separação institucionalizada, com a especialização disciplinar de historiadores e sociólogos e, a consequente cisão de seus objetos de pesquisa: ali o passado, aqui o presente, como se os objetos dessas disciplinas acadêmicas fossem tão independentes um do outro como os departamentos de história e sociologia. Elias considera que, nesse caso, trata-se apenas de uma divisão do trabalho entre os dois grupos de especialistas que, no entanto, alimenta a ideia de “pensar o ‘presente’ e o ‘passado’ das sociedades humanas, como se tivessem em si mesmos uma existência separada e independente” (ELIAS, op.cit., p. 209)

Contrapondo-se a essa concepção, a Sociologia dos processos sociais proposta por esse teórico, situa-se além das fronteiras disciplinares, tem como centro de atenção o desenvolvimento de longo prazo, não-planejado, não-intencional. Sua perspectiva alude “às transformações amplas, contínuas, de longa duração [...], de *figurações* formadas por seres humanos, ou de seus aspectos, em uma de duas direções opostas. Uma delas tem, geralmente, o caráter de uma ascensão, a outra o caráter de um declínio” (ELIAS 2006, p. 27-28). Portanto, a “bipolaridade” é característica intrínseca aos processos sociais.

Pares de conceitos opostos podem determinar tanto a direção dos processos sociais como as oposições e tensões estruturais existentes no interior de tais processos. Nesse sentido, os indivíduos<sup>18</sup> são tomados como seres interdependentes - e não fechados em si mesmos – compondo *figurações*, observáveis e comprováveis empiricamente. Desse modo, é possível identificar o nascimento e desenvolvimento de *figurações* específicas (MIRANDA, 2011).

Por essa ótica, ao estudar os processos sociais mais longos, é possível identificar, por exemplo, a ruptura de uma fase do processo, para outra, em virtude de um deslocamento de poder. Para ilustrar essa afirmação Elias (2006) lembra o primeiro surto de industrialização, cuja ascensão ao estágio de produção industrial com máquinas e do operariado industrial, pode ser observado ao mesmo tempo em que se deu o declínio da produção artesanal e dos artesãos, enquanto grupo social.

Do mesmo modo, o segundo surto da industrialização, com a ascensão ao estágio da produção automática guiada por computadores, robôs etc., e de seus respectivos grupos profissionais, pode ser observado com o declínio da produção de serviços, assim como dos respectivos grupos profissionais (ELIAS, op. cit., p. 28).

---

<sup>18</sup> Elias define: “o conceito de indivíduo se refere a pessoas interdependentes. E o conceito de sociedade a pessoas interdependentes no plural” (ELIAS, 2005, p. 136.)

Em linhas gerais, Johan Goudsblom (1997, *apud* Mennell, 1998, p. 52) sintetiza a sociologia eliasiana em quatro princípios básicos: a) sociologia diz respeito a pessoas no plural (figurações); b) por sua vez as figurações formadas pelas pessoas estão continuamente em fluxo; c) as transformações de longa duração na convivência social não são planejadas nem previsíveis; e d) a aquisição do conhecimento, aspecto importante do desenvolvimento, acontece dentro das figurações.

Considerarei tais princípios combinados à teoria dos recursos comuns e à perspectiva da ecologia política como norteadores da pesquisa, partindo do pressuposto de que nos processos de desestruturação relacionados à criação de assentamentos rurais, e, mais especificamente no caso do Assentamento Angélicas, em que se deu o declínio de um modelo arraigado de propriedade privada - baseado no latifúndio, em que a posse da terra esteve sempre nas mãos de uma elite dominante - e a ascensão de um modelo de propriedade comum, podia ser verificadas a ruptura de uma fase do processo, para outra, nos três períodos propostos, através das figurações formadas pelos atores sociais, em virtude do deslocamento de poder nessa dinâmica.

Essa premissa foi confirmada pela análise e sinopse das figurações, que evidenciaram as mudanças sociais e as mudanças ambientais, perceptíveis nos conflitos ambientais e nas formas de regulação do acesso e uso dos recursos naturais nos três períodos pesquisados. Foram essas transformações nas figurações relacionadas às mudanças nos regimes de apropriação dos recursos que orientaram as decisões dos indivíduos do grupo, quanto ao acesso e uso dos recursos comuns.

### **CAPÍTULO 3**

#### **TRANSFORMAÇÕES FIGURACIONAIS E DINÂMICAS DE MUDANÇA AMBIENTAL**

As desapropriações de terras para fins de reforma agrária guardam em seu bojo profundas transformações nas relações de interdependência de diferentes atores sociais, entendidas aqui, como transformações figuracionais. A compreensão dessas transformações são fundamentais para um estudo que visa esclarecer as dinâmicas de mudanças ambientais desencadeadas nesse processo social. Para tanto é preciso contextualizar os processos de desestruturação associados à implantação de um assentamento rural, que está quase sempre relacionado ao colapso dos regimes de propriedade que regulamentavam o acesso e uso dos recursos naturais nessas áreas. (CUNHA e NUNES, 2008).

Um esforço de reflexão com esse intuito deve incorporar o debate sobre “o poder, enquanto variável explicativa dos conflitos e dos processos de mudança ambiental” (MIRANDA, 2011, p. 52). Essa variável é ainda mais relevante, quando se trata de um assentamento criado no semi-árido paraibano, região tradicionalmente marcada pela concentração fundiária e por relações de trabalho rural, cujas características são a exploração e a subserviência. Nesse sentido, a sociologia figuracional de Norbert Elias traz importantes contribuições para o debate aqui proposto, partindo da ideia de que são os atores sociais, que a partir de suas práticas, tanto sociais quanto ambientais estão ligados aos conflitos e processos de mudança ambiental.

Partindo dessa noção, foram reconstruídas as relações figuracionais de um grupo social específico (moradores de uma fazenda e seus patrões), procurando relacionar os regimes de propriedade, as relações de poder, e as formas de apropriação dos recursos naturais, dando prioridade neste capítulo ao recurso solo, ao longo de um processo social delimitado por períodos: período Meira de 1930 a 1980; período Gadelha de 1980 a 2005; período Assentamento Rural de 2005.

#### **3.1 OS USOS DO SOLO COMO INDICADORES DE PROCESSO SOCIAL: PUXANDO PELA MEMÓRIA**

Ao optar pelo conceito de figuração como um dos norteadores dessa pesquisa, não poderia deixar de adotar, como um dos métodos, a análise e sinopse figuracional. Esse tipo de

pesquisa tem um caráter aberto e evolutivo, “como elos numa cadeia, têm uma estreita relação com algumas diferenças fundamentais entre o tipo de reflexão exigido por uma análise puramente estatística e o exigido por uma análise sociológica” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 58).

Tal análise sociológica tem como pressuposto fundamental o princípio de que todos os elementos de uma figuração só são o que são em virtude da posição e função que têm nela, ou seja, pela rede de interdependências formadas pelos seres humanos, de modo que a **análise** ou separação dos elementos é uma etapa temporária de operação da pesquisa, que deve ser complementada pela integração ou **sinopse** dos elementos, outra etapa operacional requerida pela primeira. Do mesmo modo, a segunda etapa requer a suplementação pela primeira, num movimento dialético entre análise e síntese, que não tem começo nem fim (ELIAS e SCOTSON, op. cit.).

A rede de interdependência formada por um determinado grupo de seres humanos, seja esse grupo grande ou pequeno, é, de certa forma, única e sempre co-determinada pela transmissão de idéias, de uma geração à outra, por meio do ingresso do singular no âmbito simbólico específico de uma figuração já existente. Assim, para a compreensão de um determinado processo social, no sentido conceituado por Elias, é preciso considerar, além das dimensões espacial e temporal, também a dimensão dos símbolos socialmente apreendidos e apropriados pelo grupo (ELIAS e SCOTSON, 2000).

Nesse sentido, as opiniões de cada indivíduo dentro e a respeito de um contexto específico, como por exemplo o bairro onde mora, ou, como nesse caso específico, a fazenda/assentamento Angélicas, não são, *a priori*, formadas por cada indivíduo para si mesmo, mas são construídas numa conjuntura contínua de troca de idéias dentro da comunidade, no decorrer da qual os indivíduos exercem considerável pressão uns sobre os outros, de modo que todos se moldem à imagem coletiva da comunidade na fala e no comportamento (ELIAS e SCOTSON, 2000).

Considerando a importância dessa construção, para a análise e integração dos elementos presentes nas figurações, recorri à memória coletiva dos integrantes do grupo, especialmente dos moradores que já residiam na fazenda em 1930, como também, dos moradores que nasceram na fazenda nos anos seguintes, pois mesmo que não tenham vivenciado as experiências dos períodos mais “antigos” a que se refere a pesquisa, ouviram falar sobre estas experiências e, como ensina Bourdieu, “não se pode capturar a lógica mais

profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada” (BOURDIEU, 1996 apud RIBEIRO, p.15).

Com base neste pensamento submergi, junto com os informantes, aos períodos que denominei de **período Meira**, **período Gadelha** e **período Assentamento**, para compreensão das transformações figuracionais, ao longo do processo social, não planejado, no sentido de duas direções opostas: declínio e ascensão de diferentes regimes de propriedade, ocorrido na Fazenda/Assentamento Angélicas.

### 3.2 PROPRIEDADE PRIVADA: 1930 A 1980 - O PERÍODO MEIRA

Entre 1930 e 1978, a Fazenda Angélicas era propriedade da Família Meira, inicialmente, o Sr. Néilson Meira e posteriormente, em 1978, por herança, passou a pertencer à herdeira Maria de Lourdes, período que vou denominar de **período Meira**. Embora a Fazenda tenha sido vendida pela família Meira em dezembro de 1978, vou considerar o ano de 1979, como período de transição, entretanto incluído no período Meira para uma melhor delimitação temporal. Os elementos da figuração analisados nesse período foram os “proprietários e moradores numa relação patronal patriarcal” que revelou, por um lado, um certo grau de pressão exercido pelo detentor do poder, o patrão com relação às regras de aceitabilidade e convivência no grupo, e, ao mesmo tempo, um baixo grau de tensão e conflito na relação dos moradores, com o poder dominante, uma vez que, em suas representações coletivas, além de não terem relatado fatos que pudessem expressar resistência, ainda demonstraram (os moradores mais antigos) um certo saudosismo em relação ao patrão, nesse período.

O sistema de relação de trabalho adotado era o de **morada**, geralmente definido como o sistema em que a família tem a permissão de morar numa fazenda ou engenho, de plantar uma roça e criar alguns animais, mediante o cumprimento de obrigações para com o proprietário. Entre essas obrigações figuravam o respeito, a obediência e a subserviência: “a condição de morador, parceiro ou arrendatário implicava na existência de um patrão, para cuja lavoura deveria ser dada prioridade, em detrimento da própria roça” (GOMES, 2005a, p. 91). O principal requisito para ser aceito como morador da fazenda era ser um “cabra” trabalhador e que não gostasse de confusão (desordem). Os informantes contam que “preguiçoso não passava nem perto” (FA 1); “preguiçoso ele não queria aqui não e cachaceiro pior” (FA 2).

**BOX 1 – Sobre Nélon Meira (Família Meira)**

Em 1930, a Fazenda Angélicas era de propriedade do Senhor **Nelson Meira, filho de Nabor Meira de Vasconcellos (Farmacêutico) e Neto do Dr. Fausto Nominando Meira de Vasconcellos**. Na obra intitulada *Dados genealógicos dos ascendentes e descendentes de Francisco Alberto Antunes de Vasconcellos*, resultado de uma pesquisa realizada por Jorge de Paiva Meira (s.d), estão registradas importantes informações a respeito dessa família, que durante muito tempo foi detentora do direito de propriedade da referida fazenda.

O primeiro dos Meiras a se estabelecer em Sousa foi o **Dr. Fausto Nominando Meira de Vasconcellos (médico)**. Em recente artigo publicado no jornal do Conselho Regional de Medicina da Paraíba – CRM-PB, Maia (2009) homenageia os feitos do Dr. Fausto Meira, como médico e pesquisador e lembra que,

Chama atenção na trajetória de vida de Dr. Meira o fato de ter escolhido clinicar no alto sertão, já que a família era detentora de tamanha representação política em região próxima da capital da Província. Fixou residência em Souza (*sic*) e veio a contrair núpcias no dia 5 de janeiro de 1859 com a Sra. Francisca Izabel Marques da Silva Guimarães, [...] teve dez filhos: **Nabor Meira de Vasconcellos (Farmacêutico) [pai de Nélon Meira]**, Leopoldo Meira (Funcionário Público), Margarida Meira de Vasconcellos (Yayá), Nestor Meira (Desembargador de Justiça no Rio de Janeiro), Cândida Meira de Vasconcellos (Sinhá), Paulo Meira de Vasconcellos (Comerciante e Fazendeiro), José Meira de Vasconcellos (General de Exército), Isabel Meira de Vasconcellos (Belinha), Virgínia Meira de Vasconcellos e Octaviano Meira de Vasconcellos (Cirurgião Dentista) (MAIA, 2009, p.11.) ( grifo meu).

Maia também destaca que na obra *Memórias da Assembléia Legislativa da Paraíba*, o escritor Celso Mariz registrou que vários parentes do Dr. Fausto Meira representaram a Paraíba no Conselho Geral da Província, entre os quais João Florentino Meira de Vasconcellos (irmão), que foi Deputado Provincial e Ministro da Marinha Imperial. Tamanho prestígio político também pode ser verificado no seguinte relato:

Formou-se em Medicina, em 5 de dezembro de 1857, pela Faculdade da Bahia. Em 1863 foi-lhe conferido pelo Imperador D. Pedro II a carta patente de Capitão e Cirurgião-Mór do Comando Superior da Guarda Nacional, dos municípios de Pombal, Souza (*sic*), Catolé do Rocha, Patos e Piancó, do Estado da Paraíba. Exercia sua profissão como Clínico e Operador. Como político, foi deputado à Assembléia Paraibana (CASTRO *apud* PAIVA MEIRA, p. 63).

É importante realizar esse relato sobre a família Meira para demonstrar que também no caso da Fazenda Angélicas, o histórico específico de posse da terra reproduziu o modelo vigente desde o início da colonização brasileira, cuja concentração de terras e capitais esteve restrita a uma elite, com forte influência e poder político.

Tal inferência pode ser feita a partir das evidências demonstradas nesses registros, que confirmam o *status* da família Meira, detentora de “distinção social”, perceptíveis pelas profissões e cargos que os membros da família, do sexo masculino, ocupavam, demonstrando poder financeiro e prestígio político, o que por analogia, confirmam o que já foi demonstrado sobre a história agrária no Brasil.

O patrão ditava as regras do contrato de trabalho, na verdade firmado na base da palavra, símbolo de confiança mútua. Ser um “homem de palavra” tinha muito valor para ambas as partes. As regras de convivência no grupo também eram estabelecidas e deveriam ser respeitadas, caso contrário ele mandava embora, “não durava nem 24 horas”. Os conflitos de qualquer natureza, até os de ordem pessoal eram resolvidos pelo patrão, desde as desavenças entre os moradores, até as brigas de casal. Na ausência do proprietário, “o gerente”, homem de confiança absoluta, fazia as vezes do patrão e estava autorizado a resolver toda sorte de questões.

Segundo os informantes, o Sr. Néelson Meira morou na Fazenda durante muito tempo, entretanto não souberam precisar exatamente até quando. A Foto 1 mostra as ruínas da casa de taipa onde ele morava na fazenda. A Foto 2 mostra a casa construída por Néelson Meira, onde, entretanto, não chegou a morar com a família, pois foi embora para Sousa, depois de um fato ocorrido em São José da Lagoa Tapada (não foi informado o que aconteceu), deixando a fazenda sob a administração do gerente. Em frente à casa do proprietário foi construída uma capela (Foto 3), cujo santo padroeiro é São Sebastião. Esse era um importante espaço de socialização da Fazenda. Os dias de celebração de missa eram ocasiões muito festivas, com realização de batizados e casamentos, encontros e festas. Em dia de missa, era servido almoço na casa do proprietário ou do gerente para todas as pessoas que viessem assistir a celebração. Esses locais retratados aqui não fazem parte do assentamento, mas da história antiga da fazenda, antes de haver o parcelamento por herança.

Foto 1

Antiga casa de Néelson Meira na Fazenda Angélicas

Fonte: Paulo Abrantes



Foto 2

Casa construída por Néelson Meira, onde não chegou a morar, visitava esporadicamente. Observa-se do lado esquerdo as ruínas da antiga residência

Fonte: própria



Foto 3

Capela da Antiga Fazenda Angélicas

(Fonte: Paulo Abrantes)



Embora o proprietário tenha deixado de morar na fazenda, estava sempre vindo à supervisionar tudo, e quando não podia ou não queria vir pessoalmente, ficava a par de todas as atividades e de todos os acontecimentos da fazenda, através do gerente. O vaqueiro era

outro homem de confiança que cuidava do gado, teve período em que o vaqueiro e o gerente eram uma mesma pessoa.

É vasta a literatura<sup>19</sup> que relata a obrigação por parte do morador, de cuidar primeiro dos interesses do patrão, seja no roçado, na construção de cerca, ou, cuidando dos animais, enfim, onde quer que fosse a necessidade. Dependendo do tipo de acerto, as diárias trabalhadas para o patrão podiam ser remuneradas ou não. Essa era a forma do morador pagar, com o próprio trabalho, pelo “direito” de morar, cultivar uma roça e criar pequenos animais. Nessa forma de relação de trabalho, a meação também era estabelecida para alguns produtos cultivados, como algodão. Dito de outra maneira, essa era a forma tradicional de exploração do trabalhador rural sem terra no sertão da Paraíba.

Nesse aspecto, as informações obtidas através dos relatos dos entrevistados dão conta de que no período Meira, havia uma relação que se enquadra no padrão habitual de exploração das fazendas do Sertão da Paraíba. Entretanto, no imaginário dos entrevistados o proprietário é representado numa relação do tipo patronal patriarcal. Uma relação de quase família, como relata um informante:

É tanto que ele... ele, na entrevista que ele deu, ele disse olhe... um pessoal que veio do Pernambuco num sabe? ele chamou todos os moradores num dia de sábado, ele apresentou, ele disse olhe, aqui não são meus moradores não, aqui são os meus filhos, que eu tenho as coisas agradeço a eles, que trabalharam, me ajudaram né, eu tenho uns filhos eu não tenho morador não. Ele disse mesmo assim [...]. É por isso que eu digo: não tinha melhor que ele não, eu desconheço, só deu ele mesmo, eu não conheço em canto nenhum do mundo quem fizesse o que ele fazia (FA 1).

Na concepção dos moradores, o patrão à época, é representado pela figura do homem protetor, de alguém em que eles podiam confiar, como a figura de um pai. Esse homem garantia as condições de trabalho para os moradores, principalmente nas roças de algodão e cana-de açúcar, às quais eram “financiadas”, desde o preparo do solo, até a colheita e transporte da produção:

Tinha muitos moradores, eram 95 moradores<sup>20</sup>. Daqui pra chegar no caboclo (sítio vizinho), era, e trabalhava todo mundo, e no sábado... papai ficou como gerente né, aí ele disse, agora é com Antonio. Aí tá certo. Papai todo sábado trazia (se referindo ao dinheiro para pagar os moradores), nesse tempo era mil réis né, cinco mil reis, um conto de réis, era assim (se referindo à moeda vigente na época) (FA 2).

Mas o velho (Nelson Meira) não faltava serviço pra gente, era bom todo, trabalhava todo dia, a semana toda... ele pagava a semana toda (FA 4).

O dono da Fazenda era Nelson Meira. Eu nasci em 34 e meu pai já morava aqui. Ele era um bom patrão. Vixe! o finado Nelson era muito bom para morador (FA 3).

<sup>19</sup> Sobre esse tema cf. ANDRADE (1974); MOREIRA E TARGINO (1997); GOMES (2005).

<sup>20</sup> Outros dois entrevistados informaram um número diferente: 65 moradores, portanto, acredito ser este o número mais preciso.

Nesse período, a propriedade tinha doze mil tarefas, o que corresponde a pouco mais de três mil hectares. As famílias eram numerosas, com pouca ou nenhuma informação sobre controle de natalidade, todo ano nascia “um menino” (contam generalizando), de modo que, mesmo com o número de abortos e de filhos perdidos ainda “anjinhos”<sup>21</sup>, era comum as famílias com dez, doze, quinze filhos ou mais, e todos trabalhavam: seja na broca, na capina, na colheita, na moagem, na construção de cercas, na lida com o gado, não faltava serviço. Segundo os informantes, era uma questão de “honra” para o patrão manter os moradores, oferecendo trabalho e ajudando no que fosse possível, como nos trechos a seguir, do informante da família FA 2:

Eu ia todo dia lá, buscar leite lá. Ele dava leite a todo morador que ele tinha muito gado né? Nenhum saía sem leite, tinha de levar leite.

Morador não comprava um vidro de remédio, nenhum comprimido, ele dava tudo. Ele dizia: eu tenho lá em casa vá buscar. Era, morreu, mas sustentou o capricho (grifo meu).

E tem uma coisa, às vezes tinha uma seca e niguém ia pra canto nenhum, ele sustentava todinha de serviço. Quando era no sábado, de tarde, umbora receber o dinheiro. Ele tinha um sítio muito grande né, de cana, um engenho montado, não faltava nada pra ele, que ele era muito rico, né? (grifo meu).

Os trechos que eu destaquei nas citações reforçam a força simbólica do poder patriarcal, manifesta pela memória coletiva do grupo nessas expressões. Foi evidenciado aqui, como algo, cujo significado nesse universo particular, informa uma reconstrução idílica do patrão e do lugar, no tempo “antigo”. Essas afirmações dos moradores que conviveram com Nelson Meira, como também os relatos de outros moradores mesmo nascidos depois do período Meira (observadas em diversas conversas), mas ouviram falar das “virtudes” desse patrão, evidenciaram a noção de “homem bom”, que “remete a uma qualidade que se manifesta por atos positivos, em particular por aquele de *dar*: dar proteção, dar ajuda, dar de si” (L’ESTOILE E PINHEIRO, 2006, p. 70).

Essa qualidade, até hoje atribuída ao Sr. Néelson Meira demonstra a internalização de uma imagem que se construiu no grupo de moradores, ao longo dos anos, à respeito desse fazendeiro: o modelo do “bom patrão”, aquele que protegia seus moradores, mesmo em momentos difíceis, como nos anos de seca prolongada. Em resposta às atitudes positivas, demonstraram a ideia de o mesmo, era melhor que os demais patrões da vizinhança.

<sup>21</sup> Ao falarem sobre o número de filhos da família, os informantes contabilizam com os que morreram ainda bebês, denominando-os de anjos, anjinhos, que foram levados pela “vontade de Deus”.

Ao mesmo tempo, essa evidência informa que os próprios moradores se percebiam como em melhores condições que outros grupos de moradores das fazendas vizinhas, mesmo submetidos, em princípio à mesma relação de trabalho: a condição de morador. Então, o que fazia esses moradores se perceberem como diferentes em relação aos moradores das outras Fazendas?

Ao realizar uma análise mais consistente foi possível identificar vários elementos que justificam essa postura. Vou me limitar a expor dois desses elementos: 1) a garantia de oferta de trabalho, que foi representada pelos informantes como se fosse questão de honra para o patrão, o que pressupunha que, mesmo nas situações mais adversas, como por exemplo, secas ou chuvas em excesso, haveria a garantia de sustento para as famílias, de modo que não passariam “necessidade”<sup>22</sup>; 2) a forma como os moradores foram apresentados a um visitante ilustre da fazenda: o patrão chamou todos os moradores e fez a apresentação dizendo: “são uns filhos que eu tenho”.

Nélson Meira não tinha filhos do sexo masculino, o que reforça o simbolismo dessa afirmação. Além do mais, o patrão reconheceu: “tudo o que eu tenho, devo a eles”. A expressão nos gestos e nas entonações da fala, com que os entrevistados recordaram esses momentos deixaram transparecer sentimentos de orgulho e saudosismo.

Por outro lado, pude evidenciar que essa atitude de reunir todos os moradores no “alpendre” da casa para apresentá-los pode ser comparada à reflexão feita por Leite Lopes e Alvim (2007, p. 91), em que a varanda da casa grande seria, historicamente, um lugar privilegiado de exibição de poder do senhor da grande exploração rural e, é ao mesmo tempo tomada como lugar social, onde o senhor de engenho ou fazendeiro “recebe as demandas, oferece os serviços, concede as graças, consolida e simboliza a dívida do outro [...]”. Enfim,

---

<sup>22</sup> Necessidade aqui tem a conotação de fome. Segundo Fischer e Albuquerque (2002), a fome no Semi-Árido nordestino se constitui numa extensão da pobreza, que as famílias dos pequenos produtores rurais caracterizam como necessidades. Em período de chuvas normais, as “necessidades” se referem à comida de má qualidade, falta de roupas e calçados, carência de assistência médica, falta de terra para trabalhar, moradia e outros elementos do bem-estar. A autora se baseia em Bobbio (1992), para enfatizar que estes são direitos do cidadão, considerados indispensáveis à sua sobrevivência. Entretanto, no período de escassez de chuvas, as chamadas “necessidades” aumentam, de modo a comprometer a própria sobrevivência da família sertaneja nordestina, especialmente no que se refere ao suprimento alimentar. Ao atingir tal estágio, a necessidade adquire a conotação de fome (Fischer e Albuquerque, 2002).

existiu toda uma simbologia, na fala, nas expressões e nas encenações para a construção e validação da figura do bom patrão.

Não posso afirmar que a experiência do alpendre tenha sido uma estratégia adotada pelo patrão para demonstrar o seu poder aos moradores, pareceu-me mais uma estratégia para convencer o visitante, sobre o seu “poder” e a sua “bondade”. De todo modo, em qualquer das intenções, pude supor, pelos relatos, que tal encenação serviu para inculcar nos moradores a ideia de que não tinham um patrão, mas um quase pai.

Em todo caso, para estreitar esse laço de quase parentesco, foi possível identificar elementos recorrentes nas falas dos entrevistados: os adjetivos “compadre”, “comadre”, “padrinho”, “madrinha” e “afilhado (a)”, ao se referirem aos patrões: “Papai era **afilhado** dele (Nelson Meira), num sabe? Era” (FA 2). Outro informante relata sobre uma questão em que os envolvidos foram “dar parte” ao patrão e ele deixou a questão para o gerente resolver: “ele disse, olha: eu não resolvo nada, eu botei **compadre Zé** (o gerente e compadre) para o que precisar, em Angélicas é ele quem resolve” (FA 1); outro relato se refere a uma filha de Nelson Meira, herdeira de parte da propriedade “Quando ele (Nelson) morreu ficou **Madrinha Lourdes**, mas aí ela não durou nem dois anos aqui” (FA 1).

Era comum a relação de compadrio entre o patrão e os moradores. Embora essa constatação não seja nenhuma novidade, a relação de compadrio revela uma intenção implícita de permanecer sob a proteção do patrão. Entre os moradores também havia a relação de compadrio. Sobre esse tema Gomes afirma:

O compadrio significava uma maneira de ampliar as redes de solidariedade. Quando o patrão e o empregado se tornavam compadres, esse compromisso implicava também na criação de laços que, de certo modo, asseguravam a permanência do empregado e de sua família naquela propriedade, mesmo que o patrão viesse a enfrentar dificuldades financeiras. Nos estudos feitos por Woortmann (1995) e Godoi (1999), a relação de compadrio implica também na incorporação de um sentimento de proteção e pertencimento por parte do afilhado e de sua família em relação ao padrinho” (GOMES, 2005a, p. 92).

O compartilhamento e a solidariedade eram princípios fundamentais de convivência na fazenda. De um modo geral, quando se trata de grupos que convivem durante muito tempo dividindo o mesmo espaço, as mesmas alegrias e agruras, como no caso analisado, a existência de redes de ajuda é um elemento expressivo e manifesta-se através de diversas formas de compartilhamento, como a troca de serviços e de alimento, de solidariedade, tanto em situações difíceis, como doença e falecimento, quanto em ocasiões alvissareiras, como casamento e nascimento.

Um aspecto das figurações observadas foi a internalização de elementos de uma lógica simbólica, de natureza camponesa, cujos princípios, são análogos aos que foram evidenciados por Woortmann, em um estudo sobre o modo de vida e as formas de organização das famílias camponesas. São eles: a) a indissociabilidade da relação entre família terra e trabalho e os elementos da cultura específicos do estilo de vida dessas pessoas; b) a relação tempo-espço, o ritmo de vida orientando, naturalmente, pelo calendário da produção e da sociabilidade do grupo (WORTMANN, 1995).

Dentro dessa lógica, o trabalho era realizado por toda a família. Os homens se ocupavam das atividades mais pesadas na roça, a retirada de lenha para cozinhar, a lida com o gado. As mulheres se ocupavam das atividades domésticas, como cozinhar, lavar, passar e cuidar das crianças pequenas. À medida que as crianças iam crescendo já colaboravam nas tarefas, como “carregar” água, levar o gado pra manga, “pastorar” os animais e as roças (pra espantar os passarinhos), colher milho, feijão e algodão, ajudar nas tarefas domésticas e na lida com os “bichos” (porcos, galinhas, ovelhas). As mulheres também ajudavam nas roças, nos serviços “maneiros” (leves), quando necessário. As relações de parentela<sup>23</sup> também foram evidenciadas: “famílias numerosas estendendo-se para além da família nuclear - pai, mãe e filhos [...]” (GOMES, 2005b, s.p.).

Na fazenda havia quatro açudes para o abastecimento de água dos moradores e para a aguação dos sítios de cana. A água para o consumo doméstico (beber, cozinhar e lavar louça) era transportada para as residências em galões, reaproveitados de latas de querosene (20 litros), em ancoretas e em cabaças<sup>24</sup>. Essa atividade era realizada geralmente pelos filhos mais velhos. A lavagem de roupas era feita na “beira” do açude. As condições de higiene eram precárias. Nas casas não havia banheiro nem privada, de modo que os banhos eram tomados nos açudes e as “necessidades” (fisiológicas) eram feitas no mato. Não havia o hábito de enterrar as fezes, e o lixo era jogado no “monturo”.

O acesso aos serviços de saúde era muito difícil. O Sr. Nelson Meira, cujo avô era médico e o pai farmacêutico, fazia as vezes de médico e era quem “receitava” os moradores e providenciava os remédios de “farmácia”, os casos mais complicados eram levados a um atendimento médico em Sousa. Os remédios caseiros ou remédios “do mato” também eram

---

<sup>23</sup> Parentes considerados coletivamente, além do núcleo familiar.

<sup>24</sup> Ancoretas é um pequeno barril achatado e cabaça é o fruto da trepadeira porongo, fruto enormes, ocos e de casca dura, com os quais se faz cuias e cabaças (FERREIRA, 2004). Ambas, ancoretas e cabaças eram utilizadas para trazer água do açude até as residências.

muito utilizados como chás, emplastos, lambedores e cozimentos feitos com ervas, folhas, cascas de árvores, raízes, todos retirados do mato, para as mais diferentes doenças.

Quanto ao acesso à educação também revelou-se muito precário. Tinha um professor na fazenda, pago pelo município que ensinava da primeira à quarta série, em turma multiseriada. Mas geralmente as crianças só ficavam na escola o tempo suficiente para aprender a escrever o próprio nome. Poucos aprendiam a ler e escrever algumas palavras e fazer operações matemáticas. O professor Jorge era uma figura muito respeitada, homem de “muita letra”. Morto nos anos 1970, ainda é lembrado com muito respeito e admiração pelos moradores/assentados que conviveram com ele.

As atividades produtivas desenvolvidas na fazenda eram a pecuária bovina e ovina, o cultivo do algodão, da cana-de-açúcar para produção de rapadura no engenho da própria fazenda, e as culturas de subsistência como feijão, milho, arroz vermelho (conhecido como arroz da terra, mas nessa região do sertão é denominado arroz vermelho) e as culturas de vazantes<sup>25</sup>: jerimum, batata-doce, macaxeira, melancia e melão. Havia também plantas frutíferas, só para o consumo interno como mangueira, coqueiro, bananeira (banana-maçã e banana casca-verde), goiabeira, cajueiro, pinheira (fruta-de-conde), estas se localizavam em pequenos sítios, às vezes de um determinador morador, no entanto havia o compartilhamento das frutas, fossem dos sítios do patrão fossem do sítio de um morador específico.

A alimentação dos moradores era praticamente à base de feijão, milho, leite e rapadura, complementada por jerimum, batata-doce, macaxeira, maxixe e melancia, dependendo da época do ano. O “tempero”<sup>26</sup> (a carne) era à base de peixe, caça, de pequenos animais criados nos terreiros e chiqueiros e de ovo. Os moradores podiam pescar e caçar para consumo. As frutas encontradas nos sítios também eram importante fonte de alimentação, como banana-maçã, mas a maioria era fruta de época, que só produzia num determinado período, como manga, caju, goiaba e pinha. A alimentação também era complementada por queijo e manteiga, porém, nem todos tinham acesso a esses alimentos.

No sábado (em Sousa) ou no domingo (em São José da Lagoa Tapada) faziam a “feira”: compravam produtos como farinha de mandioca, açúcar refinado e massa para o mingau das crianças, “tempero”(quase sempre toucinho de porco, tripa e bucho (intestino e

---

<sup>25</sup> Vazantes são áreas úmidas que se formam no leito dos rios e à margem dos açudes. Depois da enchente, o rio vai retornando ao seu nível normal e na época da estiagem permanece úmido durante meses (CUNHA.1998).

<sup>26</sup> Essa expressão é equivalente a “mistura”, utilizada em outras localidades, para designar a “carne” nas refeições.

estômago) de boi, quando muito, uma pequena costela para tomar um caldo, ou um pedaço de carne de sol, mas esses eram luxos muito raros. Também compravam querosene para as lamparinas, fumo de rolo e uns tragos de cachaça. A feira se resumia basicamente a esses produtos.

### 3.3 USOS DO SOLO NO PERÍODO MEIRA

#### 3.3.1 Atividades agrícolas

Os locais onde seriam plantadas as roças eram definidas em comum acordo, entre os moradores e o proprietário ou o gerente. Geralmente, havia a divisão em grupos familiares ou de moradores cujas residências fossem próximas, para facilitar o acesso tanto por ocasião do plantio e dos tratos culturais, como também para o escoamento da produção, por ocasião da colheita. Plantavam nas áreas baixas, nas áreas de chapada (na serra), neste último local era onde dava algodão de primeira: “o algodão nós plantava na serra, algodão bom mesmo era o que dava na serra, aqui embaixo não dava algodão que preste não, até a pluma era fraca num sabe? Agora, o algodão da serra era tipo três<sup>27</sup>, eu me lembro até como se fosse hoje, era primeira” (FA 1).

Escolhidos os locais das roças, começavam a botar a broca, prática usual de limpeza e, ao mesmo tempo, adubação do terreno, iniciada pela derrubada das árvores, depois a feitura das coivaras e limpeza dos “aceiros” da roça, que evitavam que o fogo se alastrasse. Os aceiros eram cuidadosamente capinados e varridos, de modo que não ficasse nenhum galho ou ramagem que pudesse possibilitar a passagem do fogo para a mata.

Feito isso, o terreno estava pronto para a queimada. Essa prática tornava o solo produtivo no primeiro ano, adubado pelas cinzas das plantas queimadas, entretanto, nos anos seguintes os solos queimados tornavam-se inviáveis para o plantio, pois havia o empobrecimento dos mesmos, uma vez que junto com a vegetação, queimavam-se também os nutrientes. Assim, no ano seguinte, seriam escolhidos novos locais.

As roças eram plantadas por grupos de moradores, “botavam um fogo só”, apesar disso, não eram roças coletivas, mas individuais, cada um deixava um marco para identificar e

---

<sup>27</sup> Nessa época, o algodão era classificado pela qualidade da fibra, considerando somente o seu comprimento. Assim, o tipo 1 tinha fibra curta - 25mm; o tipo 2 tinha fibra média - de 25 a 32mm; e, o tipo 3 tinha fibra longa - superior a 32mm. Hoje, além do tamanho da fibra existem outros critérios de classificação de qualidade (BNB, s.d).

separar o seu roçado, dos demais. As roças de milho e feijão eram cultivadas em consórcio com o algodão, pois a variedade mocó também chamada pelos agricultores de algodão preto, permitia tal prática, comum no Sertão. Mas havia também pequenos roçados próximos às residências, em que se plantava milho e feijão, e pequenas plantações de gergelim<sup>28</sup>, cujos tratos culturais eram realizados pelas mulheres e pelas crianças. Havia também pequenas hortas de coentro, cebola e cebolinha, cultivadas pelas mulheres. Outra modalidade de plantação eram as vazantes.

### 3.3.2 As culturas de subsistência

As culturas de subsistência garantiam a alimentação básica das famílias de moradores, tendo no feijão e no milho as principais fontes, de modo que as roças dessas culturas deveriam garantir os “legumes”<sup>29</sup> (nota) para o sustento da família durante todo o ano, os silos cheios de legumes significavam fartura. Como alimento, o feijão tinha a preferência nas refeições, complementado por pão-de-milho (cuscuz) e algum tempero à base principalmente de peixe ou caça.

Já o milho, além de importante componente alimentar para os humanos, servia também para complementar a alimentação dos animais na forma de palha, farelo ou em grão, assim, desde as criações de maior tamanho, como bovinos, equinos, muares e asininos, até os bichos pequenos como porco e galinha tinham no milho importante fonte de alimento. Na alimentação humana tinha diversas formas de preparo para a alimentação diária: mugunzá, angu e cuzuz eram as mais comuns nas refeições.

O preparo desses alimentos exigia força e tempo, uma vez que o preparo do mugunzá exigia que o milho fosse previamente descascado em pilões de madeira, tarefa árdua que enchia as mãos da mulheres de calos. Depois de “pilado” o milho deveria ficar umas horas de molho, para amaciar e só depois era levado a cozinhar, por horas, no fogão a lenha. Da mesma forma o preparo de angu e cuscuz também exigia a mesma disposição: o milho deveria ser previamente amolecido, colocado em água fervente na qual ficava durante toda a noite. No dia seguinte era moído (atividade tão árdua e cansativa quanto a atividade de pilar o milho), depois era peneirado, obtinha-se, assim, o fubá, massa básica para o preparo de angu e cuscuz.

---

<sup>28</sup> O gergelim era e é ainda, utilizado para fazer um doce, muito apreciado no sertão. Nessa região é chamado de “espécie de gergelim”.

<sup>29</sup> “legumes”, nome que o sertanejo dá a tudo que tira da terra para comer (FURTADO, 1964, p. 173).

Essas atividades faziam parte dos inúmeros afazeres diários das mulheres, como relataram: “naquele tempo davam muitas umbigadas no pilão e no moinho”. Já o preparo de comida de milho verde era prazeroso e festivo, quase um ritual de celebração à fartura. Fazer pamonha e canjica e reunir a família para saborear esses quitutes era um momento de muita alegria, costumava-se também dividir esses alimentos com os vizinhos. Geralmente os festejos juninos eram, e continuam sendo ainda hoje, os momentos mais importantes dessa partilha, ocasião em que se faz muita pamonha, canjica e bolo de milho.

Esses produtos, como milho e feijão, além de garantirem a subsistência, também garantiam alguma renda ao morador que tivesse um excedente e quisesse vender. Não incidia a meação sobre esses produtos. Tudo o que fosse produzido era do morador.

### **3.3.3 Algodão: o boi do pobre: “comprava o que precisava, algodão dava, graças a Deus!**

#### **O algodão era bom demais!”**

As roças de algodão eram financiadas pelo patrão, desde o preparo do solo até a colheita: ele fornecia sementes, adiantava dinheiro para os tratamentos culturais, a colheita e o transporte. Nesse caso a produção era de meia. Nessa época o algodão era largamente cultivado no sertão da Paraíba e, embora com práticas rudimentares de cultivo que não garantiam uma grande produtividade, se comparadas com outras regiões do Brasil, essa era a principal atividade geradora de renda para os moradores. Tudo o que fosse adiantado pelo patrão era anotado em uma caderneta e, por ocasião da venda do algodão, era descontado o valor devido por cada morador e o “saldo” era pago em dinheiro.

Foi recorrente nas falas dos entrevistados, as expressões o “bezerro do pobre” e “o boi do pobre” ao se referirem ao algodão e à importância desta cultura como geradora de renda para as famílias dos moradores. Essas expressões, denotam uma relação de valorização comparativa, cuja interpretação pode ir além daquela que revela o valor do algodão, economicamente falando, para essas pessoas. Para ter um pequeno lucro, ou o saldo do algodão era empregado, praticamente, um ano inteiro de força de trabalho, enquanto o patrão podia dispor do gado à qualquer momento, sem precisar fazer grandes investimentos e sem desprender, ele próprio, força alguma.

Se a expressão “o boi do pobre” significa que o algodão dava algum retorno econômico aos moradores, por outro lado, significa que bom mesmo era o retorno econômico dado ao patrão, pelo boi do rico, ou seja, a atividade pecuária. Não obstante, além do valor

econômico, o saldo do algodão tinha um grande valor simbólico para além da satisfação de algumas necessidades, significava também a realização de alguns desejos, como mostram esses fragmentos de entrevistas:

Quando nós vendia o algodão era o final do ano, pra comprar tecido pra fazer uniforme, tudo, pra ir pras festas (natal e ano novo) [...] comprava o que precisava, o algodão dava, graças a Deus, o algodão era bom demais! (FA 1).

Nesse tempo a gente era matuto né, achava bom quando recebia o saldo do algodão, aí ia comprar uma roupa, um sapato, uma coisa, para ir pras festas, noite de ano, noite de festa (se referindo à noite de natal), nesse tempo tinha festa em São José, em Aparecida noite de Ano, aí a gente sustentava aquele saldozinho do algodão para comprar roupa para as festas [...] comprava coisas para casa [...] às vezes comprava um bicho (gado), uma coisa (FA 3).

Com o dinheiro saldado, faziam compras nas feiras das cidades de Sousa ou de São José da Lagoa Tapada. Geralmente essas compras eram feitas pelo casal, ocasião em realizavam-se as compras de roupas e calçados para toda a família, alguns utensílios domésticos, redes de dormir, ferramentas agrícolas, além de alguns mantimentos. Na maioria dos casos, a compra desses produtos realizava-se uma única vez por ano, justamente por ocasião da venda do algodão. Sobrava sempre um “dinheirinho” para as festas. Tradicionalmente, os moradores comemoravam o natal em São José da Lagoa Tapada e o ano novo no Canto (atual cidade de Aparecida).

As festas nestas localidades já eram tradicionais e funcionavam como numa quermesse, com pequenos parques de diversão, cantorias, forrós, barracas onde era possível comprar lembrancinhas, bebidas e comidas. Enfim, relatam que iam pras festas pra se divertir e comer “mangaios”. Iam a pé, a cavalo, em caminhões, não importava o transporte, o importante era ir para as festas, encontrar familiares, parentes, amigos. Quando a safra de algodão não era boa, por alguma adversidade, principalmente pela escassez de chuvas, o fim de ano era pouco festivo.

Para os moradores, havia toda uma simbologia relacionada à venda do algodão. Se as festas juninas, com as tradicionais fogueiras e comidas típicas representavam a celebração da fartura, pela colheita do milho e do feijão, ir para as festas de final de ano (noite de festa é a véspera de natal e noite de ano é o *réveillon*) representavam a celebração pela colheita do algodão e o encerramento de um ciclo produtivo.

### 3.3.4 Os sítios de cana-de-açúcar e o engenho de rapadura

Foto 4

Ruínas do engenho de rapadura da Fazenda Angélicas

(Fonte Própria).



Outra atividade desenvolvida na Fazenda Angélicas era o cultivo de cana-de-açúcar para a produção de rapadura. Da mesma forma que a produção de algodão, também a produção de rapadura era “de meia”, o morador que quisesse podia cultivar a cana. A moagem no engenho (Foto 4) começava nos meses de agosto ou setembro e tinha a duração de três meses, em média e, dependendo do ano, “do inverno”, podia se estender um pouco mais.

A produtividade também estava relacionada à quantidade de chuvas. Os sítios de cana eram plantados nas áreas de “baixo”, por trás dos açudes: Os sítios de cana eram “aguados” com água dos açudes, de modo que em anos de chuvas regulares “aguava o sítio todinho, de cana, no sifão, nas rebarbas, não morria um pé, quando moía a cana, o açude estava meio” (FA 2).

Assim, quando o inverno era bom, a produtividade também era muito boa, como evidencia um dos informantes “teve ano de sair mais de mil cargas de rapadura” (FA 4). Uma carga equivale a cem rapaduras e, nesse total informado, estava contabilizada toda a produção, incluindo a moagem da cana do proprietário, dos moradores e de outros proprietários vizinhos que não possuíam engenho, mas plantavam cana para a produção de

rapadura. Nesse caso, o proprietário do engenho tinha uma participação na produção. No período da moagem, o trabalho era intenso, o engenho funcionava até as 21 horas e recomeçava às 2 horas da madrugada. As pessoas que trabalhavam na produção tinham pequenos intervalos de revezamento para descanso.

Tal atividade empregava um grande número de pessoas: os cortadores de cana; os que conduziam os animais no transporte desse produto até o engenho; os que trabalhavam na fofalha controlando a quantidade de fogo (eram utilizadas a lenha e o próprio bagaço seco da cana); os que trabalhavam na moenda para a retirada do caldo da cana (a moenda nessa época era já movida a motor de óleo diesel); os caldeiros, que trabalhavam no cozimento do caldo, realizado em várias etapas, sob a supervisão do mestre. Por fim, quando o “mel” ou melaço estava no ponto, era transferido para as “gamelas”, onde era mexido pelos gameiros com enormes espátulas de madeira, até o ponto de colocar nas formas de rapadura, trabalho feito pelos caixeadores. Nesse momento, tudo tinha que ser muito rápido, pois a rapadura não podia “morrer” antes de ser colocada nas formas.

Além de uma atividade econômica, a moagem era também um espaço de sociabilidade, entre os moradores e o mundo externo à fazenda. Uma ocasião para visitas e encontros. Toda a gente das fazendas e sítios vizinhos vinha para a moagem e pessoas das cidades também. Era uma espécie de festa, em que os visitantes tomavam muito caldo de cana, tiravam rapa da gamela, e faziam alfenins<sup>30</sup>. Os visitantes voltavam para casa carregados de presentes: “mel de engenho”, batida, alfenim e rapadura. Os donos da moagem mandavam fazer rapaduras especiais para presentear os visitantes e os parentes que moravam na cidade: tinha rapadura com laranja, com coco e com especiarias como cravo e erva-doce.

Porém, essa atividade da produção de rapadura na fazenda foi realizada até 1966. Nesse ano, aconteceu um acidente, com um dos moradores que estava trabalhando na moenda. O Senhor Eudimir Andrade teve o braço direito esmagado, o que causou muita comoção entre todos, patrão e moradores. Por causa desse acontecimento, e por outros motivos, segundo um dos informantes, o responsável pelo engenho, à época um neto de Nelson Meira, queria que os homens trabalhassem com as portas do engenho fechadas, mas os trabalhadores não aceitaram, então o engenho foi desativado.

---

<sup>30</sup> Doce feito com melaço de cana-de-açúcar, em ponto de bala, o qual passa por um processo de aeração e clareamento, ao ser repetidamente “puxado” e sovado entre as mãos, até dar o ponto de alfenim, quando então, é trançado ou enrolado, para dar o formato e o tamanho desejado ao doce.

Quanto ao Sr. Senhor Eudimir, este continuou morando e trabalhando na fazenda, cultivando roças, manipulando a enxada com um braço só, criou dez filhos e viu a fazenda passar por diversas mudanças, até chegar à desapropriação e se transformar em assentamento, em 2005. Como assentado, continuou trabalhando no lugar que era “a vida dele”, até falecer em 2009.

### 3.3.5 A atividade pecuarista

A criação de gado era uma das principais atividades econômicas da fazenda Angélicas, senão a mais importante, cuja geração de renda, diferente do cultivo do algodão, beneficiava exclusivamente ao patrão e, em alguma medida, o vaqueiro. O gado bovino era criado de forma extensiva, solto nas mangas (pasto natural). Apenas alguns animais eram recolhidos ao curral pouco antes do anoitecer: as vacas amojadas, as paridas, os bezerros e alguns garrotes e novilhas.

As áreas de pastagem ocupavam grandes extensões de terra na propriedade, pois como informou Furtado (1964), para manter uma cabeça de gado eram necessários em média dez hectares. Entretanto, a atividade exigia pouca mão-de-obra, basicamente o vaqueiro, mais dois ajudantes eram suficientes para cuidar de um rebanho de duzentas cabeças. A finalidade dessa atividade na fazenda era a reprodução (natural) e a engorda, objetivando a venda do animal para o abate.

Já a atividade leiteira era secundária, apenas para atender ao consumo dentro da própria fazenda, na forma *in natura* e na fabricação caseira de queijo, manteiga, nata, coalhada e doce. Ainda de madrugada, começava a ordenha das vacas. Uma parte do leite ficava na casa do proprietário quando este morava na fazenda, ou do gerente, e outra parte era distribuída às famílias de moradores que não possuíam animais leiteiros.

O vaqueiro, responsável por todas as atividades relacionadas à criação do gado, era figura respeitada na fazenda pela disposição ao trabalho e pelo destemor com que enfrentava a lida com os animais, “as pegadas de boi” nas quais se embrenhava na vegetação espinhosa típica da caatinga. A forma de pagamento ao vaqueiro combinava duas formas de remuneração, o recebimento semanal de uma quantia (para a feira) acertada previamente e outra denominada pelos informantes como “tirar a sorte” e a “conga do gado”:

Sei que negócio assim de gado, pai cansou de ferrar, que era de sorte né? pai foi vaqueiro 20 anos aí, aí bezerro, de quatro, pai tinha um, bezerro num sabe? Borrego, ovelha né? Borrego, de quatro, pai tinha um também (FA 4).

O vaqueiro tinha a congua do gado (FA 5).

Além da criação de bovinos, havia também a criação de ovelhas. Esses animais tanto eram criados pelo proprietário quanto pelos moradores que quisessem e pudessem possuir gado, criados todos na mesma área de pastagem: “Todo mundo ele dava ordem, quem podia comprar uma vaca, duas, três ou quatro (FA 4)”; um informante recorda um morador que deixou a fazenda possuindo cerca de 50 cabeças de gado bovino: “Padrinho Manuel Davi quando foi embora, se não tivesse 50 cabeças andava perto” (FA 1).

Sobre a criação de ovelhas, o fragmento a seguir resume informações recorrentes entre os entrevistados: “cada qual tinha seu rebanho de ovelha, uns tinha vinte, outros com trinta, outros com quarenta, papai mesmo tinha cento e tantas cabeça. Ele (Nélson Meira) disse: eu não empato ninguém de criar” (FA 4). Entretanto, a criação de caprinos era proibida “porque bode é bicho maligno”, arrematou o informante.

### **3.4 O PARCELAMENTO POR HERANÇA - COMEÇAM AS TRANSFORMAÇÕES: MUDANÇA NO ESPAÇO, NA FIGURAÇÃO E NOS USOS DO SOLO**

Em 1976, houve o parcelamento da fazenda entre três herdeiras (filhas). A parcela que viria a se tornar o assentamento passou a pertencer à Senhora Maria de Lourdes Meira Sarmiento e a administração dessa parcela, correspondente a um terço das terras, passou às mãos do Sr. Francisco Sarmiento, esposo dessa Senhora. Além dessa mudança espacial ocorrida com o parcelamento da fazenda, houve também mudanças nas figurações: “Aí as coisas já ficaram muito diferentes!” (FA 1). A figuração, patrão e morador, já não era mais do tipo patronal patriarcal, mas patronal, sem protecionismo.

Nessa administração, foi construída uma casa grande (Foto 5), sede da fazenda e, em frente a esta o “açude grande” (Foto 6), cuja capacidade é de mais de três milhões de metros cúbicos de água. Os moradores que residiam nessa parcela da fazenda continuaram como moradores da nova proprietária. Assim como foi verificada mudança na relação figuracional, entre patrão e morador, começou a haver também mudanças com relação ao uso do solo na Fazenda Angélicas.

Foto 5

Nova casa da sede da Fazenda, hoje é a sede da Associação dos Agricultores do Assentamento

Fonte própria



Foto 6

Açude Grande

Fonte própria



As atividades desenvolvidas sofreram alterações: no final da década de 1970 a cultura algodoeira no Sertão da Paraíba já sofria um encolhimento em sua produção, devido a diversos fatores, tanto de ordem natural, como as secas prolongadas e o ataque de pragas, quanto de ordem econômica, como a concorrência com outros centros de maior produtividade e preços mais atrativos, enfim, uma série de fatores que, configurados, deram início ao declínio da cultura algodoeira.

Começou a haver uma diversificação das atividades produtivas a partir da construção do açude grande, com a possibilidade de implantação do cultivo irrigado por inundação<sup>31</sup> de frutíferas. Tanto o proprietário quanto os moradores passaram a fazer sítios de coqueiro e bananeira, como atividades produtivas geradoras de renda. No entanto, a Senhora Maria de Lourdes faleceu em 1978, antes de completar dois anos, como proprietária. Novas mudanças foram assinaladas nesse período, principalmente no que concerne às relações patrão-morador. Chegou ao fim o período Meira, nessa parcela da Fazenda Angélicas.

### 3.5 A VENDA DO DIREITO DE HERANÇA

No mesmo ano de 1978, com o inventário ainda em andamento, o direito de herança foi vendido, por Francisco Sarmiento e demais herdeiros, a José de Paiva Gadelha. Em Certidão emitida pelo 1º Cartório de Registro Geral de imóveis de Sousa-PB, sobre essa aquisição “consistente na propriedade rural denominada ANGÉLICAS”, constam as seguintes informações:

[...] com uma casa de tijolos e telhas, sede do imóvel, três armazéns, uma garagem (sic), vinte e cinco casas de taipa, dois açudes, sendo um grande e outro de tamanho médio, e um terceiro arrombado, e ainda com parte em outro de tamanho médio, em comunhão com Maria Mercedes Meira, uma barragem construída de pedra e cal, fruteiras, raiz de algodão, toda cercada de varas e arame, com uma área de 4.800 (quatro mil e oitocentas) tarefas, [...] (1º CARTÓRIO, Certidão, 2004).

Assim, no final da década de 1970, foram registradas, nessa propriedade, importantes transformações que davam os primeiros sinais do declínio do modelo da grande propriedade rural nessa parcela do Sertão da Paraíba. Até então, a fazenda era administrada nos moldes tradicionais, numa relação figuracional que denominei patronal patriarcal, por guardar algumas semelhanças com as figurações tradicionais evidenciadas nos engenhos, em que os Senhores eram representados como protetores, embora nas figurações evidenciadas no período em análise, se sobressaia mais a figura “paternalista” do patão.

Com relação ao uso do solo, restou claro que no período Meira, a forma de utilização desse recurso era baseada no uso tradicional do solo, resquício do modelo implantado desde a época da colonização, com o registro de técnicas rudimentares de manejo, tanto na utilização

<sup>31</sup> Irrigação por inundação – é o sistema de irrigação mais simples usado no mundo. [...] Consiste na aplicação de água por meio de bacias ou tabuleiros (áreas quase planas, de tamanho variado, limitadas por diques ou faixas). [...] O sistema de irrigação por inundação é usado onde a água é barata e abundante, é caracterizado pela necessidade de nivelamento da área e a aplicação de água em alto volume, devido a sua baixa eficiência (ROTONDANO, A. K. F.; MELO, B. s/d).

para fins agrícolas quanto para fins pecuários. E foi justamente essa prática rudimentar de manejo que proporcionou um certo equilíbrio nas tensões internas da figuração, já que a rede de figuração revelou um certo grau de dependência por parte do morador em relação ao patrão e vice versa.

Ora, para se manter dentro de um grupo que, supostamente, usufruía de certos benefícios que não eram observados em outras fazendas, os moradores se submetiam a uma dominação simbólica, do tipo patriarcal. Ao mesmo tempo, havia também um certo grau de dependência, por parte do patrão em relação aos moradores, de manter sob seu comando, famílias de moradores subservientes, gratos pelo tratamento recebido e dispostos a trabalhar para manter a produção de modo a não decepcionar a confiança que o patrão depositou, em seus braços de homens trabalhadores e merecedores de estarem ali. Na figuração evidenciada entre 1930 e 1978 o grau de interdependência era quase inversamente proporcional, mesmo que só no imaginário dos moradores, de modo que não houve deslocamento de poder, portanto, não foram observadas alterações nas posições ocupadas e nas funções de cada indivíduo no grupo.

Contudo, as novas figurações evidenciadas a partir do final da década de 1970 evidenciaram significativas mudanças, com o desencadeamento de um novo modelo de administração e uso do solo que indica o início tardio de uma modernização conservadora que vai se estender até 2005.

À guisa de informação, acho importante registrar que no período Meira alguns jovens filhos de moradores da fazenda migraram em busca de outras oportunidades de emprego, principalmente para Brasília (nos anos de 1960) e São Paulo (nos anos de 1970).

### **3.6 1980 A 2005 - PERÍODO GADELHA: SOB NOVA ADMINISTRAÇÃO, INSEGURANÇA E INCERTEZA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

O Senhor José Gadelha era um bem sucedido industrial, fazendeiro (era proprietário de outras fazendas) e chefe político na região polarizada pela cidade de Sousa. Com tantas atividades, o proprietário praticamente não visitava a Fazenda Angélicas, e esta foi entregue para administração de um gerente, mas, como uma espécie de arrendatário. Em 1981, morreu o então proprietário e a Fazenda foi novamente para as mãos de herdeiros, entretanto, não houve o parcelamento das terras e foi mantido o gerente-arrendatário.

A figuração nas relações de trabalho na fazenda nas décadas de 1980 e 1990 foi a de gerente-arrendatário e morador, uma vez que a relação patronal se dava com o gerente/arrendatário, praticamente não havia contato entre os moradores e os proprietários (herdeiros), situação completamente diferente daquela registrada no período Meira: Os informantes revelaram ser esse o início de uma fase de incertezas e insegurança concernentes às expectativas de trabalho e renda na Fazenda:

Eles (Gadelhas) viviam pra lá não é, aí a gente não tinha... não tinha contato com eles não, eles moravam em Sousa né? E nós não íamos pra lá...

Botou um encarregado aí, mas [...] não resolvia nada, resolvia só pra ele, [...] era esperto, hã! Resolvia só pra ele. Ele saiu bem de vida aqui, ele possuiu, em pouco tempo, ele mais os filhos, cento e tantas reses, tudo que ele tirasse era dele, de algodão ele não pagava nada. Era pra ele fazer as cercas, somente (FA 1).

Essa nova figuração inaugurou a década de 1980 na Fazenda Angélicas, os herdeiros do falecido Zé Gadelha também tinham inúmeras atividades, das quais, as atividades industrial, comercial, Jurídica, médica e principalmente política recebiam maior atenção, portanto, as atividades desenvolvidas na propriedade continuaram sem prioridade de atenção, de modo que o gerente “manobrava” tudo, no dizer dos informantes, como uma espécie de arrendatário, cuja moeda de pagamento aos proprietários seria somente a manutenção das cercas.

Além das mudanças figuracionais registradas nesse início, os moradores experimentaram nas décadas de 1980 e 1990, um longo período de estiagem que assolou todo o Nordeste, provocando a perda das plantações de sequeiro, tradicionalmente cultivadas entre janeiro e junho, totalmente dependentes da regularidade de chuvas nesse período: “Na seca a gente plantava, aí quando estava perto de colher, faltava o inverno e a gente perdia tudo” (FA 3). Os prejuízos foram incalculáveis tanto do ponto de vista econômico e social, quanto do ponto de vista ambiental.

**BOX 2 – Sobre Jose Gadelha (Família Gadelha)**

Não sei por quais motivos ninguém ainda inventou de escrever um livro sobre o político Zé Gadelha, inclusive os filhos dele, todos famosos, com mandatos de deputados e de juizes, além do que é prefeito de Sousa. O velho Zé poderia virar livro e livro dos bons, pois sua história política daria para tanto. Num intervalo de quinze minutos ouvindo conversas sobre Zé fiquei empolgado. Imagine se passasse o tempo necessário para escutar todas as histórias, estórias e causos envolvendo o grande líder político de Sousa e região!

Juntaram-se Eilzo Matos e Murilo Bernardo para conversar na manhã de terça na sala da Associação dos Procuradores, aqui em João Pessoa, e quando o assunto versou sobre Zé Gadelha, eu não quis mais ouvir outra coisa. Só as coisas dele. E alinhabei algumas, que repasso como sugestão a algum escritor que queira biografá-lo.

Zé, conforme Eilzo e Murilo animava sozinho um comício. Os filhos puxaram a ele, mas o velho tinha mais veneno nos dizeres. Anunciava que ia abrir a boca do saco ou quebrar o pote para mostrar os ladrões de Sousa e adjacências que havia dentro de tais recipientes e o povo só arredava do comício quando o saco era aberto ou o pote quebrado.

Eilzo era uma espécie de calo do velho Zé. Certa vez, em Santa Cruz, durante um comício, Eilzo acusou Zé Gadelha de tomar o dinheiro do povo e por isso não merecia confiança. E aconselhava: "Se ele chegar na casa de vocês, só deve ser recebido na cozinha e olhe lá". No final de semana seguinte, Zé Gadelha foi a Santa Cruz e, no comício dele, desabafou: "Esteve por aqui um cabra safado chamado Eilzo Matos. Aquilo é um cachaceiro, um "chora na rampa". É um cachorro e dos pequenos, um cachorro de balaio".

Noutra disputa contra o advogado Gilberto Sarmiento, prestou contas ao povo dizendo assim: "Apresento a vocês Buega Gadelha, um engenheiro civil, tendo como candidato a vice meu outro filho Doca, um brilhante advogado, que vão brigar nas urnas contra Gilberto Sarmiento, que só sabe mijar no meio da rua quando está bêbado".

O industrial Luiz de Oliveira, sogro de Gilberto Sarmiento, havia presenteado um eleitor com uma sanfona, mas soube que ele estava tocando nos comícios dos Gadelha e, como represália, tomou-lhe a sanfona. Zé Gadelha mandou comprar uma de 120 baixos e levou o sanfoneiro para o comício a fim de entregar-lhe o instrumento. E o fez com pompas, dizendo: "Aqui está sua sanfona e pode tocar onde quiser, porque eu não proíbo. Só lhe peço que não toque no cabaré para que Gilberto Sarmiento não fique dançando, já que ele só vive lá".

E além de tudo, Zé Gadelha era um exímio comerciante, vivo que só a gôta. Eilzo lembrou da galinha do leilão. Festa da padroeira, todo mundo no pavilhão, de um lado Antônio Mariz e seus seguidores, do outro Zé Gadelha e sua tropa, cerveja vai, cerveja vem, começa o leilão de uma galinha. Eilzo, já triscado, botou preço na galinha "para Zé Gadelha não comer". Zé botou preço de lá, Eilzo de cá, Mariz, amarrado que só orelha de freira censurou o aliado, Eilzo não quis saber, foi preço indo e vindo, até que a galinha chegou a custar nove mil cruzeiros, dinheiro que dava para comprar 50 galinheiros. Eilzo, querendo embatucar Zé Gadelha, gritou do seu canto que dava "9 mil e 500 para Zé Gadelha não comer" e Zé, com sorriso maroto, disse que desistia do leilão e que Eilzo fizesse bom proveito da penosa. Resultado, Eilzo comeu a galinha e ficou dois meses pendurado, até cobrir o rombo (TIÃO LUCENA, 2008, s.p).

Segundo informações encontradas no site da AESA-PB (s.d), “a partir da década de 1970, houve um aumento na frequência de secas no Nordeste brasileiro e, portanto, no território paraibano, mais precisamente em sua região semi-árida, passando de uma seca a cada 4,6 anos aproximadamente, para uma seca a cada dois anos”. Consta ainda a informação de que nas décadas de 1980 e 1990 houve a ocorrência de cinco e seis anos, não consecutivos de secas, respectivamente. No início da década de 1980 foram registrados quatro anos consecutivos de seca, precedido pelo ano de chuvas irregulares de 1979 (AESA-PB, s.d).

Aliada às secas, a proliferação da praga do bicudo arrasou as plantações de algodão da fazenda, o que deixou os moradores em difícil situação. Sem conseguir sequer produzir os “legumes” para a alimentação, sem a renda do algodão e sem perspectivas de trabalho na fazenda, os moradores se viram em situação de abandono: “[...] e o algodão também, a pessoa se sacrificava tinha que tomar o dinheiro emprestado né, para fazer o plantio, para tratar, aí quando o bicudo atacou aí pronto, ninguém tirou nada, aí teve que arrumar outro meio para pagar [...] ficou muito difícil” (FA 3). Com as sucessivas perdas, uma das saídas encontradas era tentar uma vaga nas chamadas frentes de trabalho, ou na **emergência**, como era mais conhecida.

Mas conseguir se alistar na emergência não era nem um pouco fácil, exigia uma boa dose de paciência e perseverança. Por inúmeras vezes, os moradores ouviam, através do rádio, a informação de que em determinado dia haveria alistamento em Sousa ou em São José da Lagoa Tapada e, por inúmeras vezes também, perdiam a viagem, o alistamento era adiado ou sequer acontecia. Um dos entrevistados relatou que em um único dia, ele e outro morador foram duas vezes, a pé, até a cidade de São José da Lagoa Tapada, em busca de trabalho que haviam noticiado no rádio, entretanto, não houve o propagado alistamento.

Além das vagas serem muito limitadas, os locais onde deveriam ser prestados os serviços eram distantes e a locomoção dependia de algum tipo de transporte, o que acabava por dificultar ainda mais a situação. Quem faltasse tinha o ponto cortado e havia o desconto no salário que já era de miséria. Muitas situações de conflitos foram lembradas, nas quais feitores e peões das frentes de emergência chegavam às vias de fato, por causa de corte de ponto, atitudes tendenciosas que beneficiavam determinados trabalhadores e prejudicavam outros, trabalho extremamente desgastante que levava as pessoas à exaustão. Enfim, uma verdadeira situação de calamidade.

Também eram distribuídas cestas básicas com alimentos, muitas vezes de péssima qualidade. Relembrou um produto que virou um caso folclórico entre as pessoas que recebiam as cestas, o feijão preto, que segundo eles “não tinha fogo, nem panela de pressão, que fizesse o danado cozinhar”. De fato, foram muitas as histórias e piadas contadas sobre o tal feijão na região do sertão, durante muito tempo.

Para escapar a tantas dificuldades, quem tinha algum animal vendia para se remediar, sob pena de vê-lo morrer de fome e de sede, caso não o fizesse. Outra alternativa encontrada, e liberada pelo gerente com autorização dos patrões, foi a retirada de recursos madeireiros da fazenda, na forma de lenha e de carvão. Cada família tirava entre dez e quinze metros de lenha, toda semana. Era dessa forma que conseguiam dinheiro para fazer a feira nesses tempos difíceis. As secas, além de serem problemas naturais característicos da região semi-árida, acarretam também problemas sociais e ambientais de dimensões incalculáveis.

Embora observado em maior escala nos períodos de seca, foi possível evidenciar que os recursos naturais, em qualquer das situações observadas, sofreram constantes depredações, evidentemente, em maior ou menor escala, seja pelo uso inadequado do solo em períodos de bonança, com as atividades agrícolas e pecuárias, seja em épocas de secas, em que foi preciso recorrer de forma mais agressiva aos recursos madeireiros, de pesca e caça, para afastar a fome e manter a sobrevivência dos moradores. Sobre esse tema, do acesso e uso dos recursos naturais, aprofundaremos a discussão no próximo capítulo.

Em que pese todos os problemas contextuais enfrentados na era Gadelha, desde os problemas de ordem natural, como os de ordem social e econômica, como secas, declínio da cultura algodoeira, graves problemas na economia brasileira, a alta inflação, elevado índice de desemprego, baixos salários, enfim, uma conjuntura desfavorável, tanto no âmbito nacional, quanto no âmbito regional e local, observou-se uma tentativa de modernização da relação de trabalho e nas condições produtivas da fazenda. É o que discutirei a seguir.

### **3.7 UMA TENTATIVA MODERNIZANTE? OS USOS DO SOLO NO PERÍODO GADELHA**

Uma das iniciativas de modernização foi a incorporação da Fazenda Angélicas ao patrimônio da FARGASA – Fazendas Reunidas José Gadelha S/A. Tal incorporação foi definida e registrada em Ata da Assembleia Geral Extraordinária da referida sociedade, de 24 de agosto de 1985, assinada pelos sucessores de José de Paiva Gadelha. Essa incorporação,

aliada a outras ações verificadas, desde o final da década de 1980 até o início da década de 2000, marcaram, definitivamente, o fim, na Fazenda Angélicas, do modelo de propriedade baseada na figuração patronal patriarcal e inaugura uma fase “modernizante”, baseada num modelo de figuração patronal capitalista.

Tais ações foram facilmente relacionadas à tendência estimulada pelas políticas públicas de governo, de modernização no campo, inserindo neste o conceito de empresa, a qual era isenta de desapropriação, conforme previsto no Estatuto da Terra, e ainda tinha o objetivo de acessar crédito e angariar recursos para investimentos. Pela similaridade de características, ousou afirmar que houve uma tentativa tardia de modernização conservadora, nos moldes definidos por MENDONÇA (2006). No período Gadelha os moradores foram submetidos à lógica da agricultura capitalista, em detrimento da produção agrícola em unidades familiares.

Alguns fatores podem ser considerados como sinalizadores das mudanças que já estavam em curso, em direção a um processo social de grandes transformações figuracionais: um deles foi a contratação, em 1988, do vaqueiro, como funcionário com salário fixo mensal, sem participação na produtividade, como a que era registrada no período Meira. Outro fator foi a utilização da fazenda, como garantia de um empréstimo, conforme consta no seguinte trecho transcrito de certidão cartorial, emitida de acordo com o registrado no “Livro de nº 2/F, fls. 293,”:

O imóvel ANGÉLICAS, medindo 4.800 tarefas [...]. No R-4-1490, mesmo livro e mesmas folhas, em 17-4-2000, encontrei registrado o seguinte: Nos termos da cédula rural hipotecária nº 29611539649 – A, datada de 15-4-2000, a FARGASA [...], deu em hipoteca de 1º grau ao Banco do Nordeste, o imóvel Angélicas, em garantia de R\$ 129.004,07, com vencimento para 12-4-2012.

Essa ação, de tomar um empréstimo para implantação de um projeto de fruticultura irrigada me fez lembrar do emblemático início da obra *O manifesto do partido comunista* de Marx e Engels: “*Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa unem-se numa Santa Aliança para exorcismá-lo: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os radicais franceses e os espíões da policia Alemã*” (MARX e ENGELS, 2003, p. 25). Quando da realização do empréstimo, o fantasma da reforma agrária já rondava o Sertão. E para afastá-lo, era preciso produzir, empregar mão-de-obra e manter a preservação das áreas de reserva legal e proteção permanente.

Nas entrevistas, muitos assentados informaram que nos últimos anos o proprietário da Fazenda, antes da desapropriação “não queria que ninguém caçasse”, e nem era “para mexer

na serra”. Outra informante relatou sobre um dia que ele esteve na Fazenda e “ficou aí andando, olhando para as serras... aí eu perguntei, o que que está acontecendo? Por que ele nunca foi disso, ele nun vinha nem aqui!” (uma informante da família FA 4). Esse súbito interesse em tornar a propriedade produtiva e em “reparar” na área de reserva legal, pareceu-me uma tentativa de exorcizar, o fantasma da reforma agrária.

Vieira lembra que “nos procedimentos administrativos de avaliação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, o INCRA tem procedido à dedução dos valores correspondentes ao custo de material e serviços para recuperação de áreas de preservação permanente e reserva legal [...] (VIEIRA, 2010, p. 25”. Essas ações do proprietário sugerem duas hipóteses de estratégias adotada pelo mesmo: ou ele estava se preparando para evitar a desapropriação da Fazenda, uma vez que a estava se tornando a terra mais produtiva e preservando os recursos naturais, o que pressupunha que estaria cumprindo a função social da terra, produtiva, ou, estava se preparando para a provável desapropriação (com o objetivo de valorizar o imóvel).

### **3.7.1 O projeto de fruticultura irrigada por aspersão e os sítios de fruteiras irrigadas por inundação: o técnico e o tradicional**

A fazenda foi hipotecada como garantia dada por um empréstimo, no valor de R\$ 129.004,07 (cento e vinte e nove mil, quatro reais e sete centavos), com vistas ao financiamento de um projeto de fruticultura irrigada, que ocupou uma área de 10 hectares na fazenda (4 hectares de coqueiros, 3 hectares de goiabeiras e 3 hectares de bananeiras). Foi implantado um sistema de irrigação por micro aspersão, todo automatizado. Para a implantação e desenvolvimento do projeto foi contratado o Técnico Agrícola Francisco Andrade, que nasceu na Fazenda (os pais foram morar em Sousa quando este tinha seis meses de idade), filho e neto e de antigos ex-moradores.

Por essa época, já tinham despedido o gerente e a casa da sede da fazenda era ocupada pelo vaqueiro, que ainda chegou a dar as ordens ao modo de um gerente. Entretanto, com a contratação do Técnico Agrícola em 2001, o vaqueiro recebeu ordens para desocupar casa da sede, em favor do novo funcionário, mais graduado, e passou a ocupar menor e menos confortável. Aos poucos, além da assessoria ao projeto de irrigação, o técnico agrícola foi assumindo novas responsabilidades de administração da propriedade.

Novamente foi possível observar uma mudança figuracional significativa na direção de novas formas de apropriação e uso dos recursos, amparada pelo conhecimento técnico-

científico, em substituição ao conhecimento denominado tradicional. Além do técnico agrícola e do vaqueiro, havia mais dois funcionários (moradores) com salários fixos mensais, para a realização de serviços diversos voltados à atividade agrícola necessária para o desenvolvimento do projeto. Para com os demais moradores não havia nenhuma obrigação por parte do proprietário de oferecer trabalho remunerado. Quando era necessária a utilização de mão-de-obra dessas pessoas, pagavam-se diárias, quando não tinha serviço, eles se viravam como podiam.

Os sítios de fruteiras de alguns moradores eram outra fonte de trabalho e renda, conforme relatou o informante (FA 15):

Existiam outras áreas dos moradores, de fruticultura irrigada por inundação, pela rebentação de um açude. Não havia um controle rigoroso do que era produzido nesses sítios, em função, até, das dificuldades enfrentadas pelos moradores, a produtividade era baixa, então a gente (falando como representante do proprietário) não fazia tanta questão do percentual do proprietário, na verdade eles (os moradores) davam uma ajuda.

Não havia, a rigor, o pagamento de meia parte ao proprietário, de modo que a não obrigatoriedade de direitos e deveres era recíproca, Essa reciprocidade é inversa à observada no período Meira, entretanto, assim como aquela, funcionou como ponto de equilíbrio nas relações de modo que não gerou sérios conflitos.

### **3.7.2 As culturas de subsistência**

As culturas de subsistência eram as mesmas evidenciadas na Era Meira: milho, feijão, e arroz, além das culturas de vazante. Não obstante, já não havia roças dessas culturas como as da Era Meira. Já não se produzia essas culturas de sequeiro como antes. Tal fato pode estar associado a vários fatores: a) o aumento na frequência de secas; os roçados já não mobilizavam mais todos os membros da família, uma vez que foi evidenciada uma melhora nas condições de acesso à educação para as crianças e jovens da fazenda; mudança na legislação previdenciária em benefício dos trabalhadores rurais; e, programas sociais do governo como bolsa escola e bolsa alimentação.

### **3.7.3 A atividade pecuarista**

Além do gado bovino dos proprietários (havia gado de quatro, dos nove filhos herdeiros), também alguns moradores criavam “umas cabeças de gado”, além de suínos,

ovelhas e galinhas. Nessa época, sem o cultivo do algodão, o gado criado pelos moradores tinha a função de poupança, para momentos de necessidade e para a compra de roupas e calçados e de alguns bens, como televisão, fogão a gás, motocicleta, entre outros bens de consumo. Segundo informações do informante FA 19, por ocasião da desapropriação havia 250 cabeças de gado na fazenda, 200 pertenciam ao proprietário e 50 pertenciam a moradores.

Os animais, como porcos e galinhas, além de serem criados para o consumo, também podiam gerar uma pequena renda. A galinha e os ovos de capoeira (equivalente à galinha caipira de outras regiões), por serem muito apreciados pelos sertanejos têm um certo valor de mercado. Assim, alguns moradores se dedicavam a criar esses animais para a venda. Os suínos também exerciam a função de poupança. Além disso, esses animais também cumpriam a função de complementação alimentar, como no período Meira.

### **3.8 NA DIREÇÃO OPOSTA: *DECLÍNIO DA GRANDE PROPRIEDADE E ASCENSÃO DA PROPRIEDADE COMUM/ESTATAL***

Para uma análise das figurações e suas transformações no período Gadelha, principalmente as que ainda estavam por vir, como a desapropriação da Fazenda, foi preciso fazer a síntese, ou a integração de alguns fatores da conjuntura nacional desse período, que em grande medida, suponho, estão relacionados a essas transformações específicas verificadas na fazenda ao longo desse processo.

A década de 1980 foi marcada por grande instabilidade da economia brasileira, com recessão e altos índices de inflação. Essa década foi denominada, do ponto de vista econômico, de “década perdida”. Já a década de 1990 foi marcada pela estabilidade monetária alcançada com a implantação, em 1994, do plano real. A partir desse marco, a inflação foi controlada em baixos índices (relativamente, comparados aos altos índices da década de 1980 e início da década de 1990). O que levou a uma melhoria da qualidade de vida da população como um todo. Além disso, foram lançadas pelo governo federal políticas sociais de redistribuição de renda, a exemplo do bolsa família, além da instituição de programas de reforma agrária.

A integração desses elementos, observados na esfera nacional, aos elementos observados na esfera local, me levou a refletir sobre a ideia de que “processos sociais mais longos permitem reconhecer frequentemente e de modo bastante claro a ruptura de um estágio do processo para outro mediante um decisivo deslocamento de poder” (ELIAS, 2006, 28).

Nas figurações apresentadas até aqui foi possível identificar a ruptura de alguns estágios, como o início do declínio do modelo da grande propriedade privada, ocorrido no período Meira, com o parcelamento das terras; declínio do modelo de interdependência patronal patriarcal que andou de mãos dadas com a ascensão do modelo patronal capitalista na Era Gadelha. Outras importantes rupturas ainda foram observadas no sentido da ascensão a um modelo de interdependência do tipo comunal. Seguem outros aspectos figuracionais observados na direção desse processo.

Um importante vetor de mudança nas condições econômica e social das famílias de moradores da fazenda foi, a meu ver, a instituição da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que em seu artigo 11, equiparou o empregado rural com o urbano como segurados obrigatórios da Previdência Social. A partir desse marco jurídico, o trabalhador rural passou a requerer aposentadoria por idade (60 anos para homem e 55 para mulher), no valor de um salário mínimo, como também a concessão de outros benefícios previdenciários.

A concessão do benefício de aposentadoria por idade, nos moldes ao que se aplica ao trabalhador urbano (com algumas exceções) causou uma verdadeira revolução, em termos econômicos sociais e culturais na vida dos moradores da fazenda. Ter um aposentado na família passou a representar a garantia das condições mínimas de subsistência, mesmo em anos de estiagem ou na ausência de trabalho remunerado na fazenda. E, não eram raros os casos de famílias em que o casal era aposentado, recebendo, cada um, um salário mínimo mensal, situação também verificada na era assentamento rural, como veremos mais adiante.

Também na era Gadelha foram verificadas mudanças, ainda que incipientes, no acesso à educação e à saúde, e nas condições de moradia. Nesse período, foi construído um grupo escolar (Foto 7), pelo poder público, onde funcionava uma turma multiseriada, que atendia aos alunos do 1º ao 2º ano da 1ª fase do Ensino Fundamental. O grupo escolar, apesar de ter apenas uma turma matriculada, contava com uma diretora, uma professora concursada, com formação pedagógica na modalidade normal, equivalente ao Ensino Médio e uma auxiliar de serviços gerais, do quadro efetivo do município de Aparecida.

Foto 7

Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Jorge Delfino de Lima

(Fonte própria)



As demais crianças e jovens em idade escolar, que não estudavam na escola da fazenda, contavam com um transporte (conhecido pau-de-arara), em precárias, inadequadas e perigosas condições, pago pelo poder público municipal. O transporte contratado era de um morador da fazenda.

As casas dos moradores, que eram todas de taipa, foram reconstruídas em alvenaria, com piso de cimento, entretanto não contavam com banheiro, privada nem pia, a lavagem de roupas e os banhos continuavam sendo no açude e as necessidades fisiológicas realizadas no mato. A exceção era a casa da sede, que além de ter banheiro, privada, pia e lavanderia, contava também com caixa d'água e com o abastecimento de água encanada, impulsionada por uma bomba e, ainda com energia elétrica, implantada para possibilitar a irrigação do projeto de frutíferas. Além da casa da sede, um único morador contava com energia elétrica em casa.

### **3.9 A SOLICITAÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO**

Os processos de desapropriação de propriedades rurais são desencadeados com o pedido de vistoria do imóvel, cujo laudo de inspeção, realizado por técnicos do INCRA, obedecem a critérios técnicos, que determinam se o imóvel é produtivo ou não. Ao ser considerado improdutivo, o imóvel é submetido à avaliação, a qual pode ser contestada pelo

proprietário. Após a avaliação o processo é encaminhado para o INCRA em Brasília. O que permite a desapropriação é o decreto assinado pelo presidente da República, declarando a propriedade de interesse social.

No caso da Fazenda Angélicas, a movimentação para a desapropriação da teve início em 2004, por intermédio de um dos filhos do último ex-gerente, que insatisfeito, segundo informaram, “botou na cabeça de Antonio da Viúva a ideia de solicitar a desapropriação”. Antônio da Viúva, na verdade Antonio do Nascimento Sobrinho, era então, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida PB e Coordenador da CPT na região. De fato, a solicitação de desapropriação partiu do referido sindicato, que já estava articulado com alguns movimentos sociais do campo, principalmente a CPT – PB. A desapropriação aconteceu, de fato e de direito, através de decreto presidencial em 17 de outubro de 2005.

### **3.10 DE 2005 A 2010 - O PERÍODO ASSENTAMENTO: DA DESAPROPRIAÇÃO: “NÓS FICAMOS ATÉ COM MEDO (RISOS), FICAMOS, EU NÃO VOU MENTIR, EU DISSE : OXENTE! NÓS NUNCA POSSUÍMOS TERRA ZÉ! (SE REFERINDO AO MARIDO)”.**

Por ocasião das visitas às casas dos assentados para a entrevista ou para o preenchimento do questionário, a primeira pergunta que eu fiz a todas as famílias, relativa ao período Assentamento, foi a seguinte: Como o Senhor (a) tomou conhecimento da desapropriação da fazenda? Curiosamente as respostas a essa pergunta revelaram que havia três níveis de informação a esse respeito entre os moradores: um grupo, notadamente de alguns moradores mais antigos, demonstrou desconhecimento sobre o processo de desapropriação que estava em curso e a surpresa que tiveram ao serem avisados de tal acontecimento; outro grupo disse ter ouvido falar, mas que não acreditava que a desapropriação pudesse acontecer; e um outro grupo demonstrou que tomou conhecimento através do sindicato, tinha forte articulação com essa entidade e com a CPT, que acompanhava o andamento do processo.

O técnico agrícola, disse que foi pego de surpresa, quando recebeu a visita do técnico do INCRA, com o objetivo de fazer o levantamento para a avaliação do imóvel. Até então ele não acreditava que pudesse haver a desapropriação, em função das atividades desenvolvidas: “A gente sabia que o imóvel era bem trabalhado, tanto na parte da pecuária, como na parte

agrícola, então eu não acreditava que a área que ficava sem ser trabalhada desse suporte para a desapropriação”.

Tradicionalmente, as desapropriações realizadas pelo INCRA tinham origem em ocupações de terras, organizadas por movimentos sociais do campo, representado principalmente pelo MST. As ocupações são uma forma de luta difundida por esse movimento e associada a seu nome como meio adequado de reivindicar desapropriações. Entretanto, os sindicatos também têm adotado essa linha de ação, a exemplo das ocupações registradas por Sigaud et al. (2006) na Zona da Mata Pernambucana, em cidades como Tamandaré, Vitória do Santo Antão e São Lourenço da Mata, onde os sindicatos de trabalhadores rurais começaram a fazer ocupações de usinas e levantar acampamentos.

No sertão da Paraíba, os sindicatos também assumiram esse papel de recrutar trabalhadores sem terra nas periferias das cidades, a fim de ocupar terras improdutivas, habilitando-se, assim “como interlocutores, tão pertinentes quanto o MST, diante do INCRA” (SIGAUD et al., op. cit, p. 40). A iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida, de solicitar a desapropriação da fazenda Angélicas foi acompanhada de um plano de ocupação e montagem de acampamento. Entretanto, esse plano foi cancelado horas antes da ação prevista, em função de um encontro casual na cidade de Aparecida, entre o vaqueiro da fazenda e o pessoal recrutado pelo sindicato.

Segundo o informante, ao se deparar com o grupo de pessoas, foi abordado por um dos recrutados que era conhecido dele. Nesse momento, ficou sabendo que o grupo estava se organizando para “invadir” a fazenda à noite, “um rebanho de gente” que já estava aguardando próximo ao caminhão que ia transportá-los. Entretanto, Beto alertou ao conhecido sobre a quantidade de famílias que já morava na fazenda e que se eles fossem “iam perder a viagem”, pois “lá já tinha gente sobrando”. Diante dessa informação, o grupo desistiu dessa fazenda e, dias depois, ocupou outra localizada nas Várzeas de Sousa.

Com essas ações, os sindicatos dos trabalhadores rurais do sertão, que eram pouco atuantes na defesa dos direitos de seus associados, passaram a ganhar visibilidade e importância. Aliados à CPT, promovem as ações que resultaram em desapropriações e adquiriram poder nessas localidades. No assentamento Angélicas esse poder se manifesta nas falas dos informantes ao relatarem decisões tomadas sob a influência do Presidente do Sindicato. O nome do presidente (conhecido como Antonio da Viúva) é constantemente citado como uma autoridade que exerce poder no âmbito do Assentamento e para além dele,

no meio político da região de Aparecida (também é representante da CPT na região e Vice-Prefeito da cidade de Aparecida-PB).

A indicação das famílias que seriam assentadas era feita por Manuel da Viúva, que era ao mesmo tempo presidente do sindicato e coordenador da CPT na região, e submetida à aprovação dos assentados, como forma de “democratizar” as decisões que já estavam tomadas. Por ocasião da solicitação de desapropriação, havia, na verdade, 12 famílias de moradores na Fazenda. Algumas famílias abrigavam agregados, pessoas que não tendo onde morar pediam arrego aos familiares: filhos casados, filhos separados, pai ou mãe viúvos, irmãos desempregados, enfim, considerando esses agregados havia na fazenda um número maior de famílias do que aquele, de fato, reconhecido como morador pelo proprietário.

Com a expectativa da desapropriação, o grupo que estava mais informado sobre o andamento do processo, tratou de trazer familiares e parentes (todos já tinha sido moradores da fazenda em algum momento da trajetória aqui apresentada) para morar como agregados. Houve também um aumento no número de casamentos de filhos de moradores. Nesses casos, o conhecimento foi utilizado como uma ferramenta de poder para a conformação de arranjos visando à inserção dessas pessoas no rol das famílias moradoras da propriedade. De modo que foi possível observar uma parentela maior, formada por uma determinada família.

De fato, para o recebimento de parcelas de terra, a legislação prioriza as pessoas que têm contrato de trabalho e residem no imóvel. Assim, das 34 famílias assentadas, apenas 3 são de famílias que nunca haviam morado na fazenda anteriormente. As famílias recorreram ao presidente do sindicato para solicitar a inclusão dos - ao mesmo tempo - ex e neo-moradores - no parcelamento das terras. Os que nunca foram moradores também recorreram a Antonio da Viúva, conforme relata a entrevistada:

*Eu ouvi falar que estava sendo desapropriado o Assentamento Angélicas né, disse que vinha um bocado de família para cá, mas só que a terra era pouca, aí eu fui no sindicato, perguntei a Seu Antonio da Viúva, por que eu morava de favor na casa da minha sogra e a casa era pequena e não dava para a gente ficar muito tempo lá, aí eu fui até o sindicato perguntar a Seu Antonio se ele podia botar meu nome, para eu ganhar né, um pedacinho de terra para eu morar, aí ele pegou e disse: eu vou botar o seu nome, se o pessoal aceitar você lá, os moradores. Aí quando chegou aqui fizeram uma reunião perguntando se me aceitavam, me aceitaram e eu fiquei, quer dizer, beneficiada né, com um pedacinho de terra, pra mim poder ter uma moradia, um endereço certo que eu não tinha (FA17).*

Logo depois da desapropriação e transformação da propriedade em assentamento rural, ocorreu a fundação da Associação dos Agricultores do Assentamento Angélicas, em 17

de novembro de 2005, com aprovação do estatuto e eleição dos membros da Diretoria da 1ª gestão, com mandato de dois anos. As decisões foram lavradas em Ata, à qual foi registrada no Serviço Notarial e Registral – 3º Ofício, em Sousa PB.

Se o presidente do sindicato exerce poder no assentamento, os assentados também usam do poder que têm enquanto grupo organizado, na esfera da associação. Também nessa figuração (sindicato e assentados) foi possível verificar um certo equilíbrio de poderes, que evitou tensões conflituosas quanto à determinação de quem teria direito ao parcelamento da terra: Antonio da Viúva incluiu os **agregados** dos moradores no parcelamento e os moradores, por seu turno, aprovaram os **indicados** de Antonio da Viúva, numa espécie de barganha.

Além do sindicato e da associação, a figuração foi ampliadas para outras esferas, instituições públicas, governamentais e não governamentais: INCRA, CNMP (Centro Nordestino de Medicina Popular), CPT-PB, ASA (Articulação no Semi-Árido Brasileiro), CAASP (Central dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano), enfim, uma série de poderes, expressos em maior ou menor grau no Assentamento. Nesse sentido, a legislação ambiental também passou a influenciar as figurações observadas, através da obrigatoriedade de determinação das Áreas de Proteção Permanente – APPs e de Reserva Legal – RL.

### **3.11 USOS DO SOLO NO PERÍODO ASSENTAMENTO RURAL**

Os usos do solo, nesta figuração em que a propriedade da terra está sob um modelo estatal/comunal, os usos do solo passaram a ser norteados com base em institutos jurídicos e em arranjos definidos pelos próprios assentados, com normas a serem cumpridas e, ao mesmo tempo, fiscalizadas pelos mesmos. Embora a legislação brasileira (Estatuto da Terra, Constituição Federal, Código Civil, entre outros dispositivos) já impusesse limites ao direito de propriedade, quanto à utilização dos recursos naturais, visando à preservação e uso sustentável desses recursos, o que observou-se, na verdade, foi o descumprimento de tal legislação na Fazenda Angélicas, tanto no período Meira, quanto no período Gadelha.

No período Assentamento Rural, diferentemente do que foi relatado sobre os períodos anteriores, o local e o tamanho das roças são definidos em assembleia. Até dezembro de 2010, o tamanho da roça que cada assentado podia cultivar limitava-se a 1 hectare. Nos períodos anteriores, apesar de haver um acordo prévio, entre moradores e proprietário (ou

gerente como representante deste último), havia flexibilidade para que os moradores pudessem escolher o local, e não havia restrição quanto ao tamanho das roças.

Os roçados de algodão, milho e feijão ocupavam as chapadas das serras. Os sítios de cana e de fruteiras eram localizados próximos aos açudes, casas eram construídas às margens desses reservatórios. As queimadas eram largamente praticadas. O gado era colocado nas mangas em qualquer lugar da fazenda desde que houvesse pastagem (que geralmente era natural, com algum tipo de complementação). Em tempos de estiagem prolongada era permitida aos moradores a retirada de lenha e a fabricação de carvão. Enfim, as práticas presentes nas eras anteriores ao assentamento foram denunciadas como insustentáveis, do ponto de vista ambiental, em relação ao uso do solo.

As transformações figuracionais ocorrida nesse processo trouxeram a reboque imposições de mudanças nos costumes e nas práticas cotidianas dos moradores/assentados e nas relações de interdependência no grupo. As relações de interdependência marcadamente patriarcais e protetoras experimentadas no período Meira, e as marcadamente patronais/capitalista/salve-se quem puder, experimentadas no período Gadelha, são verificadas, ambas ao mesmo tempo, no período Assentamento Rural.

Em ambos os casos, o Estado, representado pelo INCRA, figura como um poder central, acima do poder da esfera da associação, uma espécie de patrão, que em alguns momentos apresenta-se como um patrão protetor dos assentados e em alguns momentos como o mau patrão que deixa os moradores entregues à uma situação que eles próprios denominam de abandono.

Logo depois da transformação da propriedade em assentamento rural, a presença do INCRA, através de agentes representantes desse órgão, era constante, o que ensejava uma relação de segurança e proteção, com constantes reuniões, nas quais os assentados eram informados sobre os seus direitos e deveres; eram convocados a discutir projetos e metas para o assentamento; a decidir sobre a aplicação dos primeiros créditos (habitação, fomento I e II). Enfim, sentiam a presença do Estado e das políticas de crédito, estas últimas ainda que insuficientes, mas que alimentavam a expectativa de segurança como “donos dos seus pedaços de terra”, como costumam dizer.

Entretanto, a partir de 2007, as visitas do funcionário do INCRA foram ficando cada vez mais esparsas. Em 6 de julho de 2009 ocorreu uma assembleia da associação, reunida com as demais autoridades governamentais e não governamentais que mantêm algum vínculo com

o assentamento, a fim de dar início às discussões sobre a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Nessa ocasião foi apresentada a equipe da ATES, que iria trabalhar na referida elaboração. No entanto, até dezembro de 2010, o PDA ainda estava em elaboração, o que travou o parcelamento definitivo dos lotes, a concessão de créditos e frustrou as expectativas dos assentados, concernentes ao desenvolvimento das atividades produtivas da agricultura familiar. Como uma solução paliativa, os assentados realizaram um pré-parcelamento, decidido em assembléia da associação, com o sorteio dos lotes, o que não agradou aos representantes do INCRA, mas, em virtude da demora no parcelamento definitivo, chegaram a um acordo.

Um fato que chamou a atenção no pré-parcelamento foi a utilização dos princípios de antiguidade e de pertencimento, para dar distinção a determinadas pessoas dentro de um grupo que, à primeira vista era de iguais: um grupo de famílias assentadas, aparentemente submetidas às mesmas regras de convivência e de acesso e uso aos recursos comuns existentes no assentamento. A transformação da propriedade em assentamento, pressupunha, que os integrantes do grupo passaram a ter os mesmos direitos e obrigações.

Entretanto, ao analisar mais de perto as relações de interdependência no grupo, foi possível verificar uma variável que informava que as relações de poder anteriores ao assentamento, ainda influenciavam nas decisões coletivas e na maneira como alguns dos assentados se percebiam em relação aos demais. Cinco dos assentados, que eram moradores mais antigos na propriedade, cultivavam sítios de fruteiras, dos quais se sentiam como donos, mesmo na era Gadelha, em que a propriedade era privada.

Dessa forma, por ocasião do pré-parcelamento da área dos sítios de fruteiras, os antigos “donos” dos sítios tiveram a prerrogativa de escolher as suas parcelas, que tanto podia ser dentro do próprio sítio, ou em outro que considerasse melhor. Assim, só depois que estes assentados escolheram suas parcelas, as demais foram sorteadas entre os outros 29 assentados. Ainda assim, esses cinco assentados/moradores mais antigos, se diziam muito prejudicados. Um deles informou que chegou a tirar 20 toneladas de goiaba em um ano. A banana era comercializada mensalmente, de modo que obtinha sempre uma boa renda do sítio: “Eu achei ruim assim, porque à vista do que eu era, eu fiquei lá embaixo... que nem puleiro de pato, perdi o que tinha, não tem mais renda de nada. Me peguei com minha aposentadoria... graças a Deus!” (FA 1).

Assim como os donos dos sítios se percebiam como merecedores de distinção, devido à condição anterior, também os demais assentados, se percebiam como menos merecedores, uma vez que aceitaram essa forma de parcelamento, por unanimidade, com decisão registrada em Ata da assembleia extraordinária da Associação realizada em 03 de dezembro de 2005.

Houve também o parcelamento do lote destinado à moradia, com um hectare cada. Com relação ao parcelamento definitivo, o informante FA 15 relata:

Olha, é muito complicado quando a gente fala em Plano de Desenvolvimento, PDA. Primeiro existe, por parte do INCRA, uma burocracia muito grande, certo? Um entrave com relação a recursos para contratação de empresa para elaboração. Já foi Contratada uma empresa, a CAASP, uma cooperativa, foi contatada né, já iniciou os trabalhos, houve uma demora por parte dos recursos, mas que os trabalhos já estão bem encaminhados. Eu acredito que, devido o número de famílias existentes, 34 famílias, e a área existente no imóvel a ser trabalhada, depois de diagnosticado (o diagnóstico do imóvel), é... tá sendo feita uma análise bem minuciosa para ver se compensa dividir essas áreas mesmo, ou se faz um trabalho coletivo, por que, até onde eu tenho conhecimento, se for realmente utilizar a área, só vai dar para ficar em torno de oito hectares por assentado e é um pouco complicado. Nós sabemos que para assentar uma pessoa (família) você tem que ter no mínimo um módulo rural, que equivale a 55 (cinquenta e cinco) hectares. Eu não sei como é que a comunidade vai lidar, juntamente com o INCRA e essa situação. Espero que o **bom senso prevaleça** e que a gente chegue a um denominador comum e consiga resolver essa questão do PDA, por que os recursos estão travados, em função dessa não liberação do PDA (FA 15).

Segundo o informante, o bom senso seria o trabalho em áreas coletivas. O parcelamento individual resultaria em condições desfavoráveis de trabalho, uma vez que considera 8 (oito) hectares insuficientes, em termos produtivos, para realizar atividades capazes de desenvolver o crescimento das famílias assentadas. Nesse sentido, considera que o uso coletivo dos recursos do assentamento seria a forma mais viável, para o crescimento da comunidade.

Refletindo sobre essa afirmação, lembro a tal barganha entre sindicato e moradores (de fato, reconhecidos pelo proprietário): em atendimento aos interesses do sindicato e desses moradores foi assentado um número de famílias maior, em termos técnicos, do que a área realmente comportaria, considerando que dos 1.016 (mil e dezesseis) hectares do assentamento, mais de 50% desse total é destinado às áreas de reserva legal e de proteção permanente.

Tal situação gerou um impasse quanto ao parcelamento definitivo, semelhante ao que foi evidenciado por Nunes (2008), no Assentamento José Antonio Eufrosino, no município de Campina Grande, onde a maioria dos assentados defende que toda a área seja parcelada em

lotes individuais, contra a minoria que defende que parte da área fique sob o domínio da coletividade e apenas o lote destinado à moradia seja individual.

Esse impasse ainda permanecia em dezembro de 2010, o que gerou uma situação de abandono, expressa pelos assentados e representada nos trechos das entrevistas realizadas com as família FA 17 e FA 9, respectivamente:

Podia muito bem melhorar, olhar mais para nós, por que, até hoje, nós estamos em janeiro né? (entrevista realizada em janeiro de 2011). Quem vinha muito aqui no assentamento era Célio, quando estava no INCRA, depois que Célio saiu não sei o que foi que aconteceu, por certo nós ficamos abandonados aqui. Eu queria que o INCRA viesse dar uma olhadinha para nós e fazer alguma benfeitoria por nós [...] nós estamos abandonados aqui.

(Gostaria) só que o INCRA aparecesse mais, mais vezes, fizesse mais algumas visitas a gente e dissesse logo de uma vez por todas o que ia ser decidido. Isso eu acho que, não só é um desejo meu, é de toda a comunidade que ele aparecesse logo com uma coisa concreta e dissesse que ia dividir tal tempo, e, tal tempo, chegasse para dividir, não ficasse com enrolação por que a gente já vive cansado disso”.

Os assentados tiveram a prerrogativa de escolher os locais onde seriam construídas as suas casas, desde que não fosse em área de reserva legal ou proteção permanente. Com o sorteio, para definição de quem ficaria com cada lote pré-parcelado, alguns assentados se sentiram prejudicados, com as condições de cultivo encontradas, por esse motivo alguns resolveram fazer as roças dentro do lote destinado à moradia.

Também formam a figuração no assentamento entidades vinculadas aos movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra e a Comissão Pastoral da Criança. A primeira já prestava colaboração ao sindicato desde o início do processo de desapropriação e continua colaborando, dentro de sua esfera de atuação. Geralmente promove ações educativas, voltadas ao bem-estar social e ambiental do grupo. Já a segunda tem uma atuação voltada para a orientação nutricional das famílias, entretanto, segundo os assentados, limitada à distribuição de cestas de alimentos (compostas por frutas, cereais, mel, entre outros produtos produzidos na região) para as famílias que tenham crianças de até 3 anos de idade. Tal programa é financiado com recurso federal e atende a 11 famílias do assentamento. Os critérios são: famílias formadas por mais de três pessoas, que não tenham nenhuma renda (informação prestada pela agente de saúde da área).

Para assistência técnica, com relação ao Projeto de Desenvolvimento do Assentamento foi contratada a CAASP. Também a ASA e o CNMP têm atuado oferecendo cursos e palestras, financiados por ONGs. Uma das iniciativas do CNMP foi a criação do Grupo de Beneficiamento de Alimentos Sertanejo, formado por agricultoras do assentamento, com o objetivo de oferecer treinamento e assessoria durante um ano, visando à promoção de

geração de renda com a fabricação artesanal de doces bolos e biscoitos. No entanto, decorrido um ano da implantação do grupo, a atividade teria gerado a renda de R\$ 70,00 a cada participante.

Outra iniciativa foi a formação de um grupo de jovens, que além de atividades sócio-educativas, recebeu um financiamento para a implantação de um projeto de produção de mudas, iniciado em dezembro de 2010.

## **CAPÍTULO 4**

### **REGULAMENTAÇÃO DO ACESSO E USO DOS RECURSOS NATURAIS NA FAZENDA/ASSENTAMENTO ANGÉLICAS (1930 – 2010)**

A preocupação com os recursos naturais já fazia parte do pensamento de cientistas naturais desde o século XIX. A “ecologia” nascia a partir de questionamentos acerca das relações entre os seres vivos e o ambiente em que vivem. A partir da segunda metade do século XX essas preocupações se intensificaram e na década de 1970 deixou de ser uma questão puramente ecológica e passou a envolver outras esferas de discussão, tornando-se uma questão ambiental global, cujas preocupações atingiram as discussões acadêmicas nos mais diversos campos das ciências, inclusive das ciências sociais. Também assumiu lugar de destaque nas discussões políticas e agendas governamentais de todo o mundo, num crescente processo de “ambientalização”.

Assim como aconteceu na esfera global, no Brasil também ocorreu o chamado processo de “ambientalização”, observado por Leite Lopes como o desencadeador de transformações em diferentes esferas, no Estado e no comportamento das pessoas. Segundo esse autor, tais transformações têm a ver com alguns fatores, dos quais, vou me referir aqui a dois deles: o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente a partir dos anos 70 do século XX e a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos (LEITE LOPES, 2006).

Nessa perspectiva, emergiram modalidades de conflitos agrários, até então inéditos, nos quais a luta pela terra estava atrelada à questão ambiental, passando a ser tratada no âmbito dos assentamentos rurais, cada vez mais, de forma institucionalizada pelo Estado e a envolver uma série de mediadores da sociedade civil, bem como a resultar em arranjos de regulação do acesso e usos dos recursos que passaram a combinar regras legalmente instituídas com outras estabelecidas pelos próprios grupos de assentados, como foi o caso do assentamento Angélicas.

Elenquei esses dois fatores, por entender que eles estão intrinsicamente ligados à discussão do recorte analítico realizado neste capítulo, que considera a história ambiental da Fazenda/Assentamento Angélicas, desde 1930, portanto, uma história anterior às discussões ambientais como uma preocupação global, até a história recente, 2010, após as profundas transformações pela qual passou essa propriedade, com a transformação em assentamento rural e considerando a “crescente institucionalidade e racionalidade da problemática ambiental que

vem envolvendo a criação de um quadro legal, políticas de Estado e até o discurso dos movimentos sociais agrários” (VIEIRA, 2010, p. 12).

Minha análise se pautou em duas abordagens teóricas cujos questionamentos e reflexões se complementam, no debate aqui proposto. Uma foi a ecologia política, que apresenta elementos analíticos primordiais para a pesquisa dos conflitos ambientais e processos de mudança ambiental. Tal abordagem considera que a degradação dos recursos é resultado das disputas de poder ou dos exercícios de poder em relações sociais assimétricas inerentes a figuras específicas, ou seja, é um problema primordialmente político (LASCHEFSKI e COSTA, 2008; MIRANDA, 2011). A outra abordagem foi a teoria dos recursos comuns, que defende a capacidade humana de organizar estratégias de proteção a recursos que pertencem a uma sociedade ou grupo, de modo a garantir tanto a sua preservação quanto o seu uso sustentável, e garantir ainda que os benefícios desses recursos sejam estendidos a todo o grupo (OSTROM, 1990).

Nesse sentido, não escapou à minha reflexão relacionar os direitos de propriedade vigentes em cada período demarcado e analisado nessa pesquisa, com as figurações e as formas de regulação do acesso e uso dos recursos naturais adotadas em cada um deles. Desse modo, a análise e as reflexões nesse capítulo terão o regime de propriedade como eixo organizador da discussão. Destarte, nos períodos Meira e Gadelha predomina a regulação privada da propriedade, sob comando de seus proprietários, ainda que em alguma medida outros arranjos são utilizados, considerando a organização familiar do sistema de moradia e decisões coletivas que eram tomadas. Posteriormente, a regulamentação vigente no período assentamento rural é caracterizada por uma maior complexificação dos regimes de propriedade, em que se percebem elementos de propriedade estatal, comunal, familiar/privada. Acredito que, dessa forma, a análise e discussão fluirá de maneira a não se tornar repetitiva e cansativa.

#### **4.1 REGULAMENTAÇÃO DO ACESSO E USO DOS RECURSOS NOS PERÍODOS MEIRA (1930 A 1980) E GADELHA (1980 A 2005)**

Nos períodos Meira e Gadelha, a Fazenda Angélicas estava, formal e predominantemente, sob o regime de **propriedade privada**: quando há um proprietário individual ou corporação que detém o direito de acesso e uso dos recursos com a prerrogativa

de transferir esse direito para outrem. No período Meira, compreendido entre 1930 e 1980, havia um proprietário individual: Néelson Meira e depois, a filha herdeira Maria de Lourdes.

Também no período Gadelha, compreendido entre 1980 e 2005, havia inicialmente um proprietário individual: José Gadelha, depois a propriedade foi transmitida por herança aos sucessores de José Gadelha, e a partir de 1985, a propriedade passou a pertencer a uma corporação, a FARGASA S/A, de propriedade dos mesmos herdeiros. Já em 2004, a FARGASA S/A, cedeu a propriedade a Dalton Benevides Gadelha, permanecendo este último como proprietário até outubro de 2005, quando ocorreu a desapropriação da fazenda.

Dessa forma, cada um em seu tempo, detinha o direito de acesso e uso dos recursos e se utilizou da prerrogativa de transferir esse direito de acesso e uso dos recursos disponíveis na fazenda, aos seus moradores, mesmo não havendo nenhum tipo de contrato formal, com exceção dos quatro funcionários contratos com salário fixo, pois no sistema de morada, os contratos eram firmados na base da palavra. Mesmo observando o regime de propriedade privada nesses períodos, a utilização dos recursos disponíveis era partilhada pelo grupo, com formas de acesso que conjugava elementos característicos tanto do acesso comum como do acesso privado aos recursos disponíveis.

Esse *mix* foi possibilitado pelo sistema de morada, em que a família do morador recebia um pedaço de terra onde podia construir sua casa, seu terreiro e fazer seu sítio, sendo ele próprio o regulador do acesso nesse domínio, que se caracterizava como privado. Por outro lado, as formas de acesso a outros domínios da propriedade, como os recursos hídricos, de caça e pesca, passavam por regulações que continham características de acesso comum, uma vez que eram partilhadas pelo grupo, embora reguladas pelo proprietário.

O acesso com regras impostas pelos proprietários, demonstrou que havia algumas concessões e restrições de uso. As evidências indicaram a prevalência da variável de **excluibilidade** que considera a variação existente entre os recursos no tocante à facilidade ou dificuldade de excluir ou de limitar usuários, quanto ao acesso e uso de bens produzidos pela natureza ou pela atividade de outros indivíduos.

Para chegar a essa constatação, me baseei nas regras impostas pelos proprietários, nos dois períodos aqui referidos, quanto ao acesso e uso dos recursos. Uma regra primordial era a proibição da entrada de pessoas estranhas à propriedade, mesmo que fossem de fazendas vizinhas, para fazer uso dos recursos, como relata um dos informantes:

Cabra de fora não entrava em açude, nem caçador não entrava nessa fazenda não, se entrasse, aí no outro dia ele ia pra cheirosa. Os cabras já tinham medo, da Floresta, Picada, Angicos [fazendas vizinhas], num olhava nem pra cá, nem pra pescar e nem pra caçar. Aqui é só pra meus moradores, eu não quero ninguém de fora. Pra isso ele[Nélson Meira] era tudo (FA 2).

Nunca ouvi falar em qualquer problema com relação à utilização dos recursos. No tempo de Nélson Meira todo mundo respeitava, até mesmo a polícia não entrava fácil né, em Angélicas (FA 5).

Gente de fora (que não fosse morador) tinha que pedir permissão para entrar pra pescar. E caçar, eles [Gadelha] não liberavam pra ninguém, eles não queriam não. [...] desde o tempo do patrão [Gadelha] ninguém mexia lá não [na serra]. (FA 19).

Quanto ao moradores, estes tinham permissão para utilização dos recursos, apenas para o consumo das famílias e para atividades que resultassem em benfeitoria na fazenda. A seguir farei a descrição dos arranjos verbais estabelecidos, de acordo com cada recurso disponível.

#### 4.1.1 Recurso Solo

Como já foi observado no capítulo anterior, o acesso e uso do solo se davam, inicialmente, com a construção de uma casa para morar, de taipa, no período Meira, e, posteriormente, substituída por alvenaria, no período Gadelha. A casa podia ser cercada pelo morador, delimitando o seu terreiro. A cerca geralmente era feita rodeando toda a residência, de modo que além do terreiro, também havia um quintal na parte dos fundos, onde eram realizados os trabalhos domésticos de cozinhar, lavar louças, moer e pilar. Nesses cercados eram criados os animais como porcos e galinhas, que podiam ser criados soltos, dentro do limite do cercado, ou em chiqueiros construídos dentro do limite do terreiro. Algumas casas contavam com um pequeno curral para recolher gado ou ovelhas.

Cada morador deveria cuidar dos seus animais para que não invadissem as roças ou terreiros dos outros moradores e, dessa forma, evitar conflitos. Entretanto, ainda ocorriam conflitos dessa natureza, que eram resolvidos na base da conversa e do acordo entre as partes envolvidas, caso não chegassem a um acordo, a palavra final era dada pelo proprietário, ou pelo gerente, ouvindo ambas as partes e determinando o que deveria ser feito.

Além do local de residência, os moradores tinham permissão para plantar roças de feijão, milho, e outras culturas de subsistência, como também para plantar algodão e cana-de-açúcar. Não havia restrição, no período Meira, quanto ao tamanho da roça, nem quanto ao local. Segundo os informantes, o proprietário da fazenda reunia os moradores para definir onde seriam plantadas as roças e como havia muitas famílias eram escolhidos vários locais

diferentes. Plantavam roças tanto nas chapadas das serras, como nas áreas baixas próximas aos reservatórios (açude, barragem) e cursos de água (riachos). O manejo do solo e dessas culturas era realizado com base em práticas da agricultura tradicional, com a realização de brocas e queimadas.

No período Gadelha, as condições para o plantio das roças de milho, feijão e algodão eram basicamente as mesmas, com as mesmas práticas tradicionais de cultivo do solo. Entretanto, houve uma diversificação dos produtos cultivados, com o plantio de sítios de fruteiras irrigadas por inundação, no início dos anos de 1980. Já no final da década de 1990 e início da década de 2000, havia restrição com relação à utilização do solo nas chapadas das serras e orientações contra o uso de agrotóxicos, como afirma o informante FA 15: “O uso de defensivos era pequeno, muito restrito, como as culturas eram diversificadas, dificultava a instalação de pragas”. No início da década de 2000, foi implantado um projeto de fruticultura, numa área de dez hectares, irrigada pelo sistema de aspersão, cujo manejo era realizado obedecendo a critérios técnicos.

A atividade pecuária era outra forma de utilização do solo, praticada principalmente pelos proprietários, tanto no período Meira quanto no período Gadelha. Essa é uma atividade muito impactante do ponto de vista ambiental, tanto pelo tamanho da área que é ocupada com essa atividade, como com o desgaste do solo causado pelo pisoteio dos animais e pelo alto consumo de pasto natural. Nesse quesito, nos dois períodos, o solo foi intensamente explorado.

#### **4.1.2 Recursos Hídricos e Pesqueiros**

No período Meira, a fazenda contava com cinco açudes, inicialmente. Depois ocorreu o arrombamento de um deles. Já no finalzinho desse período, foi construído o açude grande, com capacidade para mais de três milhões de metros cúbicos de água, de modo que a propriedade voltou a ter cinco açudes e assim permaneceu no período Gadelha. Esses açudes eram responsáveis pelo armazenamento de água para o abastecimento da fazenda, visando entre outras utilidades: ao consumo humano e o uso nas atividades domésticas; o consumo animal; a irrigação dos sítios de cana no período Meira e dos sítios de fruteiras no período Gadelha.

Apesar de a fazenda ser bem abastecida de água, esse recurso era utilizado com cuidado, para evitar o desabastecimento nas épocas de secas. Além dos açudes, havia riachos,

como relata o informante da família FA 1: “tinha um riacho que corria água o tempo todo, de seca a inverno. Hoje não tem mais por que “derrubaram os paus, as oiticicas”.

Outra fonte de água eram as cacimbas, buracos escavados no chão, de onde brotava água potável: “Cacimba aí era mata, só na areia, batia aqui ó (apontando para a cintura)” (FA 2). Outro informante relata: “água ai dava em todo canto, quando a gente estava com sede era só cavar que dava água, bem limpinha, chega era gelada!” (FA 1).

Quanto aos recursos pesqueiros, esses eram abundantes, principalmente no período Meira. Os informantes relataram que a pesca era permitida para o consumo das famílias dos moradores. Era proibida a pesca para pessoas externas à fazenda, com algumas exceções, quando se tratava de parentes de moradores, mas só como atividade de lazer, quando se fazia os tradicionais pirões de peixe, ali mesmo nas margens do açude. Os informantes FA 4 e FA 5 relataram uma prática comum, que ocorria tanto no período Meira quanto no período Gadelha, como os fragmentos de relatos sobre cada período respectivamente:

Podia pescar de anzol. E pescava assim, quando o açude tava bem baixinho, em tempo de pescaria aí o gerente dizia, tal dia vamos pescar em tal açude, aí juntava os moradores todos e tal dia é a pescaria no açude, aí ia pescar e pagava muito peixe viu? (FA 4, se referindo ao período Meira).

Podia pescar com anzol né? E de tarrafa e de linha [galão], tinha o dia marcado que era pra fazer a partilha do peixe. A gente pegava o peixe e a metade ele levava, o dono ou o gerente (FA 5) [se referindo ao período Gadelha].

Por essas ocasiões de pesca coletiva, todos os moradores participavam e tinha peixe em abundância, então tratavam o peixe, faziam a salga e deixavam secar. Essa prática eliminava a água e conservava o produto para o consumo por bastante tempo. Quanto às espécies de peixe que havia nos açudes da Fazenda foram citados: curimatã, piaui, traíra e cangati, mas esse último “era pouco que vinha do rio”, segundo informaram.

#### 4.1.3 Recursos de Caça

A caça era uma prática comum na propriedade, principalmente no período Meira, quando se caçavam animais da serra. Segundo os informantes “tinha muito caçador aqui nesse tempo”. A caça, além de ser uma forma de conseguir carne, para incrementar a alimentação, era também uma atividade de lazer para os homens. Estes costumavam sair em grupos, portando espingardas e acompanhados de cachorros farejadores que ajudavam a descobrir os bichos entocados na mata. Algumas vezes, os moradores convidavam algum parente ou amigo para as caçadas, com a permissão do proprietário, evidentemente.

Entre os animais caçados na serra, os mais encontrados eram peba, tatu e tamanduá. Segundo o informante FA 1, “tamanduá tinha muito também, mas tamanduá era bicho que judiava com o cachorro”. Entre as aves caçadas figuravam arribação, juriti, jacu, lambu, cordiniz e marreco. Além dos animais caçados para consumo, algumas espécies de papagaio, periquitos e outros pássaros, como canário, galo-de-campina, sofreu (concriz), golinha, rolinhas, entre outros, eram capturados para criação em cativeiro. Era comum encontrar gaiolas espalhadas pelas latadas<sup>32</sup> das casas ou penduradas nas árvores dos terreiros. Os papagaios, pelos ruídos que imitam a fala dos humanos, eram bichos de estimação, principalmente para as crianças.

Apesar da caça ser restrita aos moradores da fazenda, ou, com algumas exceções aos convidados, não era possível ter um controle absoluto, principalmente no período Meira, quando a fazenda era maior, de modo que os informantes relataram que caçadores de fora entravam pela serra, à noite, e que não era possível impedir o acesso nesses casos. Também no período Gadelha houve o registro de caçadas praticadas por moradores e convidados, parentes dos moradores e ex-moradores que moravam na zona urbana: Sousa, Aparecida e São José da Lagoa Tapada. Entretanto, já no final da década de 1990 e início da década de 2000, essa questão passou a ser tratada com um pouco mais de cuidado, de modo a reduzir as caçadas ao mínimo possível.

#### 4.1.4 Recursos Madeireiros

Os recursos madeireiros da Fazenda Angélicas foram instensamente utilizados nos dois períodos aqui analisados. No período Meira todas as casas eram de taipa: construção feita com barro e varas de madeira; todas as cercas da propriedade também eram feitas de varas e mourões; os fogões das casas eram todos a lenha e ainda tinha a moagem da cana para fabricação de rapadura, cujas fornalhas eram alimentadas por lenha e bagaço de cana. Todas essas atividades já são suficientes para informar a intensidade do consumo de recurso nesse período. E ainda tinha as brocas e as queimadas já relatadas anteriormente.

Assim como com os demais recursos, os moradores tinham acesso à madeira, desde que fosse para o consumo de suas famílias e para realizar benfeitorias na fazenda (construção de cercas, currais, chiqueiros, casas). Não era permitida a retirada de lenha para a venda no período Meira, entretanto foram registradas duas exceções: uma, foi a permissão concedida a

---

<sup>32</sup> Tipo de varanda feita na frente das casas de taipa, cuja cobertura é de madeira e palha.

um morador idoso, já impossibilitado de trabalhar nas roças, para a retirada de algumas cargas de lenha que eram vendidas em Sousa, “mas era lenha de racha, de angico seco”; outra foi por ocasião da construção da linha férrea em Sousa, em que eram utilizadas toras de madeira chamadas dormentes, sobre as quais se prendiam os trilhos, quando então foi autorizada a retirada de madeira para esse fim, mas foi por pouco tempo, segundo os informantes.

Muitas espécies da vegetação retiradas da mata nesse período foram quase que totalmente devastadas na fazenda, segundo os informantes:

Tinha muito angico, aroeira, hoje tem né? Mas é tudo mais nova né? Velha mesmo hoje não tem mais nada. **Cumaru também hoje tem muito pouco, Cedro também muito pouco né?** Que a maioria foi tirada. Que é uma madeira que, cedro e cumaru dificilmente ela se recupera, não é que nem angico, aroeira e essas outras madeiras aqui e jurema. Hoje onde mais tem é jurema, é uma planta que você broca ela, com três anos ela tá do mesmo jeitinho, se você não desmatar (FA 5) [grifo meu].

Uma outra espécie abundante na fazenda era a oiticica, árvore cuja semente era utilizada para fabricação de óleo, muito utilizado na fabricação de sabão e outros produtos. Na Fazenda Acauã (distante doze quilômetros da Fazenda Angélicas), havia uma usina de beneficiamento de semente de oiticica. Nessa época, a semente de oiticica era um produto extrativista, gerador de renda, de modo que, em toda a região havia a extração dessa semente. Na Fazenda Angélicas não era diferente. As mulheres e crianças eram as que mais se ocupavam dessa atividade e o que fosse apurado com a venda da semente de oiticica era dividido com o proprietário. As sementes também eram utilizadas na época Meira, para a extração do óleo e fabricação caseira de sabão.

Com a perda de competitividade do óleo de oiticica, substituído pelo óleo de babaçu, essa espécie perdeu o valor econômico extrativista e também foi praticamente devastada na propriedade. O informante da família FA 19 conta que atualmente só se encontra oiticica na serra, mas, no máximo, uns dez exemplares. Também eram muito retiradas da vegetação as plantas das espécies mororó, marmeleiro, aroeira, jurema e angico.

No período Gadelha, a utilização dos recursos madeireiros se intensificou ainda mais, devido aos longos períodos de estiagem, que deixaram os moradores em situação financeira muito complicada, com a própria sobrevivência ameaçada, uma vez que não “tiravam legumes” nem para o sustento básico das famílias. A produção do algodão também declinou nesse período, de modo que ficaram sem alternativas de trabalho e renda. Uma das soluções encontradas pelos moradores e autorizada pelos proprietários, para gerar alguma renda, foi a retirada de lenha para vender na cidade, de modo que cada família de morador podia retirar entre dez e quinze metros de lenha por semana. Nesse período, também foi registrada a

fabricação de carvão na fazenda. Entretanto, após os períodos de estiagem prolongada, novamente, o acesso voltou a ser restrito, para consumo interno.

Já no final dos anos noventa, muitas famílias de moradores contavam com fogão a gás, o que fez diminuir um pouco o consumo de lenha para cozinhar. De acordo com o informante FA 15, no início da década de 2000, com relação aos recursos disponíveis, “não havia restrições para o consumo dos moradores, mas, pedia que usassem com disciplina para não haver o desgaste dos recursos”.

#### **4.2 ARRANJOS DE ACESSO E USO DOS RECURSOS NATURAIS E BENS COMUNS NO ASSENTAMENTO ANGÉLICAS**

Finalmente, o período assentamento rural. Leite et. al. (2004) definiu assentamento rural como sendo uma criação do Estado, sujeita à gestão e à gerência deste, “e é essa relação diferenciada que faz existir o assentamento e, por consequência, os assentados, como segmento social diferenciado de outros camponeses” (LEITE et al., 2004, p. 111). Como espaços institucionalizados, os assentamentos rurais sofrem a regulamentação do Estado, pois neles incidem um conjunto de leis.

Como já foi visto anteriormente, já havia um quadro legal aplicado às propriedades rurais privadas, visando à preservação do meio ambiente e, diga-se de passagem, muitas vezes ignorado e desrespeitado pela maioria dos proprietários, ou em alguns casos, a legislação era “respeitada” e utilizada como mecanismo de obtenção de vantagens. Além desse quadro legal já existente anteriormente, o Estado vem regulamentando “uma legislação específica sobre o controle de acesso e uso dos recursos naturais nas áreas de assentamento, concomitantemente, à implementação de políticas públicas voltadas especificamente para a proteção da natureza nessas áreas” (VIEIRA, 2010, p. 13).

Dentre os vários dispositivos legais instituídos com essa finalidade, foi publicada a Resolução CONAMA nº 387/2006, que atualizou a Resolução CONAMA nº 389/2001 e estabeleceu conceitos relativos à reforma agrária, os quais reafirmam a disposição do Estado à crescente institucionalização de suas ações, no sentido de compatibilizar criação de assentamento e preservação do meio ambiente. Essa resolução também estabeleceu os procedimentos a serem cumpridos e os instrumentos a serem utilizados para o Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamento. São eles:

**Licença Prévia – LP:** licença concedida na fase preliminar do planejamento dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária aprovando sua localização e concepção, sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos a serem atendidos na próxima fase do licenciamento;

**Licença de Instalação e Operação – LIO:** licença que autoriza a implantação e operação dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, observadas a viabilidade técnica das atividades propostas, as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas para sua operação;

**Relatório de Viabilidade Ambiental – RVA:** conjunto de dados e informações apresentadas ao órgão ambiental competente para subsidiar a análise da viabilidade ambiental no pedido da licença prévia de um Projeto de Assentamento de Reforma Agrária, contendo a caracterização de imóvel destinado para sua implantação e da sua área de influência adjacente.

**Projeto Básico – PB:** conjunto de dados e informações apresentadas ao órgão ambiental licenciador para subsidiar a análise da viabilidade técnica da solicitação de LIO para a implantação e desenvolvimento de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, sendo que as informações apresentadas deverão ter nível de precisão adequada para caracterizar as atividades a serem desenvolvidas e assegurar a viabilidade técnica e o tratamento pertinente dos impactos ambientais (...);

**Relatório Ambiental Simplificado – RAS:** levantamento simplificado dos possíveis impactos ambientais decorrentes da operação de uma atividade sobre a área do projeto e a faixa limítrofe que, a critério do órgão licenciador, poderá ser utilizado para o licenciamento de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

**Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA:** plano que reúne os elementos essenciais para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, em estrita observância à diversidade de casos compreendida pelos diferentes biomas existentes, com destaque para os seus aspectos fisiográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo instrumento básico à formulação de projetos técnicos e todas as atividades a serem planejadas e executadas nas áreas de assentamento, constituindo-se numa peça fundamental ao monitoramento e avaliação dessas ações.

**Plano de Recuperação do Assentamento – PRA:** conjunto de ações planejadas complementares ao PDA, ou de reformulação ou substituição a este, destinadas a garantir ao Projeto de Assentamento de Reforma Agrária o nível desejado de desenvolvimento sustentável, a curto e médio prazos. (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 2006, p. 1-2).

Apesar de todo esse aparato, o que se verifica de fato é que o próprio Estado, através de seus órgãos competentes, encontra dificuldades em cumprir as exigências legais estabelecidas para a viabilização do licenciamento Ambiental. Tal dissonância, entre o que reza a legislação e o que acontece de fato, por ocasião da criação de assentamentos, gera o que Cunha e Nunes (2008) apontaram como sendo um hiato entre o colapso das antigas formas de apropriação dos recursos naturais (propriedade privada) e a emergência de novos arranjos que vão orientar o manejo de recursos nos assentamentos então criados. Para esses pesquisadores, a morosidade do INCRA em realizar o parcelamento definitivo dos lotes é o principal entrave para a definição de arranjos de controle e monitoramento dos recursos comuns.

No Assentamento Angélicas, criado em 2005, verifiquei que até o período final da minha pesquisa empírica, ou seja, até dezembro de 2010, o Plano de Desenvolvimento do

Assentamento ainda não tinha sido aprovado pelo INCRA. Embora tal fato tenha gerado muitas incertezas nas famílias assentadas, identificada pelos assentados como situação de abandono por parte desse órgão Estatal, chamou minha atenção, uma certa capacidade de organização demonstrada com relação ao acesso e uso dos recursos do assentamento.

Apesar da miscelânea de poderes presentes na figuração encontrada no Assentamento, quando se trata das decisões acerca do acesso e uso aos recursos naturais ou bens comuns verifiquei uma certa centralidade, no âmbito da associação, cujas decisões são validadas em assembleia, por maioria de votos, devendo ser respeitadas por todos. No questionário que eu apliquei a todas as famílias assentadas, havia a seguinte pergunta: a família já participou de alguma reunião para debater o uso dos recursos naturais no assentamento? A resposta foi unânime: sim, em todas as famílias pelo menos um membro havia participado de reuniões para debater o assunto levantado na questão, como também, todas as famílias tinham conhecimento das APPs e RLs e das restrições de acesso e uso dos recursos nesses locais.

A atuação da CPT, do STRA e do funcionário do INCRA, no início da implantação do assentamento foi eficaz no sentido de informar aos assentados sobre a legislação que recaía sobre as áreas de assentamento rural às quais estariam submetidos a partir da desapropriação. Foi recorrente nas entrevistas e conversas dizerem que “eles (INCRA e CPT) explicaram tudo direitinho, como era e como não era”. Mas o que chamou mesmo a atenção foram os registros feitos nas atas das Assembleias da Associação dos Agricultores do Assentamento Angélicas (ASSAGASSANGE).

A Fundação dessa associação ocorreu em 17 de novembro de 2005 e já na Ata da Assembleia realizada em 26 de novembro foram registradas decisões no sentido de organizar arranjos de acesso e uso dos recursos na fazenda, como também de cuidados para preservação do patrimônio do assentamento. O primeiro ponto tratado nesse sentido foi sobre os recursos pesqueiros, cuja decisão, assentada na ata da referida assembleia definiu: “liberação da pescaria apenas para os assentados”.

Nessa ata, ainda estão registradas decisões que definiram que os locais para plantação seriam divididos em partes iguais, em baixios e campos; que cada assentado que tivesse energia elétrica em casa pagaria à associação a quantia de R\$ 10,00 (dez reais) mensais e o restante ficaria por conta da associação; que os donos de animais cuidariam em prendê-los, evitando assim as invasões nos sítios; a definição de como seria empregado o

dinheiro do crédito de fomento I; e a formação de equipes para realização de trabalho em forma de mutirão para limpeza e irrigação dos sítios. Foram formadas quatro equipes, para cada uma delas foi designado um coordenador e definidos os dias e locais de trabalho.

Todas as atas registradas desde a fundação da associação até a ata da última assembleia realizada em 2010, foram analisadas para a identificação dos arranjos de regulação do acesso e uso dos recursos naturais apropriados de forma comum, definidos pela associação. Também foram analisados os questionários aplicados com todas as famílias de assentados e as entrevistas com alguns assentados considerados estratégicos para a obtenção das informações necessárias para essa análise, e ainda a observação do comportamento e das falas dos assentados, mesmo em ocasiões de conversas absolutamente informais, em momentos de descontração e passeios pelo assentamento. Minha reflexão acerca dessa análise se deu à luz da teoria dos recursos comuns, defendida por Elinor Ostrom e da ecologia política.

Desse modo, considere as quatro esferas de análise que articula a teoria dos recursos comuns (OSTROM, 1990), combinada a fatores internos e externos ao grupo, que em síntese, se preocupa em compreender como a estrutura de oportunidades e as limitações ecológicas e sociais afetam as decisões dos indivíduos em relação ao uso de recursos naturais (DE CASTRO apud CUNHA, 2004).

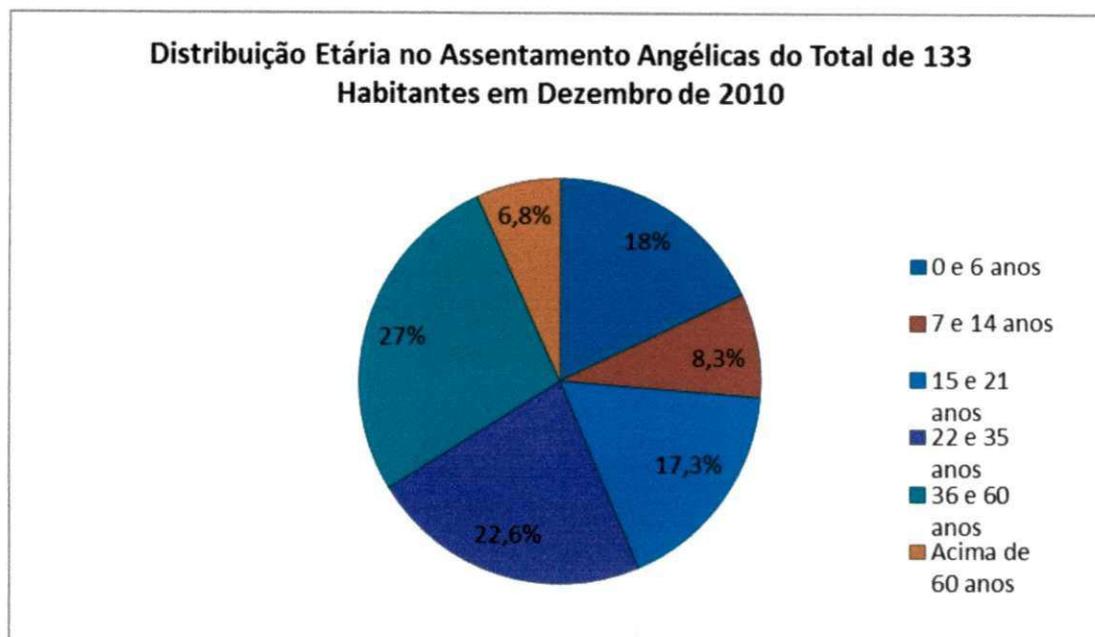
Antes de apresentar os resultados das análises acima referidas, julgo importante apresentar alguns dados sobre o assentamento, que foram importantes para o esclarecimento de algumas questões que serão discutidas quanto aos resultados obtidos.

## **4.3 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS**

### **4.3.1 Dados populacionais**

Quando da realização dessa pesquisa o Assentamento Angélicas contava com 34 famílias, num total de 133 habitantes, com uma distribuição etária conforme informado no gráfico 1. Um dado relevante é que 72 desses habitantes nasceram na Fazenda/Assentamento Angélicas, sendo que 20 nasceram depois da transformação da fazenda em assentamento.

Gráfico  
Distribuição Etária no Assentamento Angélicas



#### 4.3.2 Grau de Escolaridade

O Quadro 1 mostra o percentual de escolaridade dos assentados. Observa-se o baixo índice de escolaridade, uma vez que a maioria dos assentados não concluiu sequer o ensino fundamental.

Quadro 1  
Grau de Escolaridade no Assentamento Angélicas

Grau de Escolaridade	Percentual
Fora da idade escolar	15%
Analfabeto	15%
Alfabetizado	3,8%
Ensino Fundamental Completo	3%
Ensino Fundamental Incompleto	42,1%
Ensino Médio Completo	10,5%
Ensino Médio Incompleto	8,3%
Ensino Superior Incompleto	2,3%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

### **4.3.3 Condições de trabalho e renda**

Como já informei anteriormente, até dezembro de 2005 ainda não tinha acontecido o parcelamento definitivo dos lotes, nem tampouco havia definição de quando isso poderia acontecer, tendo em vista que o Plano de Desenvolvimento do Assentamento não estava ainda aprovado pelo INCRA. Diante disso, os assentados expressaram uma certa indignação, com relação a essa situação, que eles próprios denominaram de abandono.

Sem a aprovação do PDA, os assentados se vêm de mãos atadas, impossibilitados de desenvolver as atividades de uma agricultura familiar que possibilite, de fato, as condições dignas de trabalho e geração de renda, que deveria ser condição primordial para a implantação de um projeto de assentamento rural propostos pelos programas de reforma agrária, e não apenas a condição de morar e subsistir, como eu observei no assentamento Angélicas.

Até a data da pesquisa os assentados haviam recebido o crédito habitação, e crédito fomento I e II. O fomento I, no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), cuja destinação do recurso foi definida da seguinte forma, conforme consta em Ata de Assembléia da Associação, realizada em 26 de novembro de 2005: R\$ 1.000,00 (mil reais) para a compra de alimentos, R\$ 1.000,00 (mil reais) para a compra de animais e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para a compra de materiais para trabalho e manutenção dos sítios. Já o fomento II, cujo valor não informado, nem consta em ata, foi destinado à compra de “animais e outros produtos”, sem especificação de valores para cada fim, como ocorreu com o fomento I. Desde então, os recursos que foram conseguidos foi através de organizações não-governamentais, entretanto sem muita expressividade para as atividades produtivas, nenhum outro crédito foi liberado para as famílias assentadas.

### **4.3.4 Produção agrícola**

Tal situação, desfavorável ao desenvolvimento de atividades produtivas, tem provocado uma baixa produção agrícola conforme demonstra o quadro 2, cujos dados foram obtidos através do questionário aplicado. O tamanho da área informada considerou todas as plantações de cada família: culturas de subsistência, sítios de fruteiras e roças de capim:

Quadro 2  
Tamanho da área cultivada por família

TAMANHO DA ÁREA CULTIVADA	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Menos de 1 hectare	18
Entre 1 e 2 hectares	15
Acima de 2 hectares	01
<b>Total de Famílias Assentadas</b>	<b>34</b>

A análise dos dados do quadro 2, e ainda das conversas com os assentados realizadas durante a pesquisa, bem como das informações obtidas nas entrevistas, permitiu a constatação da prática de uma agricultura basicamente de subsistência, nos moldes tradicionais, completamente dependente da regularidade das chuvas, com exceção dos sítios de fruteiras, que são irrigadas por aspersão e por inundação e das roças de capim, irrigadas por inundação.

Nos primeiros anos de implantação do assentamento foi registrada a prática da queimada no preparo do solo para o plantio. No ano de realização dessa pesquisa houve uma inovação nesse sentido, com a mecanização dessa atividade, cujo preparo foi realizado por um trator (foto 8), conseguido através de um dos assentados, que responde pela pasta da Secretária de Agricultura do município de Aparecida.

Foto 8

Trator preparando a terra para o plantio

(Fonte: própria)



Apenas os sítios de fruteiras proporcionam alguma renda agrícola às famílias, ainda assim, considerando que os sítios foram parcelados através de sorteio, e algumas parcelas oferecem melhores condições de produção que outras. Os que ficaram com as menos produtivas, praticamente contam com as frutas apenas para consumo. As frutas produzidas nesses sítios são: coco, banana, goiaba, manga, caju, pinha (fruta-de-conde) e limão. As demais culturas produzidas são, por ordem de importância, as seguintes: 1) feijão; 2) milho; 3) arroz, 4) hortaliças; 5) outras: jerimum, batata-doce, macaxeira, melancia, maracujá e gergelim.

#### 4.3.5 Produção Pecuária

Quanto à produção pecuária, esta apresenta uma ligeira diversificação e maior investimento em relação às outras atividades, conforme informações do quadro 3.

Quadro 3

Número de Animais criado no Assentamento e Número de Famílias que criam

ANIMAIS CRIADOS	Nº DE FAMILIAS QUE CRIAM	QUANTIDADE
BOVINOS	24	116
CAPRINOS	10	90
OVINOS	7	50
GALINÁCEOS	27	387
SUÍNOS	11	16
EQUINOS, ASININOS E MUARES	8	14

A criação desses animais visa principalmente à geração de renda, no caso dos bovinos, caprinos e ovinos, já os galináceos e suínos, ao consumo e ao mesmo tempo geração de renda; quanto aos equinos asininos e muares visa o transporte de pessoas e produtos dentro do próprio assentamento.

#### **4.3.6 Outras Atividades Realizadas Pelos Assentados Dentro e Fora da Área do Assentamento**

Além da atividade agrícola e pecuária outras atividades são realizadas no assentamento, como as do Grupo de Beneficiamento de Alimentos Sertanejo (Fotos 9 e 10), entretanto, a renda gerada até dezembro de 2010 foi irrisória, cada participante recebeu apenas R\$ 70,00 (setenta reais). A partir de 2011 o grupo passaria a desenvolver as atividades, sem a assessoria do Centro Nordeste de Medicina Popular, portanto com recursos gerados pela própria atividade. Quanto ao projeto de produção de mudas ainda estava no início da atividades. Também foi implantado um projeto de plantação de algodão colorido, entretanto, não deu nenhum resultado.

Foto 9

Integrante do Grupo de Beneficiamento de Alimentos em Atividade

(Fonte própria)

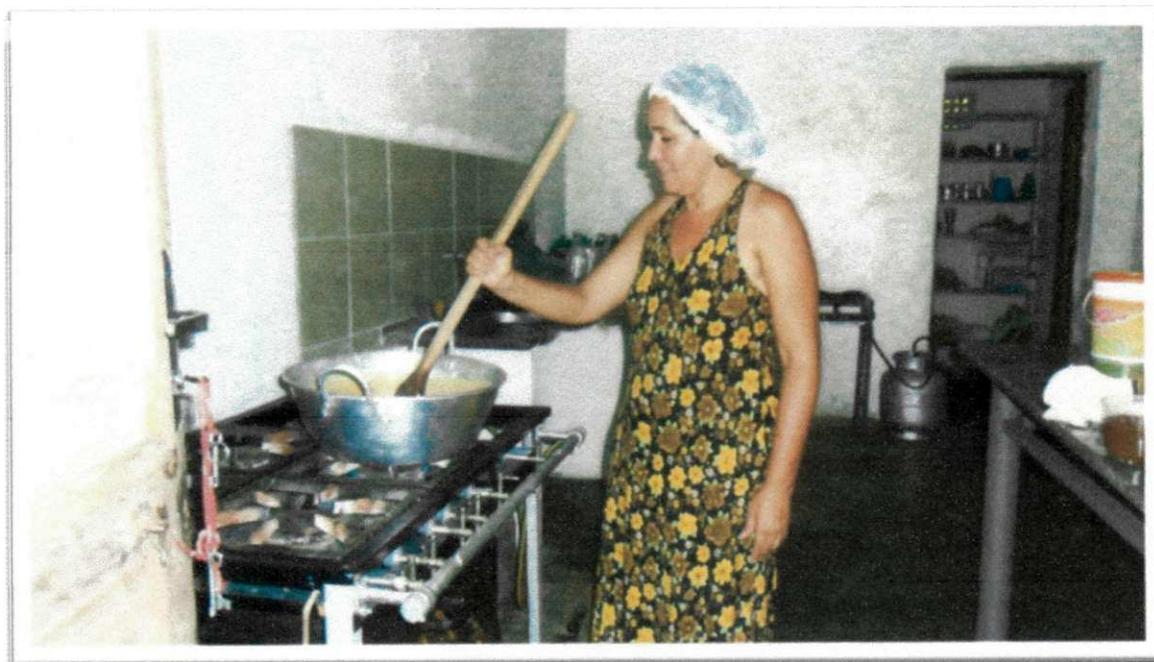


Foto 10  
Doce produzido pelo grupo de Beneficiamento de Alimentos  
(Fonte própria)



Diante da impossibilidade de se sustentar unicamente com o que é produzido com o cultivo da terra e a atividade pecuária no assentamento, membros de algumas famílias precisaram recorrer a outras alternativas de trabalho, dentro e fora da área do assentamento, para complementar ou garantir o sustento. Foram observadas as seguintes atividades:

- 3 pequenos comerciantes no assentamento (bodega ou mercearia);
- 1 vendedora de perfumes e cosméticos;
- 7 trabalhadores na construção civil (pedreiros e ajudantes de serviços gerais);
- 1 prestador de serviço de transporte à prefeitura de Aparecida;
- 1 prestadora de serviços de assessoria técnica ao CNMP (esporadicamente);
- 8 servidores públicos municipais (secretário de agricultura do município de Aparecida-PB, professora, técnico agrícola, agente comunitário de saúde, merendeira e prestadores de serviços gerais);
- 12 prestadores de serviços agrícolas fora da área do assentamento (principalmente nas Várzeas de Sousa).

Além da renda gerada por esses trabalhadores, a renda de algumas famílias conta com o reforço de benefícios da previdência social e de programas sociais do governo federal.

Das 34 famílias assentadas, 11 recebem benefícios do INSS (aposentadoria por tempo de serviço, benefício por invalidez e pensões), dentre essas, 6 têm 2 beneficiários. Existem ainda 18 famílias com benefícios de bolsa escola ou bolsa família. Esses benefícios, de certo modo, minimizam e escamoteiam, para algumas famílias, a falta de oportunidade de trabalho e de geração de renda dentro do próprio assentamento.

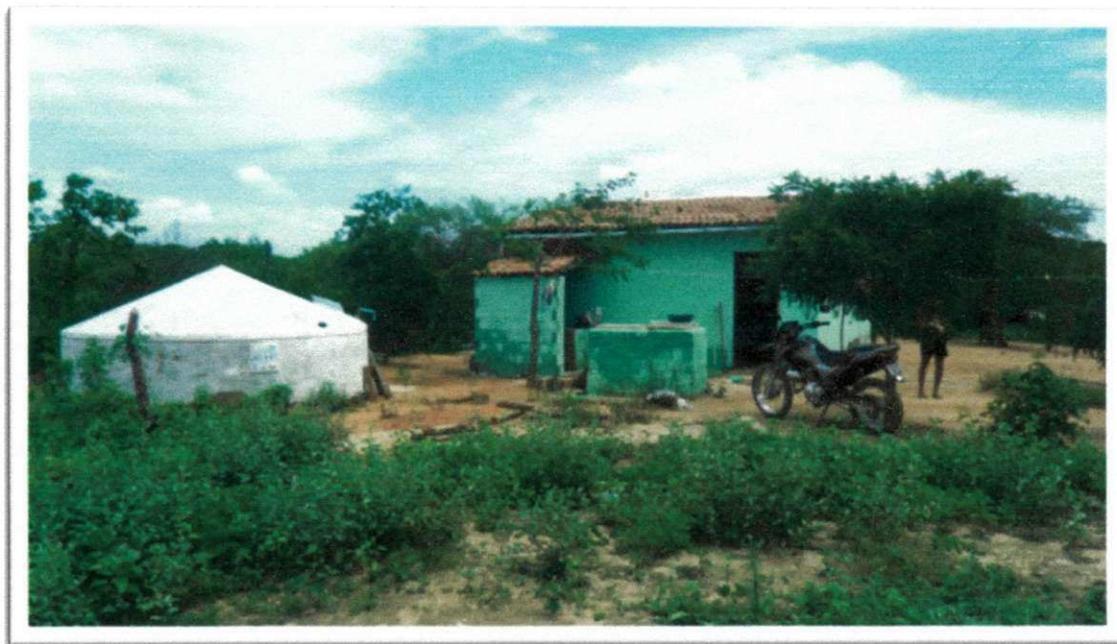
#### **4.3.7 Condições de moradia das famílias**

De acordo com os dados analisados, com relação à casa de morada das famílias, anterior ao assentamento, foi verificado que doze moravam em casas de taipa, vinte moravam em casa de alvenaria e duas em casa construída de taipa e alvenaria. Atualmente, no assentamento, trinta e duas famílias moram em casa de alvenaria e duas em casa contruídas nas duas modalidades, taipa e alvenaria. Cinco famílias compartilham a residência com algum familiar (agregado).

Todas as casas possuem banheiro, fossa e pia (de cozinha), vinte e sete possuem chuveiro e vinte e nove possuem cisterna (Foto 11) (as cinco famílias que não dispões de cisterna já haviam recebido crédito para tal fim em outra localidade, por isso não foram contempladas no assentamento). Entretanto, utilizavam água da cisterna de algum parente. Uma informante disse trazer água para beber da cidade de Aparecida, da casa da mãe.

Com a construção de cisternas, houve um grande avanço com relação à qualidade da água utilizada para beber e cozinhar. Além de armazenarem água das chuvas para abastecer a casa durante todo o ano, as famílias receberam informações sobre a limpeza, bem como da adequada utilização de utensílios quando da retirada da água, de modo a garantir a manutenção da boa qualidade desse recurso, o que é importante para evitar contaminação da água e manter a família longe de infecções causadas por contaminação.

Foto 11  
Casa de Assentado com Cisterna  
Fonte própria



Apresentados os dados sobre os aspectos sócio-econômicos do Assentamento, faremos a análise dos arranjos instituídos pelos assentados para o acesso e usos dos recursos naturais e bens comuns, de acordo com as quatro esferas de análise da teoria dos recursos comuns (Ostrom, 1990 apud Cunha, 2004, p. 19) que são: “a) a estrutura do sistema de recursos comuns; b) os atributos e o comportamento do grupo de usuários; c) as regras de acesso e uso que os usuários utilizam para manejar o recurso comum; e d) os resultados obtidos pela adoção dessas regras e pelo comportamento dos usuários”. Além disso, devem ser considerados fatores externos e internos analisados à luz da ecologia política.

#### **4.4 AS QUATRO ESFERAS DE ANÁLISES DA TEORIA DOS RECURSOS COMUNS**

##### **4.4.1 A Estrutura do Sistema de Recursos Comuns**

A primeira esfera de análise da referida teoria, considera a estrutura do sistema de recursos comuns, que no Assentamento Angélicas foi identificado como um conjunto de bens naturais e antrópicos, formado por elementos como solo, vegetação, reservatórios hídricos, recursos madeireiros, de pesca e de caça, além de construções e espaços de socialização apropriados coletivamente pela comunidade. Esse conjunto forma a base de recursos do qual,

supostamente, dependem para desenvolver as atividades produtivas e garantir o sustento das famílias.

Essa base de recursos é o resultado de um processo de ocupação pautado em relações sociais e de produção, cujo acesso e uso dos recursos naturais baseou-se na lógica do latifúndio. As figurações, evidenciadas no capítulo III, informaram que as relações nos períodos Meira e Gadelha eram centralizadas pelo poder dominante, no caso o proprietário ou o gerente, que determinava quem poderia ter acesso aos recursos e como e quando eles seriam utilizados. Entretanto, havia uma certa flexibilização.

Desse modo, os proprietários utilizaram-se de estratégias que resultaram em relações do tipo patronal patriarcal, no período Meira e relações do tipo patronal capitalista, no período Gadelha. Em ambas as situações, os recursos naturais foram intensamente utilizados, de modo que foi possível afirmar que o assentamento foi criado numa propriedade com um passivo ambiental considerável, fruto da utilização dos recursos ao longo dos anos, no processo social aqui pesquisado.

Entretanto ainda existe uma base de recursos que pode dar sustentação ao desenvolvimento de atividades capazes de promover uma melhoria nas condições de vida dos assentados, tanto em aspectos econômicos, sociais e ambientais.

#### **4.4.2 Os Atributos e o Comportamento do Grupo de Usuários**

A segunda esfera de análise considera os atributos e comportamento do grupo de usuários. Os atributos aqui são tomados como símbolos que foram construídos e internalizados ao longo de um processo social em um contexto único co-determinado pela transmissão de ideias, de uma geração à outra, por meio do ingresso do singular no âmbito simbólico específico de uma figuração já existente. No caso em tela, verifiquei que o grupo possui atributos que congregam elementos, cujos valores e significados estão relacionados tanto a uma lógica tradicional pautada em princípios do modo de vida camponês, como também a uma lógica racional.

A congregação dessas duas formas sugere que não se pode considerar o *modus operandi* dessa comunidade caracterizada como tradicional, numa visão simplista como a denominada por McCay (2001) apud Cunha (2004) de “romantização dos comuns”, pelo contrário, mesmo vivendo em regime de propriedade privada era observada uma forma de

acesso comum aos recursos, marcada por diferenças de classe, de poder político, profissão, status, interesses individuais e coletivos.

Tanto era assim, que havia um poder central primário, o proprietário, e um poder central secundário, o gerente. Havia os moradores que tinham sítios de cana-de-açúcar e os que não tinham, no período Meira; os que tinham sítios de fruteiras e os que não tinham no período Gadelha; os que criavam o seu próprio gado e os que dependiam do leite do patrão ou de outro morador que o tivesse; os que tinham uma profissão definida, com salário mensal e funções específicas, como o vaqueiro e o técnico agrícola e os que simplesmente “moravam”. Todos esses elementos revelam atributos que podem levar a comportamentos nem sempre homogêneos e harmônicos, mesmo se tratando de uma comunidade pequena e dita tradicional.

O comportamento desse grupo hoje reflete todos esses atributos, todos esses símbolos apreendidos e internalizados que, não sendo homogêneos nem harmônicos, geraram conflitos e tensões, quando desapareceu a figura do patrão e entrou em cena uma série de poderes institucionalizados ou não, querendo cada um legitimar o seu discurso e ditar as regras do jogo. A tendência comportamental do grupo foi unir forças, e agir de forma racional no âmbito local, munidos do conhecimento acumulado nas histórias de vida de cada um e na história da comunidade, aliado ao conhecimento que estava sendo adquirido através das novas fontes de informação (através dos agentes estatais e não-estatais) e não esperaram que a morosidade da burocracia levasse à “tragédia dos comuns”.

Os conflitos quanto ao cesso e uso dos recursos naturais e demais bens comuns do assentamento existem, mas tem havido um esforço coletivo de minimização e solução desses conflitos no âmbito interno, baseado em arranjos instituídos pela coletividade representada na Associação.

#### **4.4.3 As Regras de Acesso e Uso Que os Usuários Utilizam Para Manejar os Recursos Comuns**

A terceira esfera de análise são as regras de acesso e uso que os usuários utilizam para manejar o recurso comum. Nesse caso, verifiquei que o grupo de usuários tem conhecimento das regras relativas aos recursos naturais pertinentes aos assentamentos rurais impostas pelo Estado, através da legislação específica. Embora não seja possível afirmar que sejam conhecimentos consistentes, todas as famílias têm pelo menos noções que indicam a ciência da responsabilidade individual e coletiva com relação a esses recursos. Além da

legislação pertinente, existem regras internas, aprovadas e estabelecidas em assembleias da associação, que estipulam direitos e obrigações dos usuários, bem como impõem limites e restrições quanto ao acesso aos recursos naturais e aos bens comuns como um todo.

Para elencar as regras estabelecidas nesse arranjo interno organizei as informações de modo a compreender as decisões estabelecidas com relação ao solo, aos recursos hídricos e pesqueiros, recursos de caça e recursos madeireiros e outros bens comuns existentes no assentamento.

#### **4.4.3.1 Recurso Solo**

O recurso solo foi um dos mais citados, quando se trata das definições e decisões tomadas no âmbito da Associação. Como já foi informado, até dezembro de 2005 ainda não tinha acontecido o parcelamento definitivo dos lotes entre os assentados. Assim, por iniciativa destes, foi realizado um pré-parcelamento, com a indicação da área que poderia ser utilizada “em baixios e campos”. Os sítios de plantas frutíferas foram parcelados de forma “definitiva” pelos assentados, obedecendo a um critério que privilegiou o tempo de residência no local e a uma regulação estabelecida anteriormente, no período propriedade privada: o direito concedido a cinco assentados, de escolherem os locais dos seus próprios sítios dos quais eram “donos”, ou posseiros antes da desapropriação, como registraram em ata. Os demais assentados participaram de um sorteio.

Também foram definidos em assembleia: os locais onde seriam plantadas as roças a cada ano (culturas de sequeiro); as mangas coletivas onde o gado deveria pastar; local para plantio de 1 hectare de forragem animal para uso coletivo; plantação em área de vazante do açude grande (embora a legislação não permita esse tipo de atividade) ficando cada família responsável por cercar o seu local; venda de um pasto, cuja renda seria revertida para a associação; aprovação da solicitação de um assentado que desejava plantar uma roça num local que ele poderia facilmente fazer irrigação das culturas, dessa forma poderia se beneficiar mais que os outros. No entanto a solicitação foi aprovada com a condição de que 30% por cento da produção seria da associação.

Os locais onde foram construídas as casas também foram definidos pelos assentados, o que facilitou a aproximação das residências de famílias pertencentes às parentelas existentes no assentamento, de modo que é visível a localização das casas de acordo com o núcleo familiar à qual pertence a família do assentado. Os que não têm parentes no assentamento

construíram suas residências distantes das demais, ou consideraram os laços de amizade na proximidade da vizinhança. Também foi registrada a decisão de alguns assentados de permanecerem morando nas casas que ocupavam antes da desapropriação, como no caso da família que mora nessa casa em frente ao açude grande (Foto 12). Nessa foto é possível ver ao fundo um trecho da área de reserva legal (serra) do assentamento.

Foto 12

Casa de assentado (a mesma de quando era morador)

Fonte própria



Foram definidos locais para espaços de sociabilidade, como a transformação da casa da sede da antiga propriedade privada em sede da associação; o campo de futebol e o local onde será construída a igreja (católica) da comunidade. Também foi aprovada em assembleia a doação do prédio da escola e do terreno no entorno da mesma para a Prefeitura Municipal de Aparecida-PB. Uma decisão tomada em assembleia, mas que dependia do aceite do INCRA, da CPT e do STRA, foi sobre as casas e lotes que vagassem por desistência, por descumprimento de prazos estabelecidos para mudança definitiva da família, por morte, ou qualquer outro motivo: seriam ocupadas por filhos de assentados casados, que morassem com os pais, obedecendo a um sorteio. Essa proposta foi acatada pelos órgãos citados e as vagas foram ocupadas obedecendo a esses critérios e procedimentos.

No quesito solo, também foram registradas inúmeras decisões com relação à utilização desse recurso para a criação de bovinos e outros animais. Dependendo da quantidade de pasto disponível e do tamanho da manga, foram em alguns momentos, limitadas a quantidade de animais, por família, a serem colocados nesses locais de uso coletivo. Em uma dessas decisões, em 2006, cada família poderia colocar 2 vacas acompanhadas (com bezerro); já em 2007, outra decisão determinou 6 cabeças de gado, por família.

Constantemente foram colocados em discussão os conflitos com relação à invasão de roças e sítios por animais, principalmente os “bichos pequenos” (porcos, ovelhas, bodes). Houve uma assembleia extraordinária para tratar desse assunto, pois dois assentados tiveram suas roças invadidas por bodes e um deles perdeu toda a plantação de feijão. Ficou definido que os donos dos animais deveriam prendê-los e se o fato se repetisse, os mesmos arcariam com os prejuízos causados em função do descumprimento de tal norma.

Um outro ponto abordado nas assembleias foi a restrição quanto ao uso do solo da “serra”, a Reserva legal, que junto com áreas de matas ciliares (as existentes de fato e as supostamente existentes), ocupam mais de 50% da área do Assentamento. Observa-se um rigor por parte dos assentados no cumprimento da determinação legal sobre a RL. Entretanto, nos questionários aplicados, um assentado admitiu ter retirado madeira da serra para cercar o lote de residência (com arame farpado e mourões).

Por fim, um registro na ata da assembleia realizada em 28 de julho de 2007, demarcou o início de uma “campanha de conscientização sobre a destinação do lixo” do assentamento. A iniciativa da campanha partiu da professora do grupo escolar que também é membro de uma das famílias assentadas. Segundo informação obtida em conversa por ocasião da visita para a aplicação do questionário, a professora informou que a destinação (queima dos resíduos) dada ao lixo no assentamento depois da campanha ainda não é a ideal, mas que já foi um passo importante para minimizar a poluição do solo.

#### **4.4.3.2 Recursos Hídricos**

Os recursos hídricos do assentamento são formados por cinco açudes sendo um deles considerado de grande porte, além de um pequeno riacho, intermitente. As principais decisões tomadas com relação a esse recurso dizem respeito à irrigação por inundação dos sítios de fruteiras. Em várias assembleias esse assunto entrou em pauta, cujas decisões foram

aprovadas considerando a disponibilidade de água em cada período. Assim, de acordo com a quantidade de água disponível, foi decidido, por exemplo, que os sítios só seriam irrigados durante o dia e à noite os sifões seriam desligados, para evitar o desperdício de água.

Frequentemente, também figuraram nas atas decisões quanto à proibição da lavagem de roupas no açude, geralmente no período de estiagem, em que o nível de água diminui bastante. Seguidas das aprovações em ata vem sempre a solicitação de que os assentados sejam vigilantes uns com os outros, de modo a fiscalizar e denunciar quem não respeitar as decisões. Um dado interessante no abastecimento de água das casas do assentamento é que a maioria conta com água encanada e com caixa d'água abastecida por motores-bomba, que puxam a água do açude. Essa prática facilita em muito a vida dos assentados, mas não é um benefício adotado por todos, pois para quem mora mais distante dos açudes, a despesa com canos seria bem maior. Nas atas não consta nenhuma referência a essa prática desigual de utilização desse recurso.

Foram construídos dois poços artesiano pelo INCRA, para o abastecimento de algumas residências, que passariam a ter água encanada, mas até dezembro de 2010 essa ação ainda não tinha se concretizado. Como a maioria das casas conta com cisternas individuais, com capacidade para dezesseis mil litros de água e outras sete, com capacidade para cinquenta e sei mil litros de água (cisterna calçadão, Foto 13), as famílias tem água potável própria para o consumo durante todo o ano e as que dispõem de cisterna calçadão também podem desenvolver o cultivo de hortaliças.

Foto 13

Cisterna Calçadão com capacidade para 56 mil litros de água

Fonte própria



#### **4.4.3.3 Recursos pesqueiros**

O primeiro ponto a ser tratado em ata quanto ao acesso e uso dos recursos naturais no Assentamento foi relacionado à pesca, cuja decisão foi liberar pescaria apenas para os assentados. Posteriormente, decidiu-se pela permissão de pescaria para pessoas de fora, entretanto seria cobrado o valor de R\$ 1,00 por cada quilo de pescado. Essa decisão foi tomada em assembleia realizada em 29 de julho de 2006. Entretanto, em 28 de fevereiro de 2008, os assentados verificaram que a taxa não estava sendo paga honestamente, então resolveram proibir novamente. Já em 2009, ficou determinado que o assentado que desejasse pescar para vender deveria se pronunciar e assumir o compromisso de pagar a taxa estabelecida anteriormente, de R\$ 1,00 (um real) por quilo de pescado. Nessa ocasião, quatro assentados se declararam interessados nessa atividade. Foi proibida a pesca com utilização de tarrafa (redes trançada com fios de náilon).

#### **4.4.3.4 Recursos de caça**

Nas atas analisadas, foi registrada uma única decisão relativa à caça no Assentamento cuja deliberação foi pela proibição da atividade de caça para não assentados, com divulgação de nota na imprensa local (Aparecida, Sousa e São José da Lagoa Tapada). Mesmo sendo uma atividade proibida por lei, foi permitida a caça aos moradores, essa atividade só foi informada por duas famílias, dentre as 34 assentadas, alegando ser esta uma atividade de lazer.

#### **4.4.3.5 Recursos madeireiros**

Os recursos madeireiros são utilizados com um maior cuidado pelos assentados. De acordo com os dados obtidos através do questionário, das 34 famílias, apenas 02 não utilizam fogão a gás enquanto 06 só utilizam fogão a gás. As demais alternam o cozimento dos alimentos ora em fogão a gás, ora em fogão a lenha, que é retirada no próprio lote de morada, geralmente de madeira seca (morta). As espécies citadas para essa finalidade foram: marmeleiro, jurema preta e angico.

Na ata da assembleia realizada em 22 de dezembro de 2007, consta a seguinte informação: “Jorge (presidente da associação à época) pediu a colaboração de todos para que não aconteça o episódio que aconteceu dentro do assentamento, obtendo a garantia do

assentado [...] que não voltaria a se repetir”. Os registros nas atas são muito pontuais e muitas vezes o que está escrito só faz sentido para quem esteve presente na assembleia ou conhece o teor da discussão que gerou algumas decisões. Nesse caso específico, tomei conhecimento através das entrevistas e de conversas com os assentados sobre os conflitos quanto à utilização dos recursos naturais.

O tal episódio a que se referiu o presidente da associação nesse trecho de ata foi a retirada de lenha por um dos assentados para a venda. O fato foi denunciado ao presidente da associação pelos demais assentados, que exigiram uma providência no sentido de impedir a efetivação do negócio. Formou-se uma comissão que procurou o responsável pela infração (uma vez que é proibida a retirada de lenha no assentamento para a venda). Como a lenha já estava retirada e vendida, faltando só ser transportada, chegaram ao seguinte acordo: a lenha seria vendida, as diárias dos homens que trabalharam na retirada da lenha seriam pagas e o restante do dinheiro da venda seria revertido para a associação. Esse episódio teve grande repercussão no assentamento. Durante a minha pesquisa, em 2010, o assunto ainda foi muito comentado e a família do assentado responsável pela infração demonstrou ainda o “desgosto” com o episódio.

#### **4.4.3.6 Outros bens comuns existentes no assentamento**

A associação também é a esfera de decisão sobre outros bens pertencentes à Comunidade do assentamento. Entre as decisões tomadas sobre esses bens estão: doação da rede completa de baixa tensão à companhia de energia responsável pelo fornecimento; criação e manutenção de um banco de sementes; realização de bingos e quermesse para arrecadar fundos para a construção da Igreja de São Francisco, escolhido como o santo padroeiro do assentamento; limpeza e manutenção da casa sede da associação, que é um espaço de sociabilidade onde são realizadas as assembleias, as reuniões de grupos, os cursos, treinamentos, confraternizações e comemorações. Foi até utilizada para hospedar um casal (filhos de assentados) na noite de núpcias.

A organização de trabalhos comunitários é outra forma de decisão sobre os bens comuns encontradas nas atas desde o início da criação do assentamento até o período delimitado nessa pesquisa (2010): os trabalhos comunitários são organizados em forma de mutirão, com definição de grupos, os quais têm um coordenador, que controla uma folha de ponto (decidido em assembleia). Os mutirões são para construção e recuperação de cercas,

limpeza dos açudes, juntar pedras para recuperação de um dos açudes, limpeza e irrigação dos sítios. Em duas atas foram registrados furtos no assentamento: um dos furtos foi de 50 metros de arame farpado que estava na varanda da casa de um dos assentados; o outro foi o roubo de um motor-bomba que servia à mandala.

Por fim, vou destacar um trecho da ata da assembleia ocorrida em 29 de março de 2008, cujo ponto de pauta trouxe a seguinte proposta: “criar uma lei dentro do assentamento Angélicas sobre as pessoas que não cumprem as normas criadas pela diretoria e pela assembleia”. O conteúdo de toda discussão a esse respeito não foi registrado em ata, entretanto, a decisão com relação a essa questão foi registrada nos seguintes termos:

“A lei dentro do assentamento para as pessoas que não cumprirem com as normas criadas pela diretoria e pela assembleia, que a delegacia de polícia de Aparecida possa ser comunicada e a polícia convocada para resolver o problema. O assunto citado acima foi aprovado pela maioria dos presentes” (ATA ASSAGASSANGE, 2008).

#### **4.4. Resultados Obtidos**

A quarta esfera de análise trata dos resultados obtidos pela adoção das regras e pelo comportamento dos usuários. Eis aqui uma tarefa que exige um esforço de compreensão para além dos números obtidos com os questionários, para além do que está escrito nas atas e do que foi dito nas entrevistas. Para além do que se apresenta dentro do espaço Assentamento.

Assumindo essa postura, farei a análise dos arranjos de regulação do acesso e uso dos recursos naturais e demais bens comuns no assentamento, considerando os oito “princípios de desenho” que determinam boas instituições de manejo (OSTROM, 1990). É importante esclarecer aqui que eu pautei minha pesquisa e a análise dos resultados aqui demonstrados à luz da teoria dos recursos comuns. No entanto, a comunidade do assentamento, aos estabelecer as regras de acesso e uso dos recursos naturais e bens comuns, se pautou no conhecimento adquirido por ocasião das palestras, sobre legislação, sobre os recursos e sobre a coletividade que no assentamento passou a ter um sentido muito mais amplo que o sentido de coletividade numa propriedade privada. Mas, se pautou, sobretudo, no conhecimento adquirido no dia a dia, no cotidiano vivido na propriedade durante o processo aqui pesquisado.

Mesmo sem ter clareza do método e do instrumental que estão utilizando, cientificamente falando, os assentados foram capazes de promover ações que viabilizaram o uso sustentável dos recursos de modo a evitar a tragédia dos comuns.

1) Clareza por parte do grupo de usuários envolvidos na iniciativa de manejo sobre os limites ou fronteiras da base de recursos comuns que desejam regular o acesso e uso;

Quanto a esse ponto ficou evidente que todos os assentados têm conhecimento, ou pelo menos noção, da legislação ambiental específica que incide sobre o assentamento. Logo depois da criação da associação do assentamento, já tiveram início, na terceira assembleia, as discussões sobre os recursos disponíveis, informações sobre as áreas de preservação permanente e de reserva legal no Assentamento. Com relação à reserva legal, alguns assentados, notadamente os mais idosos, se referem assim: “Na serra ninguém pode mexer, por que lá é tudo do IBAMA”. Embora a área pertença ao assentamento, como existe uma legislação cujo órgão fiscalizador é o IBAMA, eles se referem como sendo desse órgão, para enfatizar a noção que têm sobre a restrição de uso dos recursos daquela área. Com relação às áreas de proteção permanente (área próxima aos reservatórios de água), geralmente as informações convergem para esse ponto : “O pessoal do INCRA falou que não pode mais plantar na beira do açude, o que já tá lá, pronto, já tá, mas daqui pra frente, não pode mais não”.

Com relação aos demais recursos naturais e bens comuns, todos tomam conhecimento e têm clareza das decisões nas assembleias. Em todas as famílias de assentados há pelo menos um membro filiado à associação, algumas têm três ou mais membros filiados. Entretanto, todos os assentados podem participar das assembleias, com direito a voz, de modo que vão os filhos, as esposas, enfim, há um grande interesse pelos assuntos discutidos em assembleia. Mesmo quando algum membro de uma determinada família não pode comparecer a alguma reunião, as informações levadas boca à boca são muito eficientes nesse sentido.

2) As regras estabelecidas no sentido de estabelecer tempo, lugar, tecnologia e ou quantidade de recurso a ser utilizado devem estar relacionados com as condições locais e com as possibilidades de provisão de trabalho, recurso e financiamento.

Também nesse ponto, verifica-se esse cuidado no estabelecimento das regras, como por exemplo, a decisão constante na ata do dia 29 de junho de 2006 que definiu sobre a irrigação dos sítios: “uma pessoa irriga durante o dia e à noite divide a água para três sítios”. Outros exemplos de decisão: “[...] a irrigação dos sítios por sifão será realizada somente de dia, para evitar o desperdício de água” (ATA ASSAGASSANGE, 25/08/2007). Essas decisões, a exemplo de outras relacionadas a recursos pesqueiros, madeireiros e de caça, foram tomadas considerando a disponibilidade dos recursos no momento em que tais decisões

foram tomadas. Os recursos hídricos, a localização do pasto, a localização das roças, todas essas decisões são tomadas, considerando as condições locais, como por exemplo, período de estiagem e período de chuvas.

A disponibilidade dos recursos também é considerada no manejo do gado. Na transferência desses animais de uma manga para outra, na limitação dos usos do açude em época de menor disponibilidade de água e até mesmo a decisão de ferir a legislação específica, que proíbe a utilização das áreas próximas aos reservatórios de água, foi tomada considerando o momento como propício para a utilização desse recurso, tendo em vista o prejuízo que o grupo teria, caso essa decisão não fosse tomada. Enfim, acredito que esse ponto também foi contemplado nas iniciativas do grupo.

3) Envolvimento do maior número possível de indivíduos do grupo de usuários na ação coletiva destinada a modificar as regras de manejo;

Foi evidenciado um envolvimento da maioria dos assentados. Das 34 famílias, apenas 02, praticam atividade de caça (por lazer); Nos mutirões para limpeza e conservação de açudes, construção e recuperação de cercas, entre outros que são realizados constantemente no assentamento, todas as famílias colaboraram. Quando por algum motivo uma família não pode prestar o serviço através de um dos seus membros, paga para que um terceiro o faça, de modo que todos colaboram com a atividade. Da mesma forma, nas ações como bingos e quermesse que visam levantar recursos para pagar alguma taxa de serviços, ou imposto devido pela associação, ou para a construção da igreja, todos os membros se engajam, divulgam, vendem os bilhetes, convidam familiares de outras localidades, de modo que o empreendimento dá resultados positivos. Essas ações também visam a manutenção e preservação de bens comuns.

4) O monitoramento das condições do recurso comum e do comportamento dos usuários do recurso é feito pelo próprio grupo;

Não há dúvida de que o grupo exerce o seu poder de monitoramento dos recursos e, na medida do possível, do comportamento dos usuários. Os episódios da retirada da lenha, cuja ação foi denunciada pelos demais assentados e foram tomadas providências rápidas no sentido de impedir que um dos usuário se beneficiasse sozinho de um bem que é coletivo, revela esse monitoramento. O cuidado com os açudes, reforçados quando estes se encontram com um nível mais baixo de água, as mudanças no número de dias e nos horários de irrigação

dos sítios indicam que há o monitoramento. As solicitações registradas em ata de que um assentado fiscalize o outro é sinal de monitoramento.

5) Os usuários que violam as regras estabelecidas de uso e acesso do recurso comum são passíveis de serem punidos com sanções gradativas, de acordo com a gravidade da ação, pelos demais usuários ou por lideranças ou dirigentes (representantes oficiais) sob controle do grupo de usuários (ou ambos);

Com relação a esse ponto, não foi registrada nenhuma punição de fato. Mas foram registradas advertências, como no episódio da lenha e dos bodes que invadiram as roças. Também foi registrado em ata o que os assentados denominaram de “criar uma lei” no assentamento para as pessoas que não cumprirem com as decisões da diretoria e da assembleia, definindo inclusive que seria chamada a polícia para resolver os casos. Até dezembro de 2010 todas as questões tinham sido resolvidas no âmbito da associação mesmo, sem necessidade de chamar a polícia.

6) Os usuários do recurso (e seus representantes oficiais) têm acesso rápido e de baixo custo a instâncias de resolução de conflitos;

Sim. Essa instância é a associação. Quando surge a necessidade, como no caso da invasão dos bodes, foi convocada uma reunião extraordinária para resolver esse conflito.

7) Os direitos de grupos de usuários em desenvolver e legitimar suas próprias instituições de manejo não são ameaçados por agentes ou autoridades externas;

Apesar de haver inúmeros poderes, que exercem pressão em maior ou menor grau dentro do assentamento, os assentados têm consciência do seu poder de decisão e de legitimação de reivindicações. Na assembleia realizada em 02 de março de 2007, o representante da CPT afirmou que em caso de desistência de algum assentado, essa vaga pertenceria à CPT, CAASP e INCRA. Entretanto, em assembleia realizada em 28 de abril do referido ano, os assentados discutiram o assunto e resolveram conversar com os representantes desses órgãos citados, no sentido de propor que as vagas fossem ocupadas por filhos de assentados casados e que estivessem morando com os pais. A proposta foi acatada. Nesse caso específico, o sentimento de pertencimento foi um fator determinante na tomada de decisão, para legitimar e reivindicar a manutenção dos bens sob o domínio do próprio grupo já existente no assentamento.

8) Apropriação, provisão, monitoramento, punição, resolução de conflitos e gestão são atividades organizadas numa forma interconectada (CUNHA, 2004, p. 20).

O grupo de assentados demonstrou um esforço de organização para regulação do acesso e uso dos recursos naturais e bens comuns com um nível de interconectividade relativamente estabelecido.

É bem verdade que, por ocasião da implantação de assentamentos rurais, há todo um acompanhamento por parte de instituições governamentais e não governamentais, que prestam assessoria do ponto de vista técnico, econômico, social, ambiental, educacional, comportamental, enfim, orientações gerais que são comuns a todos os assentamentos, mas que não chegam a ser capacitações, a ponto de poder considerar essas orientações como ferramentas efetivamente capazes de instrumentalizar o grupo para uma ação coletiva bem sucedida.

Por outro lado, Cunha (2004, p. 19) afirma que “as regras de uso e acesso dos recursos naturais não são criadas do nada. As sociedades desenvolvem continuamente normas e regras que guiam sua relação com o ambiente e com a base de recursos da qual dependem”. Mas, então, o que leva as sociedades a mudarem constantemente essas regras? Ou no dizer de Ostrom (1990) o que leva a essa “evolução das instituições através da ação coletiva”? Segundo a teoria dos recursos comuns “a existência de uma estrutura de distribuição desigual dos benefícios não é um motivo suficiente para afetar a decisão de mudar a estrutura institucional quando esses recursos não estão ameaçados de depredação” (OSTROM apud CUNHA, op. cit., p. 20).

No caso específico da comunidade em análise, as regras de acesso e uso dos recursos naturais sofreram mudanças, em função das transformações figuracionais e sociais pela qual passou a propriedade, ou seja, as dinâmicas de mudanças ambientais estão associadas às dinâmicas de mudanças figuracionais e, em grande medida, nas mudanças nos regimes de propriedade verificadas no processo social analisado nessa pesquisa.

Nos períodos em que a propriedade estava sob o regime privado, em que havia um proprietário individual ou uma corporação (FARGASA), as regras eram determinadas pelos proprietários ou por seus mandatários, os gerentes. Entretanto, verificou-se que essas regras sofriam um afrouxamento, tanto por parte dos patrões quanto dos moradores, havia concessões, omissões e negligências. Não existia uma preocupação por parte dos moradores em fiscalizar os demais, no sentido de verificar se as regras estabelecidas pelo proprietário

eram ou não cumpridas. E por parte dos proprietários também não havia um rigor com relação às regras de acesso e uso dos recursos. É o que revelam os trechos abaixo:

Quando Dr. Dalton era dono daqui, ele não vivia nas casas da gente, aperreando a pessoa, procurando uma coisa, procurando outra, não [...] ele não gostava nem de conversa .

No tempo de Néelson Meira não tinha esse negócio não, podia plantar até dentro do açude, que ele não ligava (FA 4).

Imediatamente após a mudança no regime de propriedade e instituição da associação, os olhares e preocupações se voltaram para a base de recursos disponíveis no assentamento. E não foi a ideia de “harmonia” que moveu a iniciativa de regulação. A motivação foi muito mais racional e movida por interesses que em nada lembram a “romantização dos comuns”.

Não se pode negar que o fator tempo de residência” na propriedade teve uma participação fundamental na forma de organização dos arranjos, uma vez que tornou mais fácil a compreensão do sistema de recursos comuns e dos atributos do grupo de usuários. A própria história da grande maioria das famílias do assentamento Angélicas se confunde com a história social, econômica, cultural e ambiental da propriedade. A comunidade dispõe de um capital de conhecimento sobre o lugar, sobre as pessoas, sobre os costumes, sobre cada recanto da propriedade, que não tem treinamento ou conhecimento científico que possa suplantar.

Mas também não passou despercebida a influência individual de cada um dos assentados no conjunto das decisões tomadas pelo grupo. Levando-se em consideração a experiência de vida, o conhecimento específico em determinada área, a experiência profissional, o conhecimento científico, enfim, uma série de singularidades que ingressaram no mundo simbólico específico da figuração já existente antes da desapropriação.

A conjugação desses conhecimentos sociais, simbolicamente apreendidos e internalizados no grupo ao longo do processo social verificado nessa propriedade e das singularidades nessa figuração específica, podem ter resultado no relativo sucesso verificado até aqui, nas formas de regulação do acesso e uso dos recursos naturais no assentamento. Nesse sentido, posso citar, por exemplo, a conjugação do conhecimento da agricultura tradicional dos moradores mais antigos com o conhecimento mais especializado do técnico agrícola; o conhecimento das mães de famílias que tiveram muitos filhos e conseguiram criar a maioria deles (apesar dos que viraram “anjos” pela vontade divina), com o conhecimento da agente comunitária de saúde, ou da professora do grupo escolar que iniciou no assentamento a campanha de conscientização sobre a destinação do lixo.

Apesar de 15% da população do assentamento ser analfabeta e 42% não ter concluído a segunda fase do Ensino Fundamental, o pequeno percentual dos que concluíram ou estão cursando o ensino médio (18,8%) e dos que estão cursando ensino superior (2,3%), faz a diferença. São essas pessoas as mais engajadas nas proposituras de regras e de resolução dos conflitos, no acompanhamento dos processos junto ao Incra, nas solicitações de melhorias para o assentamento junto às autoridades municipais.

Apesar da situação de abandono experimentada pelos assentados com relação à política de efetivação dos programas que possibilitem o desenvolvimento das atividades produtivas no assentamento, ou, em outras palavras, apesar do perigoso 'hiato' verificado por Cunha e Nunes (2008), que poderia caracterizar uma situação de falta de oportunidade do ponto de vista econômico, levando a uma intensificação de utilização dos recursos e, conseqüentemente, a uma tragédia dos comuns, o que se observou foi um relativo sucesso com relação ao estabelecimento de normas, resolução de conflitos e utilização responsável dos recursos naturais e bens comuns, se comparado aos assentamentos pesquisados pelos referidos autores. E, encontrar respostas para o motivo desse relativo sucesso foi um tanto quanto fácil.

A resposta não estava unicamente dentro do limite espacial do assentamento, mas também fora dele. Uma variável que não pude negligenciar na análise do contexto interno e externo do assentamento foi o número de assentados que têm emprego público, alguns ingressaram através de concurso, já depois da criação do assentamento; o número de assentados que exercem atividades não agrícolas remuneradas fora da área do assentamento; e o número de assentados que exercem atividades agrícolas remuneradas fora da área do assentamento.

A morosidade no parcelamento dos lotes e na efetivação das políticas para o desenvolvimento das atividades no assentamento não agravaram a depredação dos recursos, em certa medida, devido a oportunidades de trabalho e renda encontradas fora do assentamento. O órgão estatal responsável pela efetivação das políticas, o INCRA, tem conhecimento dessa alternativa de sobrevivência encontrada pelos assentados e, por enquanto, não pode exigir que essas pessoas se dediquem à agricultura familiar, que é o objetivo do programa de reforma agrária implantado no semi-árido, se não oferece as condições adequadas que viabilizem essa atividade no assentamento.

A proximidade do assentamento com o Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa – PIVAS, proporciona a oportunidade de emprego para alguns moradores do assentamento. Algumas das visitas para aplicação do questionário com as famílias dos assentados foram realizadas à noite, momento em que os homens que trabalham nas Várzeas de Sousa podiam ser encontrados em casa. Outra variável importante é o número de famílias assentadas que têm aposentados e o número de famílias com benefício dos programas assistenciais do governo como bolsa família.

Todos esses fatores proporcionaram um ambiente propício para a instauração de arranjos de regulação do acesso e uso dos recursos naturais e bens comuns, considerado relativamente eficaz, pela conjugação de aspectos internos e externos que favoreceram a preservação dos bens comuns do assentamento e até o momento de conclusão da pesquisa, evitaram a tragédia dos comuns.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a questão agrária brasileira tem realizado, recentemente, uma interface com a problemática ambiental. A institucionalização das formas de proteção dos recursos naturais em áreas de assentamento tem pautado as agendas de governo, no que concerne à instituição de políticas específicas para o planejamento e instalação de projetos de assentamento rural, bem como os movimentos sociais do campo, que “ambientalizaram” tanto seus discursos quanto suas práticas. No meio acadêmico, as pesquisas que contemplam essa interação vêm se desenvolvendo significativamente, entretanto, o debate específico que faz a interseção da questão ambiental em áreas de assentamento de reforma agrária prescinde, ainda, de um maior dimensionamento, tendo em vista a complexidade dessa relação e a variedade de aspectos que podem ser investigados nesse contexto.

Como uma incorporação relativamente recente, é preciso avançar nas pesquisas para a compreensão desse processo social. Atenta a essa lacuna, nesta pesquisa investiguei essa nova realidade social, a partir de perspectivas que pudessem ampliar as possibilidades de compreensão dessa intrínseca e complexa relação. Para tanto, assumi o princípio de que, “qualquer diagnóstico da realidade social deve partir, primeiramente, do esforço de compreensão dos processos históricos que conformaram esta realidade” (CUNHA et al., 2005, p. 42).

Nesse sentido, pesquisei aspectos sobre a questão ambiental em um assentamento rural, numa abordagem que teve como foco, as relações entre mudanças nas figurações, nos regimes de propriedade e transformações nas formas de controle, acesso e uso de recursos naturais. Nesse esforço de reflexão, incorporei o debate sobre “o poder, enquanto variável explicativa dos conflitos e dos processos de mudança ambiental” (MIRANDA, 2011, p. 52). Essa variável foi ainda mais relevante, por se tratar de um assentamento criado no semiárido paraibano, região tradicionalmente marcada pela concentração fundiária e por relações de trabalho rural cujas características são a exploração e a subserviência.

Assim, orientamos nosso olhar para o processo social ocorrido na Fazenda/Assentamento Angélicas, localizada no sertão da Paraíba, considerando inicialmente a década de 1930, quando vigorava uma figuração e uma forma de apropriação da terra, com uma sólida característica concentradora e excludente, o latifúndio, até o desfecho final de desestruturação desse regime de propriedade privada, com sua desapropriação e transformação em assentamento rural em 2005, e, posteriormente, os arranjos instituídos para

a regulação das formas de acesso e uso dos recursos naturais e bens comuns estabelecidos pelo grupo de assentados.

Inicialmente realizei o percurso histórico para compreensão da estruturação fundiária na Paraíba, verificando que essa estruturação se deu com base no modelo observado desde o processo de colonização brasileira. No que tange a esse histórico específico, foi possível constatar, através de registros escritos e de relatos orais dos moradores mais antigos, que a história da Fazenda Angélicas, enquanto propriedade privada, retrata e confirma as teses defendidas por autores consagrados como Prado Jr. (1979), Manuel Corrêa de Andrade (1974), entre outros, sobre a forma como foi construída, de um modo geral, a estrutura fundiária brasileira e nordestina, baseada no monopólio latifundiário, por uma elite agrária dominante.

Quanto à inserção da variável ambiental, através de uma revisão bibliográfica sobre o tema, procurei demonstrar a evolução dos conceitos e da discussão teórica e política nessa área - tanto de forma global como no caso específico do Brasil - e de como o tema foi incorporado como prioridade na agenda política mundial e nas mais diversas áreas do conhecimento, principalmente das Ciências Sociais, num crescente processo de institucionalização ambiental. Nesse sentido, fiz uma rápida referência à noção de processo de “ambientalização” dos conflitos, proposta por Leite Lopes (2006), para compreensão do processo de incorporação, apropriação e institucionalização do discurso ambiental nos mais variados campos, como forma de legitimação de reivindicações em conflitos já existentes, como no caso da questão agrária.

Ao relacionar algumas pesquisas que contemplam as questões agrária e ambiental, no contexto de assentamentos rurais, foi possível fazer algumas reflexões e constatar a complexidade das relações e interações existentes nesse intrínseco encontro.

Para a compreensão do processo social ocorrido na Fazenda/Assentamento Angélicas, os marcos teórico-metodológicos que fundamentaram minha pesquisa foram os conceitos de figuração e processo social de Norbert Elias, as contribuições da ecologia política e a teoria dos recursos comuns. Os conceitos de figuração e processo social foram fundamentais para descortinar as figurações evidenciadas em cada período delimitado da pesquisa: período Meira, de 1930 a 1980; período Gadelha, de 1980 a 2005; e período assentamento rural, de 2005 a 2010.

No período Meira foi verificada a figuração “proprietário e morador”, do tipo patronal patriarcal, com predomínio do conhecimento denominado tradicional com relação ao uso do solo. Essa figuração demonstrou a construção internalizada pelo grupo, do modelo do “bom patrão”, qualidade que se manifestou, no imaginário simbólico construído na memória coletiva, por atos positivos, como o de dar proteção aos seus moradores. Foi evidenciado aqui, como algo, cujo significado nesse universo particular, informa uma reconstrução idílica do patrão e do lugar, no tempo “antigo”. Foi possível identificar vários elementos que justificaram essa postura, dos quais me limitei a expor dois deles:

1) a garantia de oferta de trabalho, que foi representada pelos informantes como questão de honra para o patrão, o que pressupunha que, mesmo nas situações mais adversas, como por exemplo, secas ou chuvas em excesso, haveria a garantia de sustento para as famílias, de modo que não passariam “necessidade”;

2) a forma como os moradores eram tratados, ilustrada por uma ocasião em que o patrão chamou todos os moradores e fez a apresentação a um visitante dizendo: “são uns filhos que eu tenho”. Essa fala, reproduzida pela memória dos informantes reforçou um simbolismo, cujo significado era ainda mais relevante considerando os padrões que informam as questões de gênero da época: Nelson Meira não tinha filhos do sexo masculino. A expressão nos gestos e nas entonações da fala, com que os entrevistados recordaram esses momentos deixaram transparecer sentimentos de orgulho e saudosismo.

Já no período Gadelha, de 1980 a 2005 a figuração evidenciada foi a “proprietário/gerente morador do tipo patronal capitalista”, marcada por uma fase de inseguranças e incertezas, de acordo com o que foi relatado pelos informantes, situação completamente diferente daquela verificada no período Meira. Além das mudanças nas relações figuracionais, os moradores vivenciaram um período marcado por estiagens prolongadas, nas décadas de 1980 e 1990, com registro de perdas das plantações de sequeiro, tradicionalmente cultivadas entre janeiro e junho, totalmente dependentes da regularidade de chuvas nesse período. Aliado a isso, fatores de ordem econômica e a proliferação da praga do bicudo, provocaram o declínio da cultura algodoeira nessa propriedade. Os prejuízos para esse grupo foram incalculáveis tanto do ponto de vista econômico e social, quanto do ponto de vista ambiental.

Foi possível observar ainda mudanças figuracionais significativas na direção de novas formas de apropriação e uso dos recursos, amparada pelo conhecimento técnico-

científico e marcada por uma lógica capitalista. Foram contratados funcionários com salários fixos mensais, inicialmente o vaqueiro, posteriormente, o técnico agrícola e mais dois funcionários (moradores). Essas últimas contratações objetivavam desenvolver um projeto financiado de fruticultura irrigada. Para com os demais moradores não havia nenhuma obrigação por parte do proprietário de oferecer trabalho remunerado.

Quanto à utilização dos recursos naturais, particularmente o solo, foi constatado que em ambos os períodos sofreram constantes depredações, evidentemente, em maior ou menor escala, seja pelo uso inadequado do solo em períodos de bonança, com as atividades agrícolas e pecuárias, seja em épocas de secas, em que foi preciso recorrer de forma mais agressiva aos recursos madeireiros, de pesca e caça, com o intuito de afastar o fantasma da fome e manter a sobrevivência dos moradores.

Embora a legislação brasileira (Estatuto da Terra, Constituição Federal, Código Civil, entre outros dispositivos) já impusesse limites ao direito de propriedade, quanto à utilização dos recursos naturais, visando à preservação e uso sustentável desses recursos, o que observou-se, na verdade, foi o descumprimento de tal legislação na Fazenda Angélicas, tanto no período Meira, quanto no período Gadelha.

Finalmente, no período assentamento agrário, as figurações passaram por transformações ainda mais profundas, numa verdadeira miscelânea de indivíduos representando poderes os mais diversos: além dos assentados representados pela associação e dos representantes do sindicato, as figurações foram ampliadas para outras esferas, como instituições públicas, governamentais e não governamentais: INCRA, CNMP (Centro Nordestino de Medicina Popular), CPT-PB, ASA (Articulação no Semi-Árido Brasileiro), CAASP (Central dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano), enfim, uma série de poderes, expressos em maior ou menor grau no Assentamento, através dos discursos dos seus agentes.

Nesse sentido, a legislação ambiental também passou a influenciar a realidade observada, através da obrigatoriedade de preservação da natureza nas Áreas de Proteção Permanente – APPs e de Reserva Legal – RL. Nesse período, os usos dos recursos naturais passaram a ser norteados com base em institutos jurídicos e em arranjos definidos pelos próprios assentados, com normas a serem cumpridas e, ao mesmo tempo, fiscalizadas pelos mesmos.

Quanto à regulamentação do acesso e uso dos recursos verificados em cada período, levando em consideração o regime de propriedade, foi possível apurar que nos períodos Meira

e Gadelha, a Fazenda Angélicas estava, formal e predominantemente, sob o regime de **propriedade privada**: quando há um proprietário individual ou corporação que detém o direito de acesso e uso dos recursos com a prerrogativa de transferir esse direito para outrem. Entretanto, mesmo observando o regime de propriedade privada nesses períodos, a utilização dos recursos disponíveis era partilhada pelo grupo, com formas de acesso que conjugava elementos característicos tanto do acesso comum, quanto do acesso privado aos recursos disponíveis.

Esse *mix* foi possibilitado pelo sistema de morada, em que a família do morador recebia um pedaço de terra onde podia construir sua casa, seu terreiro e fazer seu sítio, sendo ele próprio o regulador do acesso nesse domínio, que se caracterizava como privado. Por outro lado, as formas de acesso a outros domínios da propriedade, como os recursos hídricos, de caça e pesca, passavam por regulações que continham características de acesso comum, uma vez que eram partilhadas pelo grupo, embora reguladas pelo proprietário.

As regras impostas pelos proprietários envolviam algumas concessões e restrições de acesso e uso dos recursos naturais da propriedade. As evidências indicaram a prevalência da variável de **excluibilidade** que considera a variação existente entre os recursos no tocante à facilidade ou dificuldade de excluir ou de limitar usuários, quanto ao acesso e uso de bens produzidos pela natureza ou pela atividade de outros indivíduos. Essa excluibilidade foi verificada com maior rigor para indivíduos de “fora”, que não eram moradores da Fazenda Angélicas, portanto não tinha permissão para acessar os recursos da propriedade, com raras exceções, em que parentes e amigos dos moradores ou mesmo do proprietário recebiam autorização para tal.

No período assentamento rural foi evidenciado que enquanto espaços fortemente institucionalizados que são, os assentamentos sofrem mais forte regulação do Estado. Como observou Vieira, o Estado vem regulamentando “uma legislação específica sobre o controle de acesso e uso dos recursos naturais nas áreas de assentamento, concomitantemente, à implementação de políticas públicas voltadas especificamente para a proteção da natureza nessas áreas” (VIEIRA, 2010, p. 13).

No caso específico da comunidade em análise, as regras de acesso e uso dos recursos naturais sofreram mudanças, em função das transformações figuracionais e sociais pela qual passou a propriedade, ou seja, as dinâmicas de mudanças ambientais estão associadas às

dinâmicas de mudanças figuracionais e, em grande medida, nas mudanças dos regimes de propriedade verificadas no processo social analisado nessa pesquisa.

Entretanto, foi necessário trazer à tona um problema verificado na maioria dos assentamentos rurais implantados nos últimos anos, segundo Vieira (op cit.), pois apesar de todo aparato legal, o que se observa de fato é que o próprio Estado, através de seus órgãos competentes, encontra dificuldades em cumprir as exigências legais estabelecidas para a viabilização do licenciamento Ambiental. Também Cunha e Nunes (2008) apontaram contradições entre a utilização efetiva dos recursos comuns e as formas institucionalizadas de proteção da natureza. Tal dissonância, entre o que determina a legislação e o que acontece de fato, por ocasião da criação de assentamentos, gera o que os autores chamaram de “hiato” entre o colapso das antigas formas de apropriação dos recursos naturais (propriedade privada) e a emergência de novos arranjos que vão orientar o manejo de recursos nos assentamentos então criados.

No Assentamento Angélicas, criado em 2005, verifiquei que até o período final da minha pesquisa empírica, ou seja, até dezembro de 2010, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento ainda não tinha sido aprovado pelo INCRA. Embora tal fato tenha gerado muitas incertezas nas famílias, identificada pelos assentados como situação de abandono por parte desse órgão Estatal, chamou minha atenção certa capacidade de organização demonstrada com relação ao acesso e uso dos recursos do assentamento.

Utilizando os instrumentos analíticos metodológicos da ecologia política e da teoria dos recursos comuns realizei a análise dos arranjos de regulação do acesso e uso dos recursos naturais e demais bens comuns no assentamento, pautada nas concepções desses marcos, nas quatro esferas de análise da teoria dos bens comuns e nos oito “princípios de desenho” que Ostrom (1990) determinou como indicadores de boas instituições de manejo (OSTROM, 1990).

Julguei importante esclarecer que o grupo de assentados, aos estabelecerem as regras de acesso e uso dos recursos naturais e bens comuns, se pautou no conhecimento adquirido após a criação do assentamento, mas, se pautou, sobretudo, no conhecimento adquirido no dia a dia, no cotidiano vivido na propriedade durante o processo social aqui pesquisado. Portanto, ao estabelecer os arranjos, os assentados não tinham clareza de método para tal, o que não significou impossibilidade de estabelecer arranjos eficientes.

Apesar da situação de abandono evidenciada no discurso dos assentados com relação às políticas de efetivação dos programas que possibilitem o desenvolvimento das atividades produtivas no assentamento, ou, em outras palavras, apesar do perigoso ‘hiato’ verificado por Cunha e Nunes (2008) em outros assentamentos rurais, que poderia gerar no assentamento a tragédia dos comuns, o que evidenciei foi um relativo sucesso com relação ao estabelecimento de normas, resolução de conflitos e utilização responsável dos recursos naturais e bens comuns, se comparado aos assentamentos pesquisados pelos referidos autores.

A explicação para esse relativo sucesso poderia estar na conjugação de conhecimentos sociais, simbolicamente apreendidos e internalizados no grupo ao longo do processo social verificado nessa propriedade e das singularidades nessa figuração específica. Mas a resposta não estava unicamente dentro do limite espacial do assentamento, mas também fora dele. Nesse sentido, a análise do contexto interno e externo ao assentamento foi esclarecedor para a emergência de uma variável fundamental na análise: o número de assentados que exercem atividades remuneradas, agrícolas ou não agrícolas fora da área do assentamento.

Não quero com isso afirmar que está tudo muito bem no Assentamento Angélicas. Pelo Contrário, as famílias assentadas aguardam com muita expectativa a possibilidade de poderem exercer de fato e de direito as atividades de uma agricultura familiar que seja capaz de emancipá-las, econômica e socialmente. Entretanto, enquanto esse dia não chega, sobreviver é preciso. Mesmo que seja trabalhando fora do tão sonhado pedaço de chão conquistado.

Apesar do INCRA e da não efetivação das políticas para o desenvolvimento das atividades no assentamento, apesar dos conflitos internos e de muitos outros apesares, não houve o agravamento da depredação dos recursos no Assentamento Angélicas. Em certa medida, devido a uma conjugação de fatores que proporcionaram um ambiente propício para a instauração de arranjos de regulação do acesso e uso dos recursos naturais e bens comuns, considerado relativamente eficaz, nessa conjugação foram verificados aspectos internos e externos que favoreceram a preservação dos bens comuns do assentamento.

Ainda é muito cedo para julgar a efetividade desse sucesso observado com relação aos arranjos estabelecidos, considerando que, por ocasião desta pesquisa, o assentamento tinha apenas cinco anos da criação. E, como lembra Elias, “os modelos e os resultados das pesquisas de configurações, fazem parte de um processo, [...] à luz de cujo desenvolvimento

estão eles mesmos sujeitos a revisões, críticas e aperfeiçoamentos, frutos de novas investigações” ( ELIAS, 2000, p. 57). No entanto, é possível afirmar que, conjugados a outros fatores, os arranjos estabelecidos pelos assentados foram, até o momento de conclusão da pesquisa, capazes de evitar a tragédia dos comuns.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertão e sertanejos: uma geografia humana sofrida. In: *Estudos avançados*. Vol. 13, nº 36. São Paulo. Mai/ago, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-0141999000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-0141999000200002&script=sci_arttext)> Acesso em 12 de outubro de 2011.

AESA. *Questões das secas*. Disponível em: <[http://www.aesa.pb.gov.br/perh/relatorio\\_final/Capitulo%205/pdf/5.5%20%20QuestoesSecaAspecHidrologicos.pdf](http://www.aesa.pb.gov.br/perh/relatorio_final/Capitulo%205/pdf/5.5%20%20QuestoesSecaAspecHidrologicos.pdf)> Acesso em set. 2011.

AFONSO, J. B. *A reforma agrária no governo LULA – parte II*. Fev. 2011. Disponível em: <<http://mineracaosudesteparauense.wordpress.com/2011/02/15/a-reforma-agraria-no-governo-lula-parte-i/>>. Acesso em: 25 de mai. 2011.

ALONSO, A.; COSTA, V. *Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil*. In *Ecologia Política, natureza, sociedade y utopia*, s.d., p. 115-137. Disponível em: [bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/Alonso.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/Alonso.pdf). Acesso em 03 de mar. de 2011.

ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

ARAÚJO, F. C. de. *Reforma Agrária e Questão Ambiental: encontros e desencontros*. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília – UNB. Brasília, 2006, 242 p.

ARRUDA, R. Inca infla números da reforma agrária. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 de fev. de 2011. Disponível em: [www.estadao.com.br/noticias/nacional,inca-infla-numeros-de-reforma-agraria,685346,0htm](http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,inca-infla-numeros-de-reforma-agraria,685346,0htm). Acesso em 05 de mar. de 2011.

ASSAGASSANGE, Associação dos Agricultores do Assentamento Angélicas. *Atas das assembleias*. Aparecida – PB, 2005/2010.

BNB – BANCO DO NORDESTE S/A. *Sousa.Sousa - PB*, s.d.

BRASIL. Decreto de 17 de junho de 2005. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jun. 2005. Seção 1, p. 4.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Nova delimitação do Semi-Árido brasileiro*. (s.d). Disponível em: <[http://www.museusemiarido.org.br/expedicao/cartilha\\_delimitacao\\_semi\\_arido.pdf](http://www.museusemiarido.org.br/expedicao/cartilha_delimitacao_semi_arido.pdf)> Acesso em: 29 de jun. 2011.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (5. Região). Seção Judiciária da Paraíba. *Termo de Autuação*. Ação de Desapropriação, Processo nº 2005.82.02.001237-4. Expte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Expdo: Dalton Robert Benevides Gadelha e Gisele Bianco Nery.

BRASIL. *Protocolo de Quioto*. Editado e traduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com o apoio do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo\\_Quioto.pdf](http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo_Quioto.pdf). Acesso em 14 de ago. de 2010.

BRASIL. *Reforma Agrária: compromisso de todos*. Presidência da República. Brasília, 1997.

BRASIL. Resolução Conama 289/2001.

BRASIL. Resolução Conama 387/2006.

CASCINO, F. *Educação Ambiental: princípio, história, formação de professores*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.

CASTELANI, G.R.; BELATTO, L.F.B. *Caio Prado Júnior: uma possível análise*. s.d. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/caioprado.html>. Acesso em 24/05/2011.

CORREA, S. M.; BUBLITZ, J. *Terra de Promissão: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006.

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Aparecida, estado da Paraíba/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/APAR010.pdf>>. Acesso em: 15 de nov. de 2011.

CUNHA, L. H. Da tragédia dos comuns à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. *Raízes*, v. 23, n. 1-2, p. 10-26, 2004.

CUNHA, L. H.; ET AL. *A construção de índices como instrumento para retratar a realidade social: uma análise crítica*. In: Assentamento em Debate (Org. França e Sparovek), MDA/NEAD, Brasília, 2005.

CUNHA, L. H.; NUNES, A. M. B. Proteção ambiental e conflitos ambientais em assentamentos rurais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 27-38, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

DELGADO, G. C. *A questão Agrária no Brasil – 1950 – 2003*. In; JACOUD, L (org.); SILVA, Frederico Barbosa et al. *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, p. 51- 90, 2005.

DELGADO, G. C. *Capital e Política Agrária no Brasil: 1930 – 1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

DIAS, G. F. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. 3. ed. São Paulo: Gaia, 1994.

DRUMMOND, J. A. A história Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, p. 177-197, 1991.

DRUMMOND, J. A. A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea. *Ver. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 21, nº 62, out. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttex&pid=S0102-69092006000300001&Ing=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0102-69092006000300001&Ing=en&nrm=iso)>. Acesso em 03/03/2011.

ECOLNEWS. *Agenda 21*: texto completo. Disponível em: <http://www.ecolnews.com.br/agenda21/>. Acesso em 14 de ago. de 2010.

ELIAS, N. *Escritos & ensaios*. 1: Estado, processo, opinião pública. Federico NEIBURG e Leopoldo WAIZBORT (orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade; tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FISCHER, I. R.; ALBUQUERQUE. *A mulher e a emergência da seca no Nordeste do Brasil*. In *Trabalhos para discussão*. N 139/2002. Jul. 2002.

FREITAS, N. *Privatização*. Disponível em: <http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=184>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

GOMES, R. A. *A qualidade das famílias no perímetro irrigado de São Gonçalo*: ética e racionalidade. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia), UFPE, Recife, 2005.

GOMES, R. A. *Família*: um elemento para definir a qualidade de vida. SBS XII Congresso Brasileiro de Sociologia, (s.d).

GIL, G. Algumas notas sobre cultura e ambiente. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio Ambiente no Século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, 387 p., p. 45-57.

FURTADO, C. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1964.

GONÇALVES, C. W. P. *Os (des)caminho do meio ambiente*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. In: *Daly* (ed.), *Econ Ecol Ethics*. San Francisco: W. H. Freeman, 1980.

INCRA. *Laudo de Avaliação do imóvel rural denominado "Fazenda Angélicas"*: Proprietário "Dalton Roberto Benevides Gadelha. Municípios: Sousa, Aparecida e São José da Lagoa Tapada-PB. Jul. 2005.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, Carlos F. B. (Org.) *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.

LEITE, S. P. *Brasil: a reforma agrária*. Disponível em: [http://www.agter.asso.fr/article353\\_fr.html](http://www.agter.asso.fr/article353_fr.html). Acesso em 05 de mar. de 2011.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas de participação. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 12, n 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LEITE LOPES; J. S. ALVIM; R. *A Usina e a varanda: a teatralização da dominação patronal*. Revista de Ciências Sociais. V. 38. N. 2, 2007.

L'ETOILE, B; SIGAUD. L. *Ocupações de terras e transformações sociais*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006.

LIMA, E. M. Licenciamento e recomposição ambiental em Projetos de reforma agrária. *Revista de Direito Agrário*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, Associação Brasileira de Direito Agrário (ABDA), Ano 20, nº 19, p. 157-174.

LOUREIRO, C. F. B. *Trajetórias e fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

LUCENA, TIÃO. TRIBUNO ZÉ GADELHA <http://blogtiaolucena.blogspot.com/2008/09/o-tribuno-z-gadelha.html>, set., 2008.

MAIA, R. A. R. Fausto Nominando Meira de Vasconcelos: abnegação e desprendimento. *Jornal CRM Paraíba*. João Pessoa, nº 79, fev./mar./abr, 2009. Disponível em [www.portalm medico.or.br/regional/crmpb/jornalcrmpb/ano2009/março/jornal.pdf?portal=](http://www.portalm medico.or.br/regional/crmpb/jornalcrmpb/ano2009/março/jornal.pdf?portal=). Acesso em 02/12/2010.

MENDONÇA, F. A. *Geografia e meio ambiente*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MENDONÇA, S. R. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964 – 1990*. In *A questão agrária no Brasil*, João Pedro Stedile (org.), v. 5, 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 25 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MIRANDA, R. B. *Ecologia Política da Soja*. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais), UFCG, Campina Grande, 2011.

MITIDIERO JR., M. A. *A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba*. São Paulo: USP, 2008.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1997.

NUNES, A. M. B. *As exigências legais de preservação e conservação da natureza e o uso efetivo dos recursos naturais no Assentamento José Antonio Eufrosino (PB)*. Monografia de Conclusão de Curso (Curso de Direito), UEPB, Campina Grande, 2008.

OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PAIVA MEIRA, J. *Dados genealógicos dos ascendentes e descendentes de Francisco Alberto Antunes Meira de Vasconcellos*. Rio de Janeiro Editora e Imprensa de Jornais e Revistas S.A. s.d.

PRADO JÚNIOR, C. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2 ed., 1979.

PEIXOTO, A; GARCIA, M. F. *As novas territorialidades da reforma agrária na Paraíba: o assentamento rural de D. Helena. Pegadas*. Vol. 7, nº 2, p. 63 – 82, 2006.

ROTONDANO, A. K. F.; MELO, B. *Sistemas de irrigação*. Disponível em: <http://www.fruticultura.iciag.ufu.br/irriga4.html>. Acesso em 23 de out. de 2001.

QUINTANEIRO, T. The concept of figuration or configuration in Norbert Elias' sociological theory. *Revista Teoria & Sociedade*. Belo Horizonte, v. 2 s/e, 2006. Disponível em: <[http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S1518-44712006000200002&script=sci\\_abstract](http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S1518-44712006000200002&script=sci_abstract)>. Acesso em: 12 de out. 2011.

RIBEIRO, S. E. S. *Em busca do equilíbrio perdido com a natureza: a relação entre uma comunidade urbana em João Pessoa - PB com a mata, o rio e os novos projetos sócio-ambientais*. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia), UFPE, Recife, 2007.

RODRIGUES, L. L. M. Disputas territoriais na Paraíba: em busca da construção de território(s) de esperança. In: *Anais da X Jornada do Trabalho*. ISSN 978-85-60711-19-2. S/D. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/A05.pdf>>. Acesso em 02 mar. 2010.

SILVA, S. L. P. Habitussócio-ambiental: elementos de compreensão da representação ambiental. *Política & Trabalho*. Revista de Ciências Sociais. nº 25, out. , 2006, p. 225-237.

SOUZA, N. M. de. *Educação ambiental: dilemas da prática contemporânea*. Rio de Janeiro: These Ed.: Universidade Estácio de Sá, 2000.

SPAROVEK, G. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

STEDILE, J. P. (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 – 1960*, v. 1. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEDILE, J. P. (org.). *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964 – 1990*, v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e cumpadres*. São Paulo: Hucitec, 1995.

VIEIRA, J. M. da S. *Conservação da natureza e produção de conflitos ambientais: contradições do projeto de manejo florestal comunitário no Assentamento Brandão (PB)*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais), UFCG. Campina Grande, 2010.

## **ANEXOS**

Anexo 1- Questionário Aplicado

**QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS FAMÍLIAS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO  
ANGÉLICAS**

Número identificador: \_\_\_\_\_

**A. DADOS SOBRE A UNIDADE FAMILIAR**

1. Família: \_\_\_\_\_

2. Família já era moradora da propriedade antes da criação do assentamento?

Sim

Não. Veio de onde? \_\_\_\_\_

3. O (a) chefe de família nasceu na propriedade?

Sim. Ano de nascimento \_\_\_\_\_

Não. Ano de chegada \_\_\_\_\_

4. Qual o tipo de moradia:

antes da criação do Assentamento:

Casa de taipa

Casa de alvenaria

Outro. Especificar: \_\_\_\_\_

depois da criação do Assentamento:

Casa de taipa

Casa de alvenaria

Outro. Especificar: \_\_\_\_\_

4. Compartilha a residência com outra família?

Sim. Qual? \_\_\_\_\_  Não

5. Antes da criação do assentamento a moradia tinha:

Fossa

Banheiro

Chuveiro

Pia

cisterna

6. Depois da criação do assentamento a moradia tem:

Fossa

Banheiro

Chuveiro

Pia

cisterna

7. Quadro das pessoas da família residentes na moradia

Nome	D.Nascimento	Onde residia a família na data do nascimento	Escolaridade	Grau de Parentesco

8. A família é:

Assentada/fomento  Assentada/sem fomento  Outro \_\_\_\_\_

**B. INFORMAÇÕES SOBRE A PROPRIEDADE FAMILIAR**

9. A situação do lote é:

- Lote já demarcado pelo INCRA
- Lote demarcado pelos próprios assentados
- Lote ainda indefinido
- Tem roça em lugar ainda não loteado

10. Possui que tipo de instalações:

- Chiqueiro/ aves
- Chiqueiro/ porco
- Chiqueiro/ caprinos e ovinos
- Curral
- Área de pasto natural (solta)
- Pasto plantado (capineira)
- Reserva de madeira
- Tanque para animais

11. A família tem algum tipo de transporte?

Sim. Qual? \_\_\_\_\_  Não

12. Que recursos já foram liberados para a família:

- Crédito habitação

- fomento
- custeio
- investimento
- instalação – recebido na chegada ao assentamento
- Outro. Especificar: \_\_\_\_\_

13. Como foi investido o recurso liberado pelo INCRA para fomento:

- Comprar alimentos
- Comprar ferramentas de trabalho
- Comprar animais de tração
- Comprar carroça
- Custear tratos culturais
- Adquirir sementes
- Outro. Especificar: \_\_\_\_\_

14. O que é plantado nas roças? Numere de acordo com a participação na área plantada e a importância referida pelo informante:

- milho                       feijão                       mandioca                       batata                      (
- ) capim
- algodão                       fruteiras                       hortaliças                       palma
- outros. Especificar: \_\_\_\_\_

15. Qual a área do roçado, em hectares? \_\_\_\_\_

16. Quanto à área do roçado:

- roçado se localiza dentro do lote da família
- roçado se localiza no lote de outra família
- roçado se localiza em área de uso coletivo

17. Que animais você criam?

- Galináceos. Quantos? \_\_\_\_\_
- Bovinos. Quantos? \_\_\_\_\_
- Caprinos. Quantos? \_\_\_\_\_
- Ovinos. Quantos? \_\_\_\_\_
- Eqüinos/asinos. Quantos? \_\_\_\_\_
- Suínos. Quantos? \_\_\_\_\_

### C. INFORMAÇÕES SOBRE TRABALHO E RENDA

18. O pai da família exerceu outros tipos de trabalho além da agricultura?

- Não
- Sim. Que trabalhos? \_\_\_\_\_

19. A mãe da família exerceu outros tipos de trabalho além da agricultura?

- Não

Sim. Que trabalhos? \_\_\_\_\_

20. Quais as fontes de renda não-agrícolas que a família possui?

Não possui renda não-agrícola

Aposentadoria.

Programas de assistência dos governo federal, estadual ou municipal.

Quais? \_\_\_\_\_

Salário

Comercio

21. Algum membro da família exerce alguma atividade não agrícola remunerada?

Sim. Qual? \_\_\_\_\_

Onde? \_\_\_\_\_

Não

23. Algum membro da família exerce alguma atividade agrícola remunerada fora da área familiar?

Sim Onde? \_\_\_\_\_

Com que frequência? \_\_\_\_\_

Qual a forma de assalariamento? \_\_\_\_\_

Não

---

24. Recebe atualmente algum tipo de apoio do MST ou da Pastoral da Terra para permanecer no assentamento?

Sim  Dinheiro

Cesta-básica

Remédio

Não

#### D. USO DOS RECURSOS NATURAIS

---

25. Que recurso a família utiliza para cozinhar?

Lenha

Carvão

Gás

26. Caso a resposta seja lenha, onde você a busca para cozinhar?

reserva da serra

reserva do açude

no próprio lote

outro local onde? \_\_\_\_\_

27. Quanto de lenha vocês pegam cada vez que vão buscar?

uma carroça  um carrinho de mão Outro \_\_\_\_\_

28. Com que frequência vocês pegam lenha?

Todos os dias

duas ou mais vezes por semana

uma vez por semana

A cada quinze dias

29. A família costuma fazer carvão com madeira do assentamento?

Sim.  Para o próprio uso da família

Para comercializar

Não

30. Onde vocês pegam água para beber?

Açude. Qual? \_\_\_\_\_

Tanque natural. Qual? \_\_\_\_\_

Poço. Qual? \_\_\_\_\_

Cisterna. Qual? \_\_\_\_\_

Barreiro. Qual? \_\_\_\_\_

---

31. Com que frequência a família pega água para beber?

uma vez por semana

duas vezes por semana

três vezes por semana

Todos os dias

32. Onde vocês buscam água para consumo doméstico?

Açude. Qual? \_\_\_\_\_

Tanque natural. Qual? \_\_\_\_\_

Poço. Qual? \_\_\_\_\_

Cisterna. Qual? \_\_\_\_\_

Barreiro. Qual? \_\_\_\_\_

33. Com que frequência vocês buscam água para consumo doméstico?

uma vez por semana

duas vezes por semana

três vezes por semana

Todos os dias

34. Como a família faz para dar água aos animais?

Animais vão beber em açude. Qual? \_\_\_\_\_

Animais vão beber em tanque natural. Qual? \_\_\_\_\_

Família pega água de poço. Qual? \_\_\_\_\_

Família usa água de cisterna. Qual? \_\_\_\_\_

---

( ) Animais vão beber em um barreiro. Qual? \_\_\_\_\_

35. Onde os animais pastam?

- ( ) Numa das áreas de reserva
- ( ) Área de pastagem plantada de uso coletivo
- ( ) Pastagens naturais de uso coletivo
- ( ) Pastagem plantada no próprio lote
- ( ) Pastagem natural no próprio lote
- ( ) Utilizam forragem

36. Questione sobre os produtos não madeireiros (frutas, palha, ervas medicinais, casca de árvore, óleos vegetais) coletados na área de reserva?

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.

37. Já retirou estacas ou varas na área de reserva?

- ( ) sim os dois
- ( ) sim, varas
- ( ) sim, estacas
- ( ) Para cercar lote
- ( ) Para vender
- ( ) Para construir residência
- ( ) Para fazer chiqueiro
- ( ) Outro: \_\_\_\_\_

( ) Não

38. Quais as espécies madeireiras que vocês utilizam para fazer:  
cerca

lenha

carvão

39. A família participa de algum cultivo coletivo ?

- ( ) Sim
- ( ) Não

40. A família cultiva em alguma área de reserva?

- Sim  
 Não

41. A família exerce algum tipo de atividade de caça?

- Sim  Por lazer. O que? \_\_\_\_\_  
 Para vender. O que? \_\_\_\_\_  
 Para comer. O que? \_\_\_\_\_
- Não

42. A família pesca?

- Sim  Por lazer. O que? \_\_\_\_\_  
 Para vender. O que? \_\_\_\_\_  
 Para comer. O que? \_\_\_\_\_
- Não

---

43. A família já foi impedida de utilizar algum recurso do assentamento?

- Sim Qual recurso? \_\_\_\_\_  
Quem impediu? \_\_\_\_\_

Não

44. A família já participou de alguma reunião para debater o uso dos recursos naturais do assentamento?

- Sim  
 Não

45.1 Nessa reunião foi discutida a limitação do uso dos recursos da reserva?

- Sim  Não

46. Faz parte de que associação?

- Associação do Sindicato. Quem? \_\_\_\_\_  
 Associação do MST. Quem? \_\_\_\_\_  
 Outra \_\_\_\_\_

---

47. Alguém da família participa das reuniões da associação?

- Sim Quem? \_\_\_\_\_  
 Não

48. Com que frequência a família é representada nas reuniões da associação?

- Sempre  
 Na maioria das reuniões

- Em poucas reuniões
- Nunca

49. Algum membro da família faz parte da diretoria de alguma das associações do assentamento?

- Sim                      Quem? \_\_\_\_\_  
Qual o cargo? \_\_\_\_\_
- Não

50. Algum membro da família faz parte da coordenação do MST ou da Pastoral da Terra no assentamento?

- Sim                      Quem? \_\_\_\_\_
- Não

51. Algum membro da família faz parte da coordenação ou direção do MST ou da Pastoral da Terra no estado?

- Sim                      Quem? \_\_\_\_\_
- Não

52. Algum membro da família é sindicalizado?

- Sim                      Quem? \_\_\_\_\_
- Não

53. Algum membro da família costuma participar de trabalhos coletivos propostos pelas associações ou núcleos de base?

- Sim.                      Quem? \_\_\_\_\_
- Não

54. Algum membro da família tem participado de mutirões ou de troca de serviço com outras famílias do assentamento?

- Sim                      Quem?  
Tipo de mutirão?
- Não

1. Sr. (a) se lembra quem era proprietário da fazenda em 1930?
2. O proprietário morava na fazenda ou ela era administrada por outra pessoa? (gerente, vaqueiro).
3. Quais as condições impostas para ser aceito como morador da fazenda? Havia alguma forma de pagamento ao proprietário? Qual?
4. Como era o relacionamento entre o proprietário e os moradores?
5. Além do proprietário quem mais dava ordens na fazenda ou determinava o que podia e o que não podia ser feito?
6. Entre os moradores havia alguém mais influente que despertava mais respeito dos moradores e do proprietário? Quem?
7. Em 1957 teve início a construção de Brasília e em 1958 teve outra grande seca. Algumas pessoas da fazenda foram para Brasília em busca de emprego. Também teve a Revolução de 1964. O senhor (a) se lembra desses acontecimentos? Sabe se alguém da Fazenda foi para Brasília nessa época?
8. Tomando esses períodos como referência, o Senhor se lembra quais eram as principais atividades realizadas na fazenda nessa época?
9. O que era produzido na agricultura?
10. O que era produzido era apenas para o consumo da família ou dava para vender alguma coisa?
11. E o cultivo do algodão, como era nessa época?
12. Nessa época, como era escolhido o local onde era feito o roçado? Havia alguma restrição por parte do proprietário?
13. E quanto a criação de animais, o que podia ser criado na fazenda? Havia alguma determinação quanto ao local onde podiam ser criados os animais?
14. A criação de animais gerava alguma renda?
15. Quanto aos recursos hídricos, o que havia nessa época? (açudes, rios, riachos, barreiros, etc.). Havia alguma restrição quanto à utilização da água?
16. Os moradores podiam pescar? (apenas para consumo próprio ou era permitida a venda?).
17. Quais as espécies de peixe existentes nos reservatórios nessa época? Quais os mais apreciados?
18. Era permitida a caça? (apenas para consumo próprio ou era permitida a venda?).
19. Quais os animais que eram mais caçados nessa época?
20. Quanto aos recursos madeireiros, como eles eram utilizados? (produção de lenha, de carvão, varas e estacas: para consumo próprio ou era permitida a venda desses produtos?).
21. De qual área da fazenda eram retiradas as madeiras?
22. Quais eram as espécies de árvores mais utilizadas nesse período?
23. Havia alguma outra atividade extrativista que gerasse renda? (oiticica, mel, outros).
24. Havia algum tipo de conflito (desavença) entre o proprietário e os moradores por causa da utilização dos recursos como água, madeira, peixes, animais silvestres e outros recursos disponíveis na fazenda? E entre os próprios moradores?
25. Como eram resolvidos esses conflitos?
26. Pessoas estranhas ou que não eram moradores tinham permissão para caçar, pescar ou extrair madeira na Fazenda? Como isso era controlado?
27. Quando foi que mudou de proprietário?

28. A partir de 1980, a praga do bicudo atingiu as plantações de algodão. Houve também um longo período de secas, de 1979 a 1985? Como esses fatores afetaram a vida do Senhor (a)?
29. O que mudou na vida do Senhor com a impossibilidade de cultivar algodão?
30. Quais as alternativas encontradas pelos moradores, para substituir a renda que era obtida com a venda do algodão?
31. O Senhor (a) considera que o proprietário também sofreu grandes perdas com o declínio da cultura do algodão?
32. O proprietário da Fazenda tomou alguma medida para proibir o acesso dos moradores aos recursos hídricos, pesqueiros madeireiros, de caça ou qualquer outro recurso nesse período?
33. O senhor precisou deixar a fazenda (zona rural) para tentar trabalhar na cidade (zona urbana)? Para onde foi?
34. O Senhor sabe como foi iniciado o movimento para a desapropriação da fazenda?
35. Houve algum conflito ou resistência por parte do proprietário?
36. Como o Senhor (a) se sentiu ao deixar de ser morador e se tornar assentado?
37. Com essa mudança, de propriedade privada para assentamento agrário, o Senhor (a) percebeu alguma mudança nas condições de vida de sua família?
38. Existe uma legislação ambiental que deve ser seguida pelo INCRA para a obtenção do Licenciamento Ambiental do Projeto de Assentamento. O Senhor tem conhecimento dessa legislação?
39. O Senhor (a) tem conhecimento da existência no Assentamento de Áreas de Proteção Permanente e de Reserva Legal? Sabe onde elas se localizam no Assentamento?
40. O Senhor sabe qual o objetivo da delimitação dessas áreas?
41. O parcelamento dos lotes ainda não foi realizado pelo INCRA. Existe algum acordo para definir onde pode ser feito o roçado?
42. O Senhor (a) já esteve envolvido ou teve conhecimento de algum conflito envolvendo o uso de algum recurso do Assentamento? Qual recurso? Como foi solucionado?
43. Qual é o papel da Associação na resolução dos conflitos ambientais? Existe algum acordo coletivo sobre o acesso aos recursos da propriedade?

ANEXO III – CÓPIA DA ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOA  
MORADORES DO ASSENTAMENTO ANGELICAS